



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE DIREITO

PRISCILA WELLAUSEN DE ALENCAR ARARIPE

O BANDIDO NO IMAGINÁRIO SOCIAL:

Uma análise psicossocial do linchamento

FORTALEZA

2016

PRISCILA WELLAUSEN DE ALENCAR ARARIPE

O BANDIDO NO IMAGINÁRIO SOCIAL:

Uma análise psicossocial do linchamento

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Raul Carneiro Nepomuceno

FORTALEZA

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A1b ARARIPE, PRISCILA WELLAUSEN DE ALENCAR.
O BANDIDO NO IMAGINÁRIO SOCIAL : UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL DO LINCHAMENTO /
PRISCILA WELLAUSEN DE ALENCAR ARARIPE. – 2016.
129 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, , Fortaleza, 2016.
Orientação: Prof. Me. RAUL CARNEIRO NEPOMUCENO.

1. medo. 2. violência. 3. bandido. 4. linchamento. 5. jakobs. I. Título.

CDD

PRISCILA WELLAUSEN DE ALENCAR ARARIPE

O BANDIDO NO IMAGINÁRIO SOCIAL:

Uma análise psicossocial do linchamento

Aprovada em: ___ / ___ / ___

Prof. Raul Carneiro Nepomuceno (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Aluísio Ferreira de Lima
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Paloma Costa Andrade
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de tecer profundos agradecimentos ao prof. Raul Nepomuceno, por estimular sempre, tanto na sala de aula como no papel de orientador, a reflexão, o interesse e a crítica. Ao permitir uma empreitada nas águas desconhecidas da Psicologia e Sociologia, permitiu riscos; mas neste salto, emergiu uma análise mais rica, profunda e complexa do tema, o que foi absolutamente essencial para o enfoque deste estudo. Sem sua orientação, conselhos, indicações e empenho, este trabalho não teria surgido.

Agradecimentos ao Prof. Aluísio, por sua disponibilidade, interesse na temática, apoio e permanente gentileza. Assistir às suas aulas, conhecer sua obra e valer-me de seu conhecimento foi um privilégio imensurável, que permitiu grandes avanços neste trabalho.

Agradeço também a Paloma Costa, por seu interesse na temática do trabalho e sua valiosa colaboração.

Aos meus pais e irmão, por seu profundo e infinito amor, zelo, dedicação, carinho. Mesmo nos momentos mais sombrios, vocês sempre foram um farol na escuridão. Sem vocês, eu não seria nada. Saibam sempre que os amo acima de tudo.

Ao meu noivo, Vitor Almeida, por tudo que ele é para mim, pela alegria imensurável que traz à minha vida todos os dias (mesmo sem ler meu trabalho...).

Às minhas grandes amigas Mirna e Isadora, irmãs nos melhores e piores momentos, a quem tenho profundo amor, respeito e admiração. Sem vocês, minha vida não teria o sabor, as cores e a graça que tem hoje.

A Lídia e Ilo, Antônio José e Cleiton pela longa amizade e contribuições valiosas ao longo do trabalho. A Saly, por sempre ser uma fonte de inspiração e carinho.

A amigos, familiares e colegas de trabalho que trazem alegria à minha vida, minha gratidão.

Uma justiça prévia que se lembrasse de que nossa grande luta é a do medo, e que um homem que mata muito é porque teve muito medo. Sobretudo uma justiça que se olhasse a si própria, e que visse que nós todos, lama viva, somos escuros, e por isso nem mesmo a maldade de um homem pode ser entregue à maldade de outro homem...

Clarice Lispector

RESUMO

Estamos entre os primeiros países do mundo em linchamentos: a investigação desse fato é o ponto de partida para questionarmos nossa sociedade, nossa história, os valores de nossa época e como estes elementos influem nossa maneira de encarar o transgressor, o medo, a diferença e o desvio, a violência. O objetivo deste trabalho é entender *quem* linchamos e *por que* linchamos: o linchamento é um sintoma - aqui, lançaremos olhos sobre a patologia social. Será feita abordagem multidisciplinar, utilizando-se premissas da psicologia social, sociologia e criminologia. A metodologia será baseada na análise bibliográfica, incluindo dados de pesquisas de opinião, notícias e literatura especializada.

Palavras-chave: medo, violência, linchamento, risco, bandido.

ABSTRACT

We are among the first countries in the world in lynchings: the investigation of this fact is the starting point for questioning our society, our history, the values of our time and how these elements influence our way of facing the transgressor, fear, difference and deviation, violence. The objective of this work is to understand who we lynch and why we lynch: lynching is a symptom - here, we will look at a social pathology. There will be a multidisciplinary approach, using premises of social psychology, sociology and criminology. The methodology will be based on bibliographic analysis, including data from opinion surveys, news and specialized literature.

Key words: fear, violence, lynching, risk, bandit.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	O MEDO E A BUSCA DE SENTIDO	12
2.1	Perdidos na neblina	12
2.2	O imaginário social como manancial de sentidos	25
2.3	A busca pelo sentido	33
3	O BICHO PAPÃO MODERNO: a espiral do medo	48
3.1	O que não entendemos, tememos	49
3.2	O que tememos, chamamos de Mal	68
3.3	O que chamamos de Mal, não entendemos	85
4	O QUE NÃO TEM GOVERNO	93
4.1	Todos contra um: o bode expiatório e o ritual de suplício reformulado	95
4.2	Jakobs revisitado: a violência contra os violentos	106
5	CONCLUSÃO	116
	REFERÊNCIAS	119

1 INTRODUÇÃO

...e também eu, que não me perdi, experimentei a perda.

(Clarice Lispector¹)

Estima-se² que estamos entre os primeiros países do mundo em linchamentos, segundo estudos do Núcleo de Estudos da Violência (USP) e do pesquisador José de Souza Martins. Esse fato alarmante é o ponto de partida para perguntas importantes sobre nossa sociedade e nossa forma de encarar o transgressor, o medo, a diferença e o desvio, a violência - mas acima de tudo, ao lançarmos um olhar sobre o Bandido e o linchar, analisamos nós mesmos como sociedade e como indivíduos. Para compreender estas questões, faz-se necessária uma abordagem multidisciplinar, utilizando-se perspectivas da psicologia social, sociologia e criminologia na busca por uma compreensão mais rica das problemáticas apresentadas.

Este trabalho parte do princípio de que por trás de toda ação há um discurso, e todo discurso é fundamentado em idéias - e para entender a ação, precisa-se compreender toda a cadeia desde seu início. Na análise desse fenômeno social, investigaremos sua gênese e as idéias que sustentam o discurso de ódio e intolerância por trás de tais práticas. O objetivo deste trabalho, porém, não é estudar o fato social "linchamento" per si. Ele é o ponto de partida para abordar o que nos parece relevante para sua compreensão: aqui, busca-se entender *quem* linchamos e *por que* linchamos (numa perspectiva fenomenológica, não se analisará propriamente a ação, mas o sentido que lhe é atribuído pelos sujeitos - buscamos os *motivos porque* e os *motivos para*). O linchamento é um sintoma - aqui, lançaremos olhos sobre a patologia social.

Ao longo de nosso estudo, extraímos elementos para nossa hipótese. O linchamento é o ápice, a exteriorização máxima de processos psicossociais bem mais amplos de elaboração de uma específica identidade ao infrator - o "Bandido". Será usada esta terminologia neste trabalho por entendermos que o Bandido é uma representação social autônoma em relação ao

¹ Trecho do conto "Mineirinho", disponível em: http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&id=4396:conto-qmineirinhoq-clarice-lispector&Itemid=220&lang=pt. Ver referências.

² Não há um ranking mundial oficial (CARDOSO, 2015), mas os estudos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) (Relatório "Linchamento - Brasil - Número de Casos e Vítimas - 1980 a 2006", disponível em: http://nevsp.org/wp-content/uploads/2015/04/linch_brasil.xls) e as pesquisas de Martins (2015), sociólogo que estudou casos das últimas seis décadas no país, apontam o Brasil no topo da lista, ao comparar ocorrências relatadas em outros países.

sujeito real, criação hiperbólica e caricatural em relação àqueles nela enquadrados. Ainda que haja diversas outras visões identitárias desse personagem social (o infrator do Direito, o fora-da-lei herói – Robin Hood –, a identidade auto-referente de integrantes de grandes facções, o justiceiro, etc...), será abordada essa específica representação, protagonista do bordão popular “Bandido bom é bandido morto”, que já é oficialmente a posição ideológica da maioria da nossa população¹. Entendemos que, neste caso, já não existe um processo de reconhecimento individual do infrator: em meio a uma dinâmica de fermentação do medo e ansiedade contemporâneos e de nossa intolerância histórica, é (re)construída uma identidade abstrata, uma representação resultante de um processo de reconhecimento perverso a partir de percepções irreais de risco e violência. O discurso de ódio do "cidadão de bem" é, desnudo de todo radicalismo, essencialmente um discurso de medo: reflete o medo de alguém sobrecarregado, angustiada, alguém perdido na neblina, buscando dar nome aos seus pavores mais sombrios.

A análise necessariamente transitará por diversos aspectos do problema. No primeiro capítulo, será analisado o cenário contemporâneo de criação de medos - a "sociedade de risco" - e como estas circunstâncias podem afetar a percepção de risco dos indivíduos e distorcer sua interpretação do mundo. A análise da sociedade do medo terá como principais referenciais Zygmunt Bauman (e sua obra "Medo líquido"), Byung-Chul Han ("Sociedade do Cansaço") e Ulrich Beck ("Sociedade do Risco"). Este processo de interpretação da realidade (e sua distorção) também será examinado com base em teorias da psicologia social que enfoquem processos cognitivos do indivíduo em sociedade, processos interpretativos da realidade, construção de sentido e identidade através de interações sociais, num esforço por entender a construção desta representação social do Bandido no imaginário coletivo. A partir dessas perspectivas, trabalharemos com os conceitos de interação simbólica, esquemas, representações sociais, identidade, imaginário coletivo, entre outros, buscando construir uma visão mais complexa ao dialogar com diversas escolas no estudo do contexto brasileiro.

No segundo capítulo, observaremos como este contexto e estas noções gerais aplicam-se à problemática do Bandido. Trataremos de *quem linchamos* - o Bandido. Lançaremos um olhar sobre alguns aspectos da vitimização simbólica, situação em que os indivíduos colocam-se imaginariamente em situações de ameaça e reagem emocionalmente a isso, e que é causa e consequência do processo de produção da noção do Bandido. Trabalharemos a figura do

¹ Segundo pesquisa Datafolha realizada em julho de 2015, em 84 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, 50% dos entrevistados concorda com a frase: "Bandido bom é bandido morto", enquanto 45% se diziam abertamente contrários. A pesquisa foi encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Bandido - seus traços e características inferidos a partir do discurso popular. Serão também observados aspectos da escolha dos sujeitos que assumem este papel e seu reconhecimento perverso através de rótulos sociais numa sociedade cuja matriz autoritária permanentemente inferioriza a diferença, porque o diferente é fonte de ameaça: o outro é o desconhecido, aquilo que *eu não sou*. Sob esta perspectiva, serão analisadas as práticas de alteridade em nossa sociedade, e como elas revelam uma violência estruturante em nosso agir e pensar enquanto grupo social.

Por fim, no terceiro capítulo, abordaremos o ato de linchamento em si - *por que linchamos*. Analisaremos como esta noção de Bandido cria um bode expiatório a ser eliminado ritualisticamente através do linchamento. Abordaremos aspectos da coesão social gerada pelo combate de um inimigo comum e a catarse social deflagrada pelo extermínio da ameaça.

Veremos ainda como o Bandido aproxima-se da figura do Inimigo da teoria de Günther Jakobs, jurista alemão, cuja tese congrega diversas premissas do discurso sobre o Bandido e, em última análise, revela-se uma ferramenta de gestão de riscos sociais. Analisaremos as implicações jurídicas de adesão a esta tese - e como suas premissas são incompatíveis com o Estado Constitucional de Direito. Ao focar o discurso dos linchadores sob a ótica do Direito Penal do Inimigo, veremos que em alguns aspectos este discurso transcende a tese alemã, aproximando-se de outros teóricos mais radicais, como Fichte e Rousseau, para quem qualquer infrator torna-se Inimigo da coletividade.

Não se pretende aqui exaurir o tema, entregar respostas ou soluções definitivas, mesmo porque há um amplo espectro de elementos subjetivos postos em discussão, cuja análise não nos entrega fórmulas fechadas ou assertivas objetivas. Antes, busca-se lançar um olhar crítico sobre o que determina e renova as práticas de violência estruturante em nosso país - estas, sim, sintomas objetivos de ideologias intimamente ligadas ao modo como nos entendemos como sociedade.

A metodologia será baseada em extensa análise bibliográfica, incluindo estudos científicos, dados de pesquisas de opinião, notícias em jornais e revistas, palestras, ensaios e literatura especializada.

2 O MEDO E A BUSCA DE SENTIDO

2.1 Perdidos na neblina

O medo é mais assustador quando difuso, disperso, indistinto, desvinculado, desancorado, flutuante, sem endereço nem motivo claros; (...) quando a ameaça que devemos temer pode ser vislumbrada em toda parte, mas em lugar algum se pode vê-la. “Medo” é o nome que damos à nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito – do que pode e do que não pode – para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance.

(Zygmunt Bauman¹)

Vivemos numa era de transição - e a transição, todos sabem, traz em seu ventre a incerteza. A chamada modernidade tardia pretende superar antigas questões, mas suas respostas apenas criam novas dúvidas. Com a mudança de paradigmas, a sociedade industrial clássica² que despontou no século XIX e consolidou-se no século XX como uma promessa de superação absoluta de todo anacronismo prévio vê-se agora também em processo de superação: "A modernização *nos* trilhos da sociedade industrial é substituída por uma modernização *das premissas* da sociedade industrial." (BECK, 2011, p.13, grifos do autor). Isso porque o gérmen da auto-superação (a crítica da ciência e do papel da tecnologia, a quebra dos modelos estabelecidos de moral e família, movimentos sociais) está ínsito ao próprio projeto da sociedade industrial, que tinha a pretensão de levar a humanidade ao seu ápice - e a desconstrução deste mito histórico deixa atrás de si um rastro de perguntas, dúvidas e incertezas.

Aquilo que é incerto é indeterminado; aquilo que é indeterminado é imprevisível; aquilo que é imprevisível não pode ser controlado; e aquilo que não pode ser controlado é incerto. Partindo desta premissa, é possível compreender que tanto o processo de superação desta nova modernidade quanto suas potencialidades trazem profundas incertezas - e a incerteza, todos sabem, traz em seu ventre o risco.

A era das incertezas transmuta-se na era dos riscos, e os riscos são traduzidos em medos. Vivemos na era da hipérbole dos medos. Mais que nunca, o grande catálogo de

¹ "Medo líquido" (2008), p. 8. Ver referências.

² O conceito utilizado neste trabalho para "sociedade industrial clássica" será o de Beck (2011), que assim conceitua o modelo histórico que desponta no final do século XIX e início do século XX, com suas idéias de soberania de Estado, proeminência do conhecimento científico, critérios de desempenho e progresso, noções nucleares de família, etc. Outro termo adequado seria *sociedade tecnológica*.

medos cresce a cada dia (CALLEGARI; WERMUTH, 2010), construindo uma verdadeira mitologia do terror – medo do câncer, do desemprego, do incêndio, do aquecimento global, do estuprador, da gripe suína, do acidente de carro, da traição, do assalto, do terrorismo, dos agrotóxicos em nossos alimentos, do maníaco, da solidão, das catástrofes naturais, da bala perdida... Basta abrir o jornal, e rapidamente descobre-se mais um perigo iminente à espreita, imprevisto e muito mais próximo do que se poderia supor. A sociedade de produção passa a ser a sociedade de risco, na qual os riscos deixam de ser meros efeitos colaterais e assumem o protagonismo político, criando uma nova categoria de gestão social - a gestão do risco.

A arquitetura social e dinâmica do risco na modernidade segue algumas premissas. Conforme Beck (2011), os riscos estruturam-se hoje sistemicamente, portanto não são ativamente adquiridos (como as riquezas) mas passivamente distribuídos - ainda que esta distribuição se dê de forma socialmente desigual, atingindo mais efetivamente determinados extratos sociais, eventualmente eles alcançarão aqueles que os produziram ou lucram com eles; são fundamentalmente invisíveis, definidos pelo conhecimento causal através da observação de suas consequências, estando assim abertos a processos sociais de definição.

Estas características intrínsecas ao risco ampliam exponencialmente seus efeitos sociais: o fato de não haver meios de efetivamente impedir sua disseminação - sua impossibilidade de contenção, tal qual um gás tóxico, independentemente dos esforços para delimitá-lo a certos redutos sociais -, a inescapável passividade dos sujeitos frente à lógica distributiva dos riscos, a fragilidade das técnicas de mensuração e o próprio fato de estas técnicas apoiarem-se substancialmente na análise de ocorrências - ou seja, o pior *já* aconteceu, vamos agora nos precaver e esperar que não mais se repita.

Estes atributos por si já criam predisposições sociais, tanto em relação ao processo de definição de riscos quanto à sua percepção pelos indivíduos: por serem mecanismos fundamentalmente subjetivos - a consciência do risco determina sua existência -, o conhecimento adquire uma nova relevância política neste cenário (BECK, 2011). Assim, é possível que os riscos sejam não só percebidos, mas fabricados; e se já estão lá, que sejam não apenas mensurados, mas artificialmente ampliados.

A vida tornou-se, assim, uma constante luta contra o que nos aguarda na neblina – sim, pois “o ambiente de nossas vidas está envolto em neblina, não na escuridão total (...): na neblina, a pessoa é livre, mas é a liberdade de uma pessoa na neblina” (BAUMAN, 2008, p. 19). Vemos um pouco à frente, apenas o suficiente para saber (aterrador saber) que não podemos administrar a imensidão de perigos ainda ignorados, e que provavelmente sucumbiríamos a um ataque surpresa.

A mídia, a grande vitrine do medo da era pós-moderna, encontra terreno fértil na mente sobressaltada de cada um: já predispostos a esperar pelo pior (em todas as suas concepções), abraçamos medos fabricados como se sempre tivessem sido nossos (apenas não sabíamos ainda... abençoados jornais, que nos despertam para nossos pavores adormecidos!), medos estes legitimados e confirmados pela experiência registrada, publicada, debatida, filmada e catalogada pelos meios de comunicação. E imersos em sucessivos contos de horror, não questionamos por um segundo a pontualidade daquele evento designado pela mídia como o grande arauto emblemático do caos atual (o incêndio devastador, o acidente aéreo, o crime chocante, o tiroteio no cinema...): casos aberrantes são tomados como paradigmas, que sem dúvida voltarão a se repetir muitas vezes em qualquer (e todo) lugar.

E sem armas, esperamos. Buscamos neutralizar as ameaças através de uma cuidadosa gestão de riscos, e acreditamos fazer todo o possível para evitar o pior – mas *fazer todo o possível é impossível*. Para cada risco, uma resposta; para cada resposta, um novo risco. A trajetória de uma sociedade (re)produtora das mais diversas formas de medo e angústia psíquica, física e moral delimita-se em alguns dos setores com maior destaque nos últimos anos: segurança privada, medicamentos ansiolíticos, livros de auto-ajuda, aconselhamento de *coaching*, o "mercado religioso" (OLIVEIRA, 2015), cirurgias plásticas.

Figura 01: Tirinha da série "Encontro Anual dos Donos do Mundo", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (<http://www.malvados.com.br/donosdomundo/donodomundo4.gif>)

A permanente sensação de insegurança, principalmente nos grandes centros urbanos, tem levado a indústria de segurança privada a um crescimento vertiginoso, com um contingente agora quase o dobro das forças de segurança pública (DONATO, 2012; SEGURANÇA privada..., 2013; BELMONTE, 2015). O senso de comunidade esvai-se: o espaço público da rua deixa de ser lugar de interação para tornar-se cenário de apreensão e incerteza. A dimensão urbana, antes considerada lugar de apoio e proteção comum, mostra-se agora estéril em relações de confiança, e os laços de solidariedade fragilizam-se cada vez mais:

...os "outros" (aqui entendidos como estranhos, anônimos, os sem face com que cruzamos diariamente ou que giram em torno das grandes cidades) são fonte de uma ameaça vaga e difusa, em vez de proporcionarem um sentimento de segurança e garantia contra o perigo. Não se espera nenhuma solidariedade deles, bem como vê-los também não a desperta (...) "as cidades que, histórica e conceitualmente, costumavam ser a metonímia da proteção e segurança se transformaram em fonte de ameaça e violência". (BAUMAN, 2008, p. 92)

A partir desse esfacelamento dos laços de cooperação e reciprocidade, vivemos sob o paradigma "imunológico" (HAN, 2015): há uma nítida divisão entre dentro e fora, próprio e estranho, instituindo-se uma forma manifesta de perceber o outro e lidar com a dissidência, na qual "afasta-se tudo que é estranho. O objeto da defesa imunológica é a estranheza como tal. Mesmo que o estranho não tenha nenhuma intenção hostil, mesmo que ele não represente nenhum perigo, é eliminado em virtude de sua *alteridade*." (pgs. 8-9, grifo do autor). O que é diferente, por fugir de padrões delimitados e conhecidos (portanto seguros), é categorizado como um risco... e riscos, antes de mais nada, devem ser geridos, minimizados, neutralizados e, sempre que possível, sumariamente eliminados.

A partir dessa perspectiva, o criminoso - sendo essencialmente aquele que desviou-se dos preceitos legais, do padrão e da norma - passa a ser visto como um risco e tratado como tal: a teoria jurídica do Direito Penal do Inimigo¹, de Günther Jakobs, cujos preceitos ecoam no discurso popular vigente acerca do Bandido, estrutura-se essencialmente na percepção do infrator como um risco social a ser gerido juridicamente, de forma a garantir a sensação de segurança aos cidadãos.

Na neblina em que estamos imersos, os marcos seguros (se existem) são indiscerníveis, e não há sinais de ajuda a caminho. Uma em cada três pessoas sente-se sozinha na sociedade da hiperconexão e redes sociais (CACCIPO; CACCIPO, 2016), o que não necessariamente implica "estar isolado", mas "sentir-se isolado": ainda que objetivamente cercado, o indivíduo sente-se isolado do meio, e seu cérebro compreende aquele ambiente como hostil ou ameaçador, mantendo-se num estado de permanente alerta²:

¹ Essa teoria será abordada mais adiante neste trabalho.

² A endocrinologia social e a neurologia social estudam, entre outras coisas, os mecanismos neurais envolvidos na vigilância de ameaças sociais, respostas hormonais à sensação de isolamento e reações fisiológicas à solidão e à busca de auto-preservação num contexto social percebido como hostil. Estudos demonstram que a sensação de isolamento social tem um amplo espectro de sintomas: sono fragmentado e com sobressaltos, *vigilância permanente contra ameaças, baixa capacidade de conter impulsos*, propensão a depressão, com maiores chances de demência a longo prazo, riscos vasculares e imunológicos (CACCIPO ET AL, 2015, grifos nossos).

Os sintomas em destaque podem ajudar a explicar as reações à ameaça social do Bandido - o permanente senso de perigo iminente e a reação exacerbada, por vezes descontrolada contra ele - sendo o linchamento o seu ápice.

Se a internet parece ter encolhido o mundo, e milhares de quilômetros podem ser reduzidos a um clique, como diz o clichê e alguns anúncios publicitários, nosso mundo interno ficou a oceanos de nós. Conectados ao planeta inteiro, estamos desconectados do eu e também do outro. Incapazes da alteridade, o outro se tornou alguém a ser destruído, bloqueado ou mesmo deletado. Falamos muito, mas sozinhos. Escassas são as conversas, a rede tornou-se em parte um interminável discurso autorreferente, um delírio narcisista. (BRUM, 2016b)

Tudo que está na neblina é vago, indistinto; na neblina não há certezas, apenas possibilidades. Mesmo a mão que agora seguramos, não sabemos por quanto tempo estará ali: as relações pessoais, refúgio da hostilidade inexorável do cotidiano, são os marcos mais firmes que imaginamos encontrar - mas num mundo líquido, marcos firmes são miragens.

Figura 02: Tirinha da série "Os Malvados", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (<http://www.malvados.com.br/>)

Quem hoje está ao nosso lado, amanhã poderá ser uma lembrança; o amor eterno esgota-se em meses, e as amizades de uma vida perdem-se no sumidouro do esquecimento. Conforme Bauman (2008), as relações humanas não são mais espaços de certeza e conforto espiritual - antes, prometem ansiedade perpétua, uma vida em estado de alerta, sinais de aflição e alarmes que nunca vão parar de soar.

Já que as suspeitas, temores, traições e abandonos estão sempre no horizonte, os vínculos sólidos parecem desfazer-se na liquidez moderna - a fuga do problema parece uma solução melhor que enfrentá-lo, então buscamos angustiados por novas alternativas. A aposta em algumas poucas relações estáveis e sólidas comuta-se na busca de extensas "redes" de amigos; na verdade,

a rede mais ampla que pudermos comprimir no painel do telefone celular... (...) Já que nenhuma cesta é totalmente segura, tentamos colocar os ovos em todas que pudermos encontrar. Preferimos investir nossas esperanças em "redes" em vez de parcerias, esperando que em uma rede sempre haja celulares disponíveis para enviar e receber mensagens de lealdade. Esperamos compensar a falta de qualidade com a quantidade (a probabilidade de ganhar na loteria é minúscula, mas quem sabe um conjunto de probabilidades miseráveis possa constituir uma chance mais decente?) (...) Os rastros deixados por essa busca por segurança parecem, contudo, um cemitério de esperanças destruídas e expectativas frustradas, e o caminho à frente está salpicado de relacionamentos frágeis e superficiais. O chão não está mais firme à medida que caminhamos... (BAUMAN, 2008, p. 94)

O risco torna-se o lugar comum da modernidade. Para qualquer processo que tenha efeitos colaterais, há soluções para minimizar ou eliminar o risco - entretanto, estas soluções acarretam novos riscos, numa cadeia de extensão desconhecida. Por comporem um processo causal, os riscos são intermediações entre uma causa e um resultado indesejado - seriam os elos de ligação invisíveis que sinalizam as potenciais consequências de certos processos ou decisões. Desta premissa, surgem implicações importantes para a (re)definição política das causas, a alocação de responsabilidades e a gestão das consequências, entendidas como "um mal necessário".

...aquilo que até pouco era tido por apolítico torna-se político - o combate às "causas" no próprio processo de industrialização. Subitamente, a esfera pública e a política passam a reger (...) a disputa definitiva em torno dos riscos: não apenas dos problemas de saúde resultantes para a natureza e o ser humano, mas dos efeitos colaterais sociais, econômicos e políticos desses efeitos colaterais (...) [Emerge] o potencial político das catástrofes. Sua prevenção e seu manejo podem acabar envolvendo uma reorganização do poder e da responsabilidade. A sociedade de risco é uma sociedade catastrófica. Nela, o estado de exceção ameaça converter-se em normalidade. (BECK, 2011, grifos do autor, p. 28)

Esta expressão, "um mal necessário", precisa de um complemento. O adjetivo 'necessário' requer uma complementação - algo se faz necessário a uma atividade (um objetivo) ou a alguém. Se no processo de delimitação de riscos, a alocação de responsabilidades for feita de maneira minuciosa e o rastreamento das causas for levado às origens, a expressão "um mal necessário" terá um complemento: "mal necessário à manutenção da ordem econômica e política vigente".

Figura 03: Tirinha da série "Os Malvados", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (<http://www.malvados.com.br/>)

O modelo econômico atual começa a mostrar suas falhas, brechas e vazamentos. As contradições próprias do modelo capitalista - seus 'defeitos congênitos' que imaginávamos conseguir superar (ou ignorar) com a devida cautela - ficam cada vez mais presentes, visíveis e intoleráveis (porque presentes e visíveis). O mito da meritocracia, cujo pressuposto é a

democracia das possibilidades de sucesso, começa a ruir frente à desigualdade intrínseca ao projeto da sociedade industrial capitalista, desigualdade construída e necessária para a manutenção deste projeto. Essa contradição fundamental nos assombra e já impede que muitos de nós durmam tranquilos à noite.

A idéia de que este modelo social de produção, sendo fundamentado na liberdade e auto-determinação, seria capaz de responder a todas as demandas de felicidade e bem-estar igualmente rapidamente mostrou-se incongruente e vencida por erros lógicos fundamentais. Ainda assim, para muitas pessoas, não parece haver nenhuma outra opção possível:

É por isso que sequer podemos conceber a possibilidade de uma transformação da configuração social *na* modernidade, pois os teóricos do capitalismo socioindustrial converteram essa configuração histórica da modernidade, que em aspectos fundamentais segue vinculada a seu oposto no século XIX, em *algo apriorístico*. (...) [Assim,] linhas de conflito e princípios funcionais do capitalismo industrial foram elevados a condições necessárias da modernidade. (BECK, 2013, p. 14, grifos do autor)

Ainda que algumas premissas estejam sendo revistas e realocadas, as diretrizes mais fundamentais parecem inerentemente apriorísticas - portanto inescapáveis. Disto, surge um curioso paradoxo vislumbrado por Beck (2011): sob um aparente fluxo de constante transformação (família, profissão, trabalho, salário, classes), nada de *essencial* realmente muda (família, profissão, trabalho, salário, classes). A sensação superficial de que nossa sociedade está em permanente mudança (*estamos na era da tecnologia, rapidez, aceleração - o que era ontem já mudou, e amanhã já podemos esperar uma novidade*) não faz desaparecer um surdo incômodo com a idéia de que as bases estruturais do nosso modo de ser e pensar nunca foram realmente tocadas.

Ainda assim, as consequências de sustentar um modelo cujas promessas contraditórias são obviamente impraticáveis começam a aparecer: há um senso comum de que este modelo social está chegando a um esgotamento - mas foi-nos dito que isso era impossível. A idéia, agora muito real e palpável, de que nosso estilo de vida está fadado a consumir-se até o colapso significa a queda do mito que a sociedade industrial representaria o ápice da modernidade - e nós seríamos aqueles destinados a vivenciar e prolongar toda sua glória.

Este quadro prenuncia o "fim do sonho" - o problema é que muitos não querem acordar. Ainda que as contradições falem (por vezes gritem) por si mesmas - pobreza extrema convivendo com padrões faraônicos de luxo, uma sociedade vencida historicamente por profunda concentração de renda¹, a impossibilidade estrutural do sistema de absorver toda a

¹ Para aprofundamento, ver Milá (2015).

mão-de-obra disponível, gerando um contingente de sub-empregados e miseráveis -, a fábula meritocrática ainda embasa o discurso que reafirma sistematicamente a igualdade de chances para todos aqueles que trabalhem duro e dediquem o devido esforço para conquistar seus sonhos.

Figura 04: Tirinha da série "Encontro Anual dos Donos do Mundo", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (<http://www.malvados.com.br/donosdomundo/donodomundo4.gif>)

Sonhos estes que nem sabemos mais se são nossos ou nos foram designados. Por duas gerações, a boneca Barbie foi um modelo de beleza que influenciou bilhões de meninas no mundo todo, criando um padrão de beleza a ser alcançado: a mulher alta, loira, de cabelo liso e magra. Este modelo criou uma "ditadura da beleza" imposta cada vez mais cedo: um estudo da Universidade da Flórida constatou que de 121 meninas entre 3 e 6 anos, metade preocupava-se com sua gordura corporal (TOO fat..., 2009), enquanto outros estudos reafirmam que a exposição de crianças à boneca Barbie, considerada um modelo irreal de beleza, é um forte fator de baixa auto estima infantil, distúrbios alimentares precoces e insatisfação com o próprio corpo¹ (NORTON ET AL, 1996; DITTMAR ET AL, 2006). Nossas crianças estão cada vez mais sufocadas ante a incapacidade de ser aquilo que lhes foi dito que elas devem ser, de tal forma que lhes é negada a possibilidade de experimentar a plenitude de ser-si-mesmo já desde os primeiros anos da vida.

Mas o produto pode ser adaptado, desde que a premissa fundamental do consumo mantenha-se intacta: quando a pressão da opinião pública começou a refletir-se nas vendas da Barbie - a Mattel registrou uma queda de 20% entre 2012 e 2014 -, a empresa anunciou novos modelos de Barbie, buscando reafirmar a diversidade. A aparente quebra de paradigmas, em última análise, apenas demonstra a capacidade de adaptação do sistema e serve para reforçar o paradigma fundamental: o provimento de qualquer necessidade passa necessariamente pelo consumo - *até mesmo sua necessidade de reconhecimento como sujeito de direitos*.

¹ Para maior aprofundamento, verificar relatórios da National Association of Anorexia Nervosa and Associated Disorders (<http://www.anad.org/get-information/about-eating-disorders/eating-disorders-statistics/>).

...mais uma prova de que o capitalismo sempre pode contar com a adesão pela fé quando as pessoas são reduzidas a consumidores. (...) A campanha que inclui vários vídeos mostrando a gênese da “nova” Barbie apresenta a Mattel como a intérprete do “mundo que vemos hoje”. A empresa que durante mais de meio século incutiu um modelo único – e nada inocente – na cabeça das crianças é convertida naquela que celebra as diferenças e ajuda as meninas a se identificar e a conviver num planeta multicultural. (...) Ao final de um desses vídeos promocionais, uma menina diz: “Essas bonecas se parecem com as pessoas do meu mundo mágico”. É mesmo “mágico” o mundo em que o deus criador da Barbie se torna um avalizador da diversidade, quando não seu próprio inventor. (...) É um ganho da diversidade, para quem pensa que o mundo não pode prescindir de Barbies? (BRUM, 2016a)

A Barbie, com sua cintura inumana e seu corpo cujas proporções o tornam incapaz de sustentar-se em pé, é apenas um exemplo dentre muitos da lógica de fabricação de sonhos e construção de identidade a partir do universo do consumo. A constatação de que a Barbie é imprescindível para a noção identitária de tantas crianças deve disparar alarmes - e o impacto que *uma mercadoria* tem na maneira de perceber a si e ao mundo não deve ser visto levianamente. A campanha "Não me vejo, não compro!", com crescente força nas redes sociais, reivindica representatividade de minorias na veiculação da propaganda e marketing de produtos. Apesar de algumas premissas positivas, seu slogan pode ser lido, *a contrario sensu*: "Se você me der o que eu quero ver, eu comprarei!". Voltamos à constatação inicial: num aparente fluxo de mudança, nada de *essencial* realmente muda.

Um claro reflexo desta cultura de não-aceitação de si, de permanente insatisfação com quem se é, por estar sempre dois (ou cem) passos atrás na comparação com modelos irreais¹ de beleza, é a epidemia de distúrbios alimentares (já no começo da puberdade), o uso comum de anabolizantes e a busca desenfreada pelo aprimoramento estético². Os padrões de sucesso pessoal atuais ditam que precisamos ser ricos, bonitos, atléticos, esforçados, vencedores - e não só ser, mas externar esse ser, *mostrar* a todos um vencedor.

Celular, smartphone, tablet, chats, e-mails, notebook – o sonho de abolir a solidão parece mais realizável que nunca. Há quem não consiga aproveitar uma refeição se não compartilhá-la com toda sua lista virtual de amigos; se não publicar fotos da viagem, é como se ela não tivesse acontecido; qualquer mínimo acontecimento do dia precisa ser divulgado,

¹ Para aprofundamento no tema, assistir à palestra "The dangerous ways ads see women", de Jean Kilbourne para TEDex Lafayette College, bem como seu documentário "Killing Us Softly", disponível online, acerca dos padrões irreais de beleza e a objetificação feminina na propaganda.

² Desde 2013, segundo a ISAPS (International Society of Aesthetic Plastic Surgery), o Brasil é o país com maior número de cirurgias plásticas no mundo, ultrapassando inclusive os Estados Unidos: dos 1.491.721 procedimentos cirúrgicos realizados em 2013 no mundo, 13% foram realizados aqui; em dois anos, de 2013 até 2015, mais de 1,5 milhões de cirurgias - procedimentos invasivos, agressivos e arriscados - foram feitas no país em nome da beleza (DE ACORDO com a ISAPS..., 2014; BRASIL lidera..., 2014; BRASIL é recordista..., 2015).

dividido, exposto, analisado, até que nada esteja longe do olhar coletivo, destrinchado em dezenas de comentários – uma verdadeira necropsia pública do banal.

Saber-se feliz já não é o bastante, é preciso a legitimação de toda a longa lista de ilustres desconhecidos do Facebook. Sentir é apenas um evento a ser compartilhado com seus milhares de amigos (amigos?), pois sem isso não teria sentido nem razão – seria um sentimento sem propósito. O reforço da auto estima é diretamente proporcional às curtidas da foto, o importante é saber quantas pessoas se importam (importam?): *a felicidade não publicizada é uma felicidade inútil.*

Figura 05: Tirinha da série "Os Malvados", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (<http://www.malvados.com.br/>)

A ilusão do consumo nos consome, e é repetido incessantemente que só é possível ser feliz se você *for algo* ou *tiver algo*: o ser e o ter confundem-se, quando um é condição necessária para se chegar ao outro - *é preciso ser bom o suficiente para ter coisas, e as coisas o farão ser bom o suficiente.* Uma armadilha retórica, em última análise.

A ilusão da felicidade tem quatro carros por cabeça
Deixando o planeta sem capacidade de respirar à vontade
A ilusão de que é mais vantagem cada casa
Mais carro que filho
Cada filho menos filho que carro... (EMICIDA, 2013)

Estes padrões de felicidade, por si só inalcançáveis, tornam-se uma violência ainda maior quando impingidos a quem não tem sequer as condições mais básicas de subsistência - habitação, saúde, educação, saneamento. Boa parte de nossa população brasileira está fora da grande festa do capitalismo, mas isso não implica admitir que talvez as premissas de felicidade do consumo não dêem conta da complexidade da realidade - implica, sim, que é preciso se esforçar bastante para que coisas boas aconteçam com você.

Na sociedade do desempenho, caímos numa outra armadilha: a idéia de que sucesso pessoal depende apenas do quanto você se esforça e trabalha para alcançá-lo. A meritocracia afirma que todos temos chances iguais, todos temos a capacidade de alcançar nossos sonhos, todos podemos nos esforçar para ser o melhor - então, todos *devemos* ser o melhor: o melhor

pai, o melhor funcionário, o melhor amante, o melhor atleta. A ilusão de que nossa capacidade não encontra limites nos leva a ver o sucesso como uma consequência natural e lógica - e, por conseguinte, ver o fracasso como o não-esforço, a dedicação insuficiente, o empenho-que-faltou. Dizem-nos: "Todos podem (e devem!) ser primeiro lugar!"; e sussurram baixinho: "...mas só há um primeiro lugar".

Esta idéia começa a ser vendida, literalmente, desde cedo. A campanha de marketing da Barbie adotou o slogan "Você pode ser tudo que quiser". A sutileza da violência está no "pode": você *pode ser* o que quiser, está ao seu alcance - logo, se você *não se tornar* tudo que quiser, significa que você *não se esforçou*, logo *não mereceu*. Junto com o brinquedo, nos é vendida a idéia irreal de uma potência pessoal ilimitada, a abolição da idéia de auto-limitação:

O lema da Barbie, afinal, é #VocêPodeSerTudoQueQuiser. Talvez não exista nada pior para uma criança do que a mentira de que é possível alcançar a completude – ou de que é possível viver sem perdas. Ou ainda de que não haverá limites. Chega a ser criminoso, mas a publicidade varia esse mote em diferentes produtos – e as crianças mal acabaram de nascer e já tem a Barbie lhes sussurrando essa promessa nos ouvidos enquanto sacode os cabelos. (BRUM, 2016a)

A icônica mudança de paradigma de marketing da Barbie - saindo de "Temos esse único modelo para você" para "Você pode ser tudo que quiser" - reflete o que Han (2015) define como o salto da sociedade disciplinar (marcada pela proibição, o mandamento, o *não*, cuja negatividade gera loucos e delinquentes) para a sociedade do desempenho (definida pelas premissas da motivação e iniciativa, cujos refugos são depressivos e fracassados). Neste novo modelo de sociedade, as palavras de ordem são produtividade, empreendedorismo, projeto, *maximização*: produção, desempenho, sujeitos, tudo é maximizado. A auto-limitação está apenas na sua cabeça! Você é do tamanho dos seus sonhos! Desculpas não fazem campeões!

Mas o que Han define como um mudança de axiomas entre a sociedade disciplinar e a sociedade do desempenho mostra-se, num olhar mais atento, uma mudança muito mais de slogan que de fundamentos. O "poder ser" não anula o "dever ser" - antes, eles misturam-se e confundem-se. A castração do sujeito disciplinar transmuta-se na maximização castradora do sujeito de desempenho - castradora porque impraticável.

O sujeito, abstratamente maximizado e concretamente limitado, almeja seu eu vencedor e esbarra no seu eu limitado. É preciso estar à altura de expectativas que simplesmente não dialogam entre si e, por outro lado, não param de subir: *seja feliz*, belo, magro, coma nos melhores restaurantes, seja inteligente, bem sucedido, disposto, competitivo, rico, mas atenção: dinheiro não compra felicidade! *Seja feliz*, estude, leia, corra, repouse, evite sair tarde, esteja na balada do momento, compre, vista, consuma, mas quem gosta de

trabalhar? *Seja feliz*, arranje tempo para a família, seja saudável, fique atento aos problemas dos seus filhos, esteja informado, faça terapia, pague as contas, durma bem, mas como dormir quando há tanta coisa na lista de requisitos para ser amado e respeitado? Contrate um seguro, ou dois, ou todos os seguros possíveis: cubra todas as possibilidades de catástrofe iminente. Seja feliz! Ah, e relaxe.

Numa sociedade incapaz de encarar o fracasso e a tristeza, na qual *não ser feliz* é um atestado de incompetência e desajuste, não surpreende que o segmento de auto-ajuda esteja entre as áreas de maior destaque comercial dos últimos anos: da lista dos dez livros mais vendidos em 2015, seis têm relação com auto-ajuda ou controle de ansiedade e stress (PUBLISHNEWS, 2016); o *coaching* ganha fôlego cada vez maior, prometendo transformar fracassados em vencedores com uma única palestra que vai mudar sua vida. Por outro lado, a venda mundial de ansiolíticos bate recordes a cada ano¹ - e o Brasil está entre os recordistas planetários deste filão, sendo carinhosamente apelidado pela indústria farmacêutica de "país farmaemergente".

Figura 06: Tirinha da série "A Ditadura da Alegria", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (<http://www.malvados.com.br>)

Toda essa "positividade" tem um preço. A implacável consciência da própria incapacidade e limitação cria, no processo, um largo contingente de "inválidos emocionais da guerra interna": "A lamúria (...) de que *nada é possível* só se torna possível numa sociedade que crê que *nada é impossível*. Não-mais-poder-poder leva a uma autoacusação destrutiva e a uma autoagressão. O sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo." (HAN, 2015, p. 29, grifos do autor).

¹ Brasil, Rússia, Índia, Coréia, México e Turquia - os "farmaemergentes" respondem sozinhos por 50% do crescimento do mercado mundial de medicamentos. Apenas entre setembro de 2014 e outubro de 2015, houve um crescimento de 11,6% na venda de antidepressivos e estabilizadores de humor no Brasil (o equivalente a 53,3 milhões de caixas de remédios); apenas em 4 anos (de 2005 a 2009), houve um aumento de 44,8% nas vendas brasileiras (GUIMARAES, 2011; JARDIM, 2015). Já na Europa, entre 1995 e 2009, enquanto o crescimento populacional anual não passou de 1%, o uso de antidepressivos aumentou em torno de 20% ao ano (NORONHA, 2016; USO de antidepressivos..., 2013).

Por outro lado, a globalização trouxe potencialidades maravilhosas e terríveis. Estar conectados 24 horas por dia (celulares, tablets, *ipads*, carros com bluetooth, ônibus e metrô com televisões, *Google Glass*, notebooks, televisões *smart*) tornou-se nosso sonho - exceto que ele assume cores cada vez mais sombrias de um pesadelo. Na era da aceleração digital, deparamo-nos com um ritmo alucinado de distribuição de informação e estamos sendo permanentemente demandados a saber - é preciso estar por dentro dos fatos, todos estão comentando, tome um posicionamento, a informação está aí, não há tempo algum a perder: "Os cliques da internet tornaram-se os remos das antigas galés. Remem remem remem. Cliquem cliquem cliquem para não ficar para trás e morrer. Mas o presente, nessa velocidade, é um pretérito contínuo." (BRUM, 2016b).

Han (2015) afirma que este excesso de estímulos, informações e impulsos fragmenta e destrói a estrutura e economia da atenção, remetendo-nos a um estágio semelhante ao dos animais selvagens, incapazes de aprofundamento contemplativo: no estágio selvagem, o animal deve ocupar-se de sua alimentação ao mesmo tempo em que vigia seu/sua parceiro/a, fica atento a predadores, cuida da prole, dividindo sua atenção em várias atividades, de maneira que não pode mergulhar contemplativamente no que tem diante de si. Da mesma forma encontramos-nos nós:

A contemplação é civilizatória. E o tédio é criativo. Mas ambos foram eliminados pelo preenchimento ininterrupto do tempo humano por tarefas e estímulos simultâneos. Você executa uma tarefa e atende ao celular, responde a um WhatsApp enquanto cozinha, come assistindo à Netflix e xingando alguém no Facebook, pergunta como foi a escola do filho checando o Twitter, dirige o carro postando uma foto no Instagram, faz um trabalho enquanto manda um email sobre outro e assim por diante. (...) Voltamos ao modo selvagem. Nietzsche (1844-1900), ainda na sua época, já chamava a atenção para o fato de que a vida humana finda numa hiperatividade mortal se dela for expulso todo elemento contemplativo: "Por falta de repouso, nossa civilização caminha para uma nova barbárie". (BRUM, 2016b)

Desta maneira, ao homem contemporâneo não é permitido alienar-se do presente. O momento de não fazer nada é programado com antecipação, espremido em uma ou duas semanas no ano para aqueles que têm o luxo de férias - e nem aí há mais descanso. Não é permitido andar vagarosa e tranquilamente: foi-lhe roubado o direito de dispor do próprio tempo. Seu tempo sequer é mais tempo agora: tempo é dinheiro. É necessário o andar reto e linear daqueles com um rumo, uma meta. O passo indeciso daquele que dá voltas e passeia sem direção denota 'falta do que fazer' - e sempre, sempre há algo a se fazer.

Figura 07: Tirinha da série "Museu dos Anos 90", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (www.malvados.com.br)

Assim, atemorizados com os criminosos, ansiosos pela doença, inseguros com a possibilidade do abandono, angustiados com as catástrofes naturais, cansados da solidão, deprimidos com o próprio fracasso, imersos em sucessivos pesadelos, buscamos saídas da neblina e prosseguimos, exaustos, correndo através da névoa, procurando vislumbrar algo adiante, apavorados demais para parar:

Estamos exaustos e correndo. Exaustos e correndo. Exaustos e correndo. E a má notícia é que continuaremos exaustos e correndo, porque exaustos-e-correndo virou a condição humana dessa época. E já percebemos que essa condição humana um corpo humano não aguenta. O corpo então virou um atrapalho, um apêndice incômodo, um não-dá-conta que adocece, fica ansioso, deprime, entra em pânico. E assim dopamos esse corpo falho que se contorce ao ser submetido a uma velocidade não humana. Viramos exaustos-e-correndo-e-dopados. Porque só dopados para continuar exaustos-e-correndo. (BRUM, 2016b)

Na sociedade do risco, vivemos num cenário de cuidadoso cultivo e manutenção de níveis controlados de pânico – sim, o que se afigura como uma contradição lógica ganhou lugar cativo na Era dos Absurdos.

Nunca houve tão imensa epidemia de transtornos ansiosos, admitidos ou mascarados, ou um medo tão premente do fracasso, e nunca nos foi tão pesado o temor do amanhã, do hoje, do próximo instante.

...Tudo isso se acrescenta à confusão já considerável e recobre o futuro de uma neblina ainda mais densa. E a neblina - inescrutável, opaca, impermeável - é (como qualquer criança lhe dirá) o esconderijo favorito do mal. Feita dos vapores do medo, a neblina exala o mal. (BAUMAN, 2008, p. 95)

A vida em sociedade, que deveria, com suas luzes, afastar as trevas da floresta mais escura de nossos ancestrais, revelou-nos diabolicamente uma nova escuridão, mais terrível que aquela de nosso passado – uma escuridão que nenhuma luz anula, residente no próprio coração da civilização, filha dos homens, escuridão que não acaba com o fim da noite.

2.2 O imaginário social como manancial de sentidos

A atribuição de sentido faz-se essencial para a experiência humana do mundo – de fato, de uma perspectiva fenomenológica, o mundo *é* sentido. A própria existência neste mundo faz-se a partir da compreensão deste mesmo mundo: a existência é o permanente exercício da hermenêutica da realidade (que é, em si mesma, um conceito); nas palavras de Falcão e Belchior (2008, p. 2), "Viver é interpretar constantemente".

Rejeita-se neste trabalho a concepção idealista de que há conceitos já prontos, verdadeiros e eternos, pairando num plano abstrato acessível pela razão (ou pelo sentimento, pela fé ou o que seja). Refutamos a lógica metafísica, herança do pensamento platônico, que pressupõe haver verdades atemporais; partimos do pressuposto de que o ato cognitivo tem um substrato essencialmente empírico, com um inexorável atributo de temporalidade.

Não se afirma aqui que a realidade são apenas conceitos abstratos; conforme Castoriadis (1982), os atos materiais da vida em sociedade não são (ou nem sempre são) símbolos, mas seriam impossíveis sem uma rede simbólica. A denominada “vida real” é uma vasta gama de conceitos instituídos – o amor e a amizade, o poder, o dinheiro, o Estado, etc: mesmo os atos mais banais do cotidiano são percorridos por operações simbólicas. Como diz Castoriadis (1982), nossa sociedade enquanto instituição é permeada pelo simbólico, desde um ato de venda, uma folha de pagamento, uma sentença de tribunal até o gesto final do carrasco. São convenções histórico-culturais que reafirmam que a atribuição de sentido é essencial à experiência, e a experiência é o ponto de partida para a atribuição de sentido.

Toda idéia é uma construção humana mediada através da interação do indivíduo com seu meio – isso aplica-se até à construção psíquica mais fundamental do sujeito: sua auto-constituição como indivíduo. Vygotsky afirma (MOLON, 2000) que a criação da consciência de si passa pelo reconhecimento do outro através da experiência social, a partir de uma relação de reflexividade; assim, a operacionalização do eu, enquanto fenômeno subjetivo, não existe por si mesma, deslocada de uma perspectiva espaço-temporal ou alheia às suas causas. Este autor compreende que "...tanto a consciência quanto os processos mentais que a

acompanham são, em essência, processos histórico-sociais, mediados simbolicamente." (ALVARO; GARRIDO, 2006, p. 127).

Esta mesma questão nos é apresentada por Falcão e Belchior (2008) sob outro prisma: para que o sujeito possa construir algum sentido acerca de si, para que possa raciocinar sobre o próprio ser, é necessário fazer de si mesmo objeto cognoscível - é preciso ter a experiência de se perceber no mundo para poder tomar consciência própria, sendo ao mesmo tempo sujeito cognoscente - o eu que conhece - e objeto cognoscível.

O homem, enquanto ser temporal, somente poderá apreender o mundo de uma perspectiva localizada historicamente. Assim sendo, as circunstâncias sociais, políticas, culturais – ou seja, a sociedade enquanto construção histórica de significados – são o grande repositório de sentidos possíveis ao homem em seu existir enquanto permanente interpretação: as circunstâncias da sua época - um cenário de medos, angústias e ansiedades - serão o substrato para a construção de sentido do seu mundo. O ato cognitivo sempre terá como matéria prima os elementos do arcabouço psíquico do sujeito, os quais têm por manancial o imaginário social de sua época; esta afirmação, porém, não implica que este ato cognitivo esteja preso a balizas inamovíveis e estáticas.

O que aqui se denomina imaginário social não é uma construção acabada e petrificada. Através do imaginário, é possível a construção de mundos, a atribuição de sentido à realidade: "...durante a maior parte da história humana e da vida social, funcionamos graças à apreensão que temos do repertório comum (...) Os seres humanos actuaram com base num imaginário social, muito antes de alguma vez se darem ao trabalho de teorizar acerca de si mesmos." (TAYLOR, 2010, p. 33). Assim, a construção coletiva de sentido cria um universo imaginal próprio, diverso de cada subjetividade individual que o compõe.

São muitas as definições entre os sociólogos do imaginário - alguns usam denominações diversas, como "simbólico", "imaginal", entre outras (Castoriadis (1982), por exemplo, faz uma diferenciação, explicando que o simbólico é a maneira de o imaginário ganhar vida, exprimir-se, "existir" além do virtual). Embora nos utilizemos das contribuições de diversos autores para compreendê-lo, buscando lançar luzes pelos mais variados ângulos, inclinamo-nos à visão de Michel Maffesoli, para quem não é possível dar uma definição precisa - fazê-lo seria tentar restringir algo que tem em si partes indefiníveis, indetermináveis:

O imaginário tem, além disso, algo de imponderável. É o estado de espírito que caracteriza um povo. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega também algo de imponderável, um certo mistério da criação ou da transfiguração. (...) O imaginário permanece uma dimensão ambiental, uma matriz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamin chama de aura. O

imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. (MAFFESOLI, 2001)

Ainda que nos aproximemos mais da percepção de Maffesoli quanto à (in)definição do imaginário, há aspectos de divergência em relação a este autor - o mais pronunciado refere-se ao "imaginário individual": enquanto ele não aceita a existência do imaginário individual, afirmando que todo imaginário pretensamente individual é parte do grande imaginário coletivo, inclinamo-nos à idéia de que há ambas as esferas imaginais, e estão em permanente diálogo, transformação e (re)construção mútua. Tornar todas as consciências individuais apenas peças dispersas que somente reproduzem um grande todo seria ignorar a singularidade de cada sujeito; por outro lado, pressupor que não existe uma consciência coletiva e diferente das subjetividades elementares seria igualmente uma redução simplista, que desconsidera fenômenos sociais específicos à realidade coletiva, muitos estudados pelos mais diversos autores¹.

Isto dito, é preciso compreender que o imaginário social não é apenas uma grande colagem de (in)compreensões individuais: o coletivo tem autonomia imaginal em relação aos seus componentes isolados. Como já afirmado, os indivíduos, quando em grupo, comportam-se de maneira diversa que quando isolados - isto traduz-se na idéia de "alma coletiva", expressão de Le Bon (1905/2001), que afirma que certas idéias, sentimentos e ações só afloram nas "multidões psicológicas"². Ele explica que por mais heterogêneos que sejam os indivíduos que compõem a massa, ao imergirem nela, passam a sentir, pensar e agir conforme a coletividade, chegando por vezes a anular sua razão individual, seu interesse pessoal e sua personalidade consciente, como "um hipnotizado fascinado nas mãos do hipnotizador"³ (LE BON, 1905/2001, p. 21, tradução nossa).

¹ Podemos citar os estudos de Le Bon (1905/2001) sobre a psicologia das multidões, bem como as pesquisas de Álvaro e Garrido (2006), que abordam diversos autores que trabalharam com influência do grupo sobre a percepção e o comportamento individual (como Muzafer Sherif e Kurt Lewin), além dos estudos de Leon Festinger, Solomon Asch, Stanley Milgram, Philip Zimbardo, entre muitos outros.

² Le Bon (1905/2001) explica que apenas o fato de estarem reunidos muitos indivíduos não os caracteriza necessariamente como uma multidão, para os fins de seu estudo. A "multidão psicológica" não é definida por quantidade - em certos momentos, meia dúzia de homens pode constituir uma multidão, enquanto mil homens reunidos acidentalmente não o seriam; também não precisa haver uma aglutinação física - os nacionais de um país inteiro, sob certos aspectos, constituem uma multidão psicológica; ela surge a partir de certos "excitantes", como um propósito comum, valores compartilhados, traços de identificação mútua (nacionalidade, cultura, um inimigo comum, etc), uma notável circunstância histórica, etc. Ainda que sua visão seja um tanto extremada em relação à tese da mentalidade coletiva, diversas observações suas são cabíveis em nossa análise, especialmente na abordagem do ato do linchamento em si.

³ "...l'individu plongé depuis quelque temps au sein d'une foule agissante, se trouve bientôt placé (...) dans un état particulier, qui se rapproche beaucoup de l'état de fascination où se trouve l'hypnotisé dans les mains de son hypnotiseur."

Por este lado, os elementos do imaginário social determinam nosso comportamento, seja para aderir ou negar as premissas postas: seriam nosso horizonte de compreensão, a partir do qual formularemos nossas posturas e ações. O imaginário social de nossa época não obriga nossa anuência, mas é o ponto de partida para qualquer elaboração, seja para filiar-se ou romper com suas premissas. Assim, a percepção do criminoso, do delito e do desvio - e a reação a isso - será inevitavelmente mediada por este horizonte hermenêutico

Por outra vertente, não é possível falar de um único imaginário social. Uma vez que há infindáveis formas de organização coletiva geográfica e historicamente, igualar todos os estratos imaginais seria o mesmo que dizer que todos os agrupamentos são idênticos, ignorando sua incalculável diversidade. Cada coletividade - uma família, uma vila, uma cidade, um estado, um país - tem um imaginário próprio, e cada imaginário está imerso em outros imaginários, nutrindo-se deles e compondo sua complexidade.

Cada família tem uma história própria, hábitos, um código de conduta, formas específicas de interação entre seus membros, etc; cada cidade tem alguns costumes, crenças, valores, festas, mitos que lhe são peculiares e constroem uma história e cultura próprias, mas está também imersa em outros planos imaginais, e compartilha com eles outros elementos - as festas do seu estado, os heróis de seu país, os rituais de uma religião, as formas de organização política de um período histórico, chegando a reações emocionais comuns a toda a humanidade. Assim, em permanente simbiose, os imaginários não são unidades autônomas estanques, mas se entrelaçam, se interpenetram e se sobrepõem em uma vasta rede simbólica.

É o que Taylor (2010) quer dizer ao afirmar que *o contexto que dá sentido a qualquer ato é muito mais amplo e profundo* que à primeira vista, sendo insuficiente avaliar apenas o sentido imediato da ação: *o 'dar sentido' provém de todo nosso mundo*, da nossa auto-concepção no tempo e no espaço e de como vemos os outros e nos colocamos frente a eles. Desta forma, para abordar o ato do linchamento no Brasil, tema deste estudo, não é possível avaliar apenas o imaginário brasileiro ou mundial: trouxemos anteriormente neste trabalho elementos do imaginário contemporâneo - a era dos riscos, medos, ansiedades - e posteriormente observaremos como este imaginário mescla-se aos elementos peculiares do cenário brasileiro, criando um universo imaginal particular, com elementos próprios - dentre os quais, a figura do Bandido, objeto deste trabalho.

Neste trabalho, não faremos oposição entre imaginário e realidade, por não entendermos serem necessariamente opostos, ainda que este seja o senso comum (quando for

abordada a dicotomia mundo imaginado *versus* mundo material por essa perspectiva do senso comum, faremos grifo para explicitar que não é nossa posição opor o "real" ao imaginário). O conceito de realidade é, em última instância, talvez o mais complexo de todos os conceitos, pois abarca *o que há* - e por exclusão, abre largas fronteiras para além das quais está o *não há*, o que desdobra-se no questionamento do conceito de "haver", "existir". Não é nossa pretensão neste trabalho adentrar em especulações sobre a realidade ou desenvolver conceitos filosóficos: nossa premissa é de que tudo que podemos pensar, sentir, criar, desejar é real, pois nos afeta como seres neste plano de existência. Conforme Maffesoli (1998; ANAZ, 2014), tudo aquilo que existe - que chamamos realidade - está povoado de quimeras e imaginações que não podem ser negligenciadas.

Essa cisão dicotômica entre o real e o imaginário é enganosa. O imaginado faz-se material através da ação humana sobre o mundo: as igrejas, a arquitetura, a minha aparência física, a conduta moral, as festas, a lei, o dinheiro, etc. Tudo é permeado pelo simbólico, de forma que o material é também simbólico, não sendo mais possível delimitar categorias apartadas e estanques. Um crime só é proibido porque abstratamente definido - ainda assim, todo o maquinário jurídico, materializado, muito sólido e palpável, estrutura-se em construções simbólicas de justiça, bem, mal; da mesma forma, o Bandido é uma construção simbólica cuja repercussão material é vista por todo o corpo social - cercas elétricas, carros blindados, linchamentos, aparato policial crescente, etc. Sendo o real e o simbólico domínios que se entrelaçam e nutrem mutuamente, não se sabe onde um termina ou o outro começa - em que grau podemos especificar, numa cerimônia, por exemplo, o que é apenas manifestação nua do mundo e o que é já materialização do simbólico?

O imaginário não se limita ao nosso mundo sensível - apenas o tem como ponto de partida. A partir daí, as narrativas têm infinitas possibilidades e nenhuma fronteira: não há uma lógica implícita nas relações entre imagens, percepções, conceitos, formas do imaginário, nem uma estrita semelhança com o que existe no mundo material. No domínio do imaginário, encontramos deuses transcendentos, oniscientes, onipresentes; construções ideológicas utópicas; uma vasta gama de representações dos elementos da natureza e das fobias dos homens; seres fantásticos de eras passadas ou futuras, etc.; como afirma Legros et al (2006), o imaginário não pode ser avaliado em termos puramente objetivos, sendo nascedouro e habitação de produções do espírito que veiculam visões do universo, crenças e desejos mergulhados na psique. Desta forma, para compreender alguns elementos do imaginário (o Bandido, a motivação popular para o linchamento), é preciso investigar o imaginário como

teia de relações simbólicas - o medo, a ansiedade, o 'sentir-se impotente', a intolerância, a violência.

É preciso também considerar que a (permanente) construção do imaginário não é um processo totalmente irracional nem totalmente racional: há elementos de ambas as ordens em constante diálogo. Castoriadis (1982) afirma que não faz sentido sustentar que o simbolismo obedeça a padrões de funcionalidade, como se estivesse a serviço de propósitos determinados: à medida que analisam-se os elementos de uma cerimônia, por exemplo - seus gestos, suas cores, seus rituais específicos - percebe-se que o simbólico articula-se num nível diferente do apenas funcional, sendo-lhe já autônomo. Assim, não é possível afirmar que a construção simbólica do Bandido (ou os elementos do imaginário social que o constroem) seja inteiramente racional - pelo contrário, a tese deste trabalho é que as bases de edificação desta representação social são o medo, a ansiedade e a intolerância historicamente replicada, os quais dirigem neste caso a construção de um sentido final aparentemente racional: o Bandido como um ser perverso e inescrupuloso, um risco social.

Sem dúvida, há um viés funcional em inúmeras construções simbólicas estruturantes da vida social. A maneira de elaborar e organizar as operações do dia a dia, desde as mais simples, deriva de análises mentais acerca da melhor forma de alcançar ordem; desde regras de etiqueta a sistemas econômicos, da montagem de uma cadeira a códigos morais, tudo começa como abstração. No imaginário, conforme Taylor (2010), encontramos não apenas a concepção de como as coisas são, mas como *deveriam ser*, de maneira a extrair do domínio imaginário condutas e situações que obedeceriam a uma ordem moral ou metafísica, e que buscamos concretizar no dia a dia para instaurar valores e ideais comuns. Deste pressuposto, analisaremos alguns valores do nosso imaginário brasileiro, como eles direcionam o olhar sobre o crime, e como o Bandido (não) se encaixa neles.

Por outro lado, não é possível impor ao mundo imaginal uma pretensa neutralidade ou adequação ao "mundo real". A lógica não governa todos os domínios do imaginário, e nem sempre encontramos coerência ou racionalidade ao investigarmos suas reentrâncias - talvez por isso o estudo dos mitos e do imaginário tenha merecido descrédito por tanto tempo. Maffesoli (1998) afirma que o predomínio da visão científico-racionalista, que desde Sócrates enfatizou unilateralmente apenas uma parte da realidade social, fez no homem como que uma amputação:

De Pico della Mirandola a Adorno, passando por Durkheim, uma mesma sensibilidade se exprime: a da separação, a de uma razão abstrata que não consegue, não sabe, perceber as afinidades profundas, as sutis e complexas correspondências que constituem a existência natural e social. Daí vem, certamente, a alergia do

cientista às formas, às aparências, a todas essas coisas sensíveis que ele tende a desprezar, pelo motivo de que elas não podem reduzir-se à intelectualidade pura. Seu medo é, essencialmente, o do retorno ao caos primordial que só a razão pode e sabe pôr em ordem. Tudo o que tende a relativizar essa ordem é, potencialmente, suspeito. (MAFFESOLI, 1998, p. 43)

Não é possível impor uma ordem puramente racional ao domínio abstrato - qualquer tentativa de compreender os mitos, a simbologia e as abstrações de uma sociedade por preceitos limitados ao rigor cartesiano da lógica seria em vão. Há no imaginário social uma permanente mescla de racional e irracional, de elementos os mais diversos, compreensões e incompreensões pulverizadas por todos os seus recantos, num plano de criação permanente de sentido.

Assim, a compreensão de um fenômeno sociológico deve necessariamente adentrar num domínio mais profundo, em que o confuso, o duvidoso, o indiscernível, o irracional encontram o lógico, o definido, o transparente: *devemos adentrar na neblina* para entender como seus habitantes (não) enxergam o mundo, as ameaças, e como reagem a isso.

As criações simbólicas do imaginário individual não estão engessadas ao imaginário coletivo, embora haja um liame inescapável entre eles - conforme Legros et al (2006, p. 18, tradução nossa), "A arborescência inconsciente de cada pessoa é irrigada por sua biografia, mas o lençol freático no qual ela se alimenta é escavado sob o peso das sedimentações culturais e da história."¹. O indivíduo encontrará no imaginário de sua sociedade e de seu tempo o repositório permanente de sentidos com o qual construirá suas próprias noções de mundo; assim, uma representação simbólica - no caso, o Bandido - nunca será absolutamente igual para duas pessoas, mas terá uma matriz comum, coletiva.

O indivíduo social está num permanente processo de interação cognitiva com o meio - essa afirmação é a premissa fundamental de diversos autores que teremos como referencial teórico neste trabalho, como Bartlett (1925), Blumer (1986), Kuhn (1964), Goffman (2011), Asch (1907/1977), Schutz (1970), Berger e Luckmann (2003), Moscovici (2007), entre tantos outros. Sendo o sujeito dotado de subjetividade única, sua percepção do mundo terá matizes particulares que remetem ao seu específico arcabouço psíquico. Neste processo de interação, tudo que capta do "mundo real", processa; tudo aquilo que processa, transmuta em sentido ou sensação; e todo sentido transformará seu próprio repositório pessoal de concepções e significados, numa *espiral hermenêutica* de sentido inesgotável em perpétuo desabrochar e metamorfose.

¹ "L'arborescence inconsciente de chaque personne est irriguée par sa biographie, mais la nappe phréatique où elle s'approvisionne est encavée sous le poids des sédimentations culturelles et de l'histoire." (Sociologie de l'imaginaire, p. 18).

O conceito de *espiral hermenêutica* é trabalhado por Falcão e Belchior (2008) como uma ampliação da noção de círculo hermenêutico desenvolvida por Schleiermacher. Enquanto o conceito de "círculo hermenêutico" pressupõe que, durante o processo de construção de sentido, o intérprete tem sua compreensão do objeto modificada pelo próprio objeto analisado, a idéia de "espiral hermenêutica" considera que este processo não começa e termina em pontos fixos - como o seria um círculo -, mas está em permanente expansão, uma vez que o intérprete nunca está no lugar anterior que esteve ao interpretar previamente: seus pré-conceitos são reestruturados e sua compreensão do mundo já não é a mesma de quando entrou, o que faz com que o *compreender o mundo* aconteça em cada novo *compreender qualquer coisa*.

Este mesmo conceito pode ser aplicado ao sujeito em relação ao imaginário social: cada nova compreensão, cada signo, cada contribuição subjetiva altera o todo. O imaginário não é um edifício estático - em permanente (re)construção, "todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes" (CASTORIADIS, 1982, p. 48). Assim, em eterna mutação, o imaginário social influencia e é influenciado por cada sujeito criador de sentido: a cada instante, o repositório de sentidos atualiza-se e transmuda-se. Por isso, é possível entender que alguns elementos do imaginário mudem - a noção do criminoso há 50 anos atrás não é a mesma de hoje - pois o pano de fundo está em permanente mudança.

Importante assinalar que, sendo uma parte da construção histórica e social de um povo, o imaginário tem elementos mais estáveis e outros mais fluidos, a depender de cada sociedade. Há traços e particularidades que sedimentam-se nas práticas e na vivência de cada coletividade, de forma que permeiam as lógicas estruturais de suas instituições; por outro lado, há elementos transitórios que estão em constante mutação, à medida que a sociedade evolui. Conforme Castoriadis (1982, p. 152):

Nem livremente escolhido, nem imposto à sociedade considerada, nem simples instrumento neutro e medium transparente, nem opacidade impenetrável e adversidade irreduzível, nem senhor da sociedade, nem escravo flexível da funcionalidade, nem meio de participação direta e completa em uma ordem racional, o simbolismo determina aspectos da vida da sociedade (e não somente os que era suposto determinar) estando ao mesmo tempo, cheio de interstícios e graus de liberdade.

É preciso reafirmar que as criações no plano individual são moldadas pelo social, mas não são irrevogavelmente condicionadas a ele - aceitar o contrário equivaleria a afirmar, em última análise, estar o imaginário estagnado em invólucros rígidos e imutáveis, incapaz de acolher novos sentidos: a imaginação definhada. Também significaria que não é possível transformar as visões de mundo e ideologias de um povo, o que não procede. Ainda que o

todo diferencie-se de suas partes, ele é formado por elas: o imaginário não existe sem ter quem o sonhe.

Uma vez imersas no imaginário social, as criações cognitivas - mitos, símbolos, representações, arquétipos, etc - passarão a integrar a vasta miscelânea imaginal, transformando-a, moldando-a, preenchendo novos espaços e criando novos vácuos: “o simbólico seria, então, o *plano da criação* continuada do imaginário, imprevista, complexa, “irracional”; seu substrato matriz...” (KESKE, 2003, p. 6, grifo do autor).

A partir dessa perspectiva, o imaginário social contemporâneo, vincado de sonhos de consumo, medos fabricados, demandas de desempenho, ameaças de toda ordem, encontra no cenário nacional uma particular conjuntura que leva à criação de um imaginário social brasileiro (cujas características serão analisadas no segundo capítulo): uma mescla de todos estes elementos, que combinados criam uma teia simbólica da qual emergem rotulações, definições maniqueístas, estereótipos (dentre os quais o Bandido tem um particular destaque).

Para compreendermos o fato social do linchamento, faz-se necessário investigar alguns recantos mais claros e mais sombrios do imaginário social brasileiro, quais de seus elementos simbólicos atuam, quais lógicas históricas permeiam esta prática. Para além das causas imediatas do linchamento - a eliminação de uma vida, o justicamento momentâneo -, há causas implícitas mais fundamentais, que podem ser encontradas no imaginário da nossa sociedade. Para ultrapassar a superfície dos lugares comuns e chegar a estas causas, precisamos fazer as perguntas mais importantes - *quem* linchamos e *por que* linchamos.

2.3 A busca pelo sentido

- Isso é real? Ou esteve acontecendo apenas em minha mente?

Dumbledore lhe deu um grande sorriso (...)

- Claro que está acontecendo em sua mente, Harry, mas por que isto significaria que não é real?

(J. K. Rowling¹)

A experiência do mundo exige sua compreensão. Tememos o que não entendemos: assim sendo, buscaremos de todas as maneiras entender, dar sentido a uma sensação, uma idéia, um acontecimento, um objeto, um ser. Ao longo de sua história, o homem buscou incessantemente imprimir significado a tudo que experimentava, pelos mais diversos meios; e

¹ Do livro "Harry Potter e as Relíquias da Morte", p. 561.

ao deparar-se com algo que desafiava seu arcabouço cognitivo, buscou explicá-lo através da religião, dos mitos, da ciência, etc.

Moscovici (2007), ao abordar a construção de sentido, expõe duas visões extremas da experiência cognitiva do ser humano. Há, por um lado, o que ele chama (com certa ressalva) de "pensamento primitivo", que considera que a realidade conforma-se ao pensamento, o qual penetra o real e faz o objeto emergir como uma réplica do pensamento; por outro lado, há a racionalidade científica moderna, que entende ser o pensamento submisso ao material, havendo um "poder ilimitado dos objetos" sobre o pensamento, de maneira que este é apenas réplica do objeto. Segundo ele, ambas são maneiras simplistas de o ser humano lidar com um velho inimigo - o medo:

...o medo instintivo do homem de poderes que ele não pode controlar e sua tentativa de poder compensar essa impotência imaginativamente. Sendo esta a única diferença, enquanto a mente primitiva se amedronta diante das forças da natureza, a mente científica se amedronta diante do poder do pensamento. (MOSCOVICI, 2007, p. 29)

Ambas as percepções são extremos, sendo visões limitadas do problema - o que não significa que não possamos nos apropriar de ambas: em vez de permanecermos engessados em categorias estanques - preto ou branco -, temos uma vasta paleta de cinzas a ser explorada.

Asch (1907/1977) afirma que o fato de termos todos a mesma percepção do mundo físico (noções de espaço, tempo e causalidade) não é, em si, relevante em termos de psicologia cognitiva; o que tem relevância é sabermos que outros têm essa mesma percepção, é a organizada semelhança de percepções individuais: a partir disto, criam-se interações significativas entre os sujeitos para se chegar a acordos sobre o ambiente. Para o autor, tanto a experiência partilhada quanto as vivências individuais atuam neste processo, mesmo as percepções divergentes: um objeto sai de meu campo de visão, mas foi visto pelo outro, que percebeu minha ilusão - assim, ambos criam uma base compartilhada de conhecimento a partir de diferentes posições e perspectivas. A partir dessa premissa, podemos entender como uma noção do criminoso complementa a outra, e ao longo da cadeia social constrói-se a representação coletiva do Bandido.

Kuhn (1964b) também partilha desta posição, ao afirmar que agimos no mundo porque somos capazes de acessar o ponto de vista do outro, sendo nossa realidade derivada das diferentes perspectivas compartilhadas. Assim, neste trabalho não aderiremos nem a uma visão puramente individualista, nem a uma visão determinista: entendemos que os objetos criam um ponto de partida comum para a construção coletiva de sentido, mas esta construção não será mero eco do mundo material, uma cópia precisa da realidade física - será uma

criação mediada socialmente. O Bandido, conforme retratado no discurso criminológico popular, não existe no mundo "real": suas características o tornam algo mais próximo de uma entidade sobrenatural que de um ser humano. *Este personagem é uma criação social, e será compreendido quando voltarmos nossos olhos para seu criador: a própria sociedade.*

O sentido imprime coerência a uma realidade que, de outra forma, seria imprevisível e caótica. O "dar sentido" impõe limites ao objeto, demarca suas fronteiras materiais e morais - em outras palavras, torna-o *previsível*. Tememos aquilo que não entendemos pois não sabemos o que dele esperar - estando, assim, indefesos (ou pelo menos em franca desvantagem). No longo transcorrer evolutivo, a compreensão de "tigre" como um ser vivo; um animal; predador; rápido; um caçador que devora outros animais e não distingue moralmente suas presas; perigoso, etc., foi essencial para sobreviver a ele: a atribuição de sentido organizou diversos conhecimentos empíricos esparsos em um ser coerente e previsível.

Desta forma, a noção do Bandido constrói-se a partir da necessidade comum de delimitar uma ameaça social, trazer sentido às ansiedades, pavores e angústias da modernidade, dar um caráter previsível ao aleatório. O medo é um gás tóxico: etéreo, abstrato, disseminado, incontido. Não se pode tocá-lo, lutar contra ele; não se pode pará-lo, pois foge por nossos dedos. Impossível escapar-lhe, pois ele está por toda a parte - ele está DENTRO de você. Surge um profundo *anseio pela materialização dos medos, angústias e ansiedades*, de forma a poder evitá-los, administrá-los, contorná-los de todas as formas: e assim, lavamos as frutas para eliminar agrotóxicos cancerígenos, injetamos botox para continuarmos bonitos (amados), uma revisão no carro evitará falhas mecânicas.

Esta necessidade de materialização convergirá em focos administráveis - admitir as próprias limitações e medos é muito duro, mas talvez seja mais fácil se a culpa recair sobre algo que possa ser consertado ou eliminado. Desta forma, uma grande parte da carga de ansiedades, impotências, angústias, desamparos, desconfianças convergirá em um bode expiatório social: todo este *sentir* será convertido em *saber*. *Através do ato cognitivo, o medo torna-se algo contra o qual podemos lutar*. É necessário definir (saber!), através do dar-sentido, o que nos aguarda na neblina - ou quem.

A atribuição de sentido articula nosso repositório psíquico com nossa experiência do mundo, conectando-nos com o real. Buscamos traduzir esta informação valendo-nos de conceitos prévios que temos em nosso arcabouço mental - Berger e Luckmann (2003) já afirmavam que só consigo traduzir minhas experiências a partir de uma linguagem comum, fundada na vida cotidiana e auto-referenciada. Assim, ainda que queira descrever um mundo

mágico e imaginário, irei sempre recorrer a elementos familiares, previamente conhecidos para isso - um coelho branco de fraque sempre atrasado, um monstro criado de partes humanas costuradas, uma viagem xamânica sensorial, etc...¹. Assim, as sensações - o ódio, a incerteza, a impotência, a descrença na justiça, o medo - deverão ser traduzidas sempre em palavras, articuladas em conceitos (no caso, o conceito do Bandido e as possíveis maneiras de responder a este risco).

Estes conceitos prévios, por sua vez, têm por origem nossa vivência social anterior - nosso conhecimento se forma a partir de nossa interação com o outro. Conforme Asch (1907/1977) e Kuhn (1964b), nossa experiência no mundo amplia-se e aprofunda-se quando lhe são agregadas as significações recíprocas do convívio social, de forma que minha compreensão individual do mundo enriquece-se quando passa a incluir referências de outras pessoas:

A partir disso, os olhos e os ouvidos da outra pessoa tornam-se auxiliares dos meus e vice-versa. A partir disso, pedimos confirmação ao pensamento dos outros, e procuramos atrair a compreensão para nossas intenções e sentimentos. Desta maneira, tornamo-nos parte de um fluxo de acontecimentos dramaticamente mais amplo do que o abrangido pelo nosso aqui-e-agora imediatos, ou pela sucessão de nossas atividades individuais. (...) Agora, tenho dentro de mim dois pontos de vista, o meu e o do outro; agora, ambos fazem parte da minha maneira de pensar. Desta forma, as limitações do meu pensamento individual são ultrapassadas pela inclusão dos pensamentos de outros. (ASCH, 1907/1977, p. 114)

Desta forma, a atribuição de sentido dá limites ao possível, define comportamentos esperados e nos fornece referências em relação àquele objeto, ser, acontecimento. Isto torna possível organizar a realidade em situações e *entes com coerência interna*. Quando são definidas certas características para a ameaça (o Bandido), é possível entender como ela atua, seu *modus operandi*: definir sua coerência interna faz com que consigamos antever ações esperadas. Criam-se padrões, e padrões são sinônimo de previsibilidade - e, se soubermos o que esperar, estaremos atentos e prontos, permanentemente vigilantes.

Para compreender a construção de sentido, é necessário determinar o objeto desta relação. Blumer (1986), ao abordar o conceito de *objeto* de Mead, afirma que objeto é qualquer coisa que possa ser designado: cadeiras, fantasmas, o Empire State, a noção de liberdade. A miríade de objetos cognoscíveis é infinita - de fato, tudo que existe demanda uma extração de sentido. Assim, o objeto é

¹ Kuhn (1964a) explica que há linhas do interacionismo simbólico voltadas para ao estudo da própria construção da linguagem como um produto de interações sociais (a subteoria de Sapir-Whorf-Cassirer sobre orientação da linguagem e cultura), partindo do pressuposto que há uma lógica subterrânea na linguagem de um povo determinante de seus traços, suas crenças e atitudes.

todo ser a respeito do qual se possa tecer ou elaborar um juízo lógico (...) desde seres ínfimos, como vírus, a grandiosos, como uma estrela, ou enormes, como uma galáxia; imensos como o universo. Da mesma forma, são objetos seres intangíveis, como o sentimento ou o pensamento, até outros de concretude agressiva, como a pedra ou o chumbo. Da serenidade ao tumulto. Da vida à morte. Deus e demônio. Verdade e erro. Ignorância e saber. Tudo é objeto. (FALCÃO; BELCHIOR, 2008, p. 5).

A maneira como acessamos a idéia deste objeto também precisa de maior detalhamento. Neste trabalho, como já explicitado, assumiremos que não nos é possível acessar uma suposta "essência pura" dos seres, pretensão da metafísica; temos acesso ao mundo através de nossa interação cognitiva com ele, e nossa construção psíquica do que seja esse mundo e de como os objetos revelam-se a nós será sempre mediada por nossa própria singularidade - que, por sua vez, é permanentemente influenciada por nossa vivência social (a influência do imaginário coletivo).

Tudo que criamos, sentimos, tudo que tenha efeitos sobre nós ou sobre o mundo fático é real; isso não significa afirmarmos que a esfinge ou o saci-pererê são seres materiais (ou materializáveis) - mas também não nos é possível negar a existência do amor, da justiça, de deus. Conforme Berger e Luckmann (2003), os objetos de minha vida diária apresentam-se à minha consciência numa esfera da realidade distinta daquela em que habitam os seres que povoam meus sonhos - extratos distintos da realidade, mas ainda assim reais. O que tomamos como a "realidade por excelência", aquela da vida cotidiana, é referida pelos autores como a "realidade predominante" por impor-se à nossa consciência de forma mais maciça e urgente que qualquer outra, por apresentar-se já previamente objetivada - o que não significa, novamente, que é a única esfera de realidade que há. É importante delimitar estas premissas para explicar que uma representação social, por ser abstrata, ainda assim é real, e tem impactos reais, materializáveis no mundo fático.

Isso é aplicável também às diferentes formas de conhecimento. Entendemos que o conhecimento científico que afirma que a Terra gira ao redor do Sol é tão válido quanto as concepções gregas que viam no Sol a carruagem de um deus - pois ambos existiram e influenciaram sua época, as percepções de mundo, a maneira de interagir com o ambiente. Ainda que possamos questionar a existência física do deus grego Apolo, ele era a realidade daquele povo. Esta construção cognitiva teve profundos efeitos na forma de organizar a sociedade, na conduta dos homens e na sua relação com a natureza - ou seja, essa ficção teve projeções materiais. Evans-Pritchard (1937 *apud* MOSCOVICI, 2007, p. 35), grande nome da antropologia social, explica, ao fazer referência às construções simbólicas da tribo africana dos Zande, que "...um Zande não pode deixar esse esquema, porque este é o único mundo que

ele conhece. A rede não é uma estrutura externa em que ele está preso. Ela é a textura de seu pensamento e ele não pode pensar que seu pensamento esteja errado.". Parece-nos gravemente presunçosa a pretensão de invalidação de certos conhecimentos em confronto com outros, criando uma escala valorativa entre maneiras de entender o mundo e viver a experiência do existir.

Assim, entendemos que as supostas "distorções" são diferentes formas de perceber o mundo - fragmentos de compreensão. Blumer (1986) entende que objetos são construções humanas, e não entidades com uma natureza intrínseca: sua natureza define-se pelo significado que possui para o sujeito cognoscente, significado este que não está encerrado no objeto esperando ser extraído, mas que é construído através da interação sujeito-objeto; assim, uma árvore não será o mesmo objeto para um botânico e um poeta, nem uma estrela será o mesmo objeto para um pastor da antiguidade e um astrofísico, ou ainda os postulados comunistas, que serão completamente diferentes na visão de um patriota soviético e um acionista de Wall Street.

Desta forma, qualquer representação subjetivamente criada será uma visão sempre parcial e incompleta do objeto; conforme Simmel (1906, p. 442, tradução nossa), "Nenhum conhecimento psicológico é um mero eco mecânico de seu objeto"¹. Assim, as nossas construções cognitivas - as representações de toda ordem e esquemas simbólicos - nunca serão matematicamente idênticas, produzidas em escala e definidas: cada subjetividade apreenderá o objeto de forma única, ainda que coerente com a realidade material e/ou com as tramas simbólicas mais amplas - o que designamos neste trabalho "imaginário social".

A interpretação do mundo sensível organiza-se desde a criação de conceitos primários, que traduzem percepções elementares da realidade - "frio", "solidez", "dor", "escuridão", "azul", "fome" -, até sua articulação em esquemas e representações complexos, que articulam significados em diferentes esferas cognitivas.² Todas estas construções emergem das interações, onde as necessidades e interesses humanos encontram expressão e definem significações permanentemente (MOSCOVICI, 2007; BLUMER, 1986).

Temos a representação de uma cadeira: mesmo que não estejamos diante de uma cadeira, temos um esquema mental pré-definido, construído a partir de conceitos elementares produzidos através de nossa experiência cognitiva prévia – ela é sólida, tem um propósito

¹ "No psychological knowledge is a mere mechanical echo of its object."

² Uma vez que a própria psicologia social cognitiva não tem um vocabulário padronizado, usaremos livremente os conceitos de "esquema", "representação", "idéia", "conceito". Ao remetermos à específica nomenclatura de determinado autor – por exemplo, os esquemas de Bartlett –, faremos expressa menção da formulação do conceito em tela.

funcional de manter alguém equilibrado, tem um ou mais apoios no chão, etc. Temos um modelo mental do que seja uma cadeira, uma projeção: conforme Moscovici (2007), ao convencionalizarmos os objetos cognoscíveis, construímos representações que lhes dão forma definitiva, criamos categorias para ordená-los e definimos modelos abstratos que padronizam o que esperamos daquele determinado objeto - seria o que Schutz (1979) chama de tipificação: "o que já foi captado uma vez, em sua tipicidade, traz consigo um horizonte de experiências possíveis, com as referências correspondentes à familiaridade...". Assim, tendo o esquema mental da cadeira previamente delimitado, poderei reconhecer uma cadeira (ou acessar sua idéia) por saber o que esperar de uma cadeira – como Blumer (1986) aponta, para alguém que nunca teve este conhecimento previamente construído, uma cadeira teria um significado diverso, sendo compreendida como uma arma, um objeto artístico, etc.

Todas estas noções (solidez, chão, equilíbrio, função, etc) foram organizadas num esquema cognitivo – uma cadeira – auto-apresentável, objetivamente perceptível no mundo. À medida que o esquema abstrato torna-se mais complexo, articulando conceitos diversos, ou conceitos não tão bem delimitados, ambíguos, ou mesmo elementos irracionais, a representação passa a ser percebida por diversos prismas e não é mais uma construção unidimensional.

Analisemos o esquema cognitivo de “Estado”. É um conceito profundamente complexo: seus diversos elementos transformam-se ao longo do tempo e do espaço, de forma que a noção de Estado no século XV é completamente distinta da noção contemporânea, bem como há incontáveis formas de Estado dentro do mesmo período histórico, pela imensa diversidade de sociedades. Ainda assim, conseguimos ver a materialização do Estado de cada comunidade – suas instituições, suas leis, sua forma de governo – e a partir desta observação podemos inferir com mais precisão alguns de seus contornos (alguns apenas, uma vez que existe sempre uma imensurável distância entre o modelo teórico de um Estado e sua efetiva realização no mundo concreto). Assim, ainda que a idéia de Estado seja fonte de inesgotáveis estudos, que nunca conseguiram exaurir todos seus significados explícitos e implícitos, sua concretização no mundo material de certa forma atenua os traços de indefinição inerentes ao seu conceito.

Há ainda construções que remetem a conceitos abstratos, não corporificáveis e profundamente subjetivos – o amor, a liberdade, o perigo, Deus. Tais esquemas relacionam significações em si mesmas relativas, vagas, imprecisas, não materializáveis, agregando por vezes elementos irracionais, remetendo a critérios puramente subjetivos – desta maneira, são esquemas muito fluidos e impossíveis de serem delimitados, por definição. O objeto da

representação assume, assim, qualquer significação dentro de uma moldura amplíssima: pelas palavras de Legros et al (2006), tais imagens fazem-se porosas ao escoamento de significações.

Desta feita, há certas representações que caracterizam-se por sua quase indeterminação. Por um lado, a linguagem de que dispomos não dá conta de apreender toda a complexidade de suas significações; por outro, podemos encontrar diversas construções de sentido para um mesmo conceito coexistindo. Conforme Heider (1970, p. 53), tais esquemas cognitivos são

como ilhas separadas por canais intransponíveis. Não sabemos como passar de uma a outra, não sabemos se contêm um certo número de princípios básicos de variação, ou elementos básicos, cujas diferentes combinações criam a multiplicidade de diferenças qualitativas. Tais palavras têm uma qualidade torturante; parecem apresentar conceitos importantes com todo o seu sentido, e, apesar disso, não podemos apreender tais conceitos, pois muita coisa está oculta.

Como um exemplo, a honra: a idéia de honra pode ter formações distintas a depender da sociedade - e dentro de uma mesma sociedade, podem existir diferentes códigos de honra a depender do lugar onde transitamos: uma organização criminosa, uma escola marcial, uma instituição militar, uma faculdade, etc. Apesar deste aparente relativismo, algumas características "estruturais" podem ser encontradas em todas as variações deste esquema, de maneira que existe um núcleo comum a todas, permitindo a coerência necessária para que seja transmitido um conceito básico a qualquer interlocutor. Assim, ainda que de contornos variáveis, o cerne da idéia de honra refere-se a princípios de conduta ética, pautada nos valores mais relevantes para determinado grupo, cujo descumprimento leva à desaprovação geral e desprezo social.

Isso ocorre porque as representações não surgem de forma neutra, ideologicamente isenta: uma vez que estamos imersos num oceano de significações individuais e coletivas, a maneira como compreendemos e organizamos o mundo será influenciada por inúmeros fatores das mais diversas grandezas. A percepção de um objeto será afetada por nossos medos e preconceitos, nossas percepções subjetivas da realidade previamente constituídas, nossas expectativas morais, nossa relação emocional com o que é observado, percorrendo vastíssimas distâncias até chegar nas macroestruturas do imaginário - as matrizes ideológicas da sociedade, as expectativas normativas coletivas, os medos comuns, os estereótipos, a lógica ínsita às instituições, etc.

Desta forma, quanto mais complexo o conceito a ser figurado, quanto mais elementos e variáveis influírem em sua significação, mais imprecisa será sua representação. Não há

fórmula matemática para a criação dos mitos, signos e representações, não há padrões pré-determinados de organização interpretativa. Blumer (1986) explicita a riqueza desta perspectiva: mais do que sermos meramente responsivos a estímulos, construímos as significações de nossa realidade, de maneira que há diferentes mundos para diferentes grupos, resultantes das diferentes formas de interagir com o ambiente e compreendê-lo. Há o movimento incessante de criação simbólica de cada sociedade, de tal forma que do imaginal ao imaginado, os objetos mudam de forma, perdendo-se a despeito de sua originalidade (LEGROS *ET AL*, 2006).

Eliminando o pressuposto da neutralidade, podemos afirmar que este processo de percepção não ocorre retineamente, como uma equação matemática. Ao interpretar um objeto, nele estão projetados inúmeros conceitos prévios, que já passaram por sua vez pelos mais diversos filtros sociais; conforme Moscovici (2007, p. 33), "nós nunca conseguimos nenhuma informação que não tenha sido distorcida por representações "superimpostas" aos objetos e às pessoas que lhes dão certa vaguidade e as fazem parcialmente inacessíveis.". Assim, tanto quanto nós mesmos somos influenciados pelas representações, também o é aquilo que estamos interpretando - o objeto cognoscível não existe pairando numa dimensão neutra e apartada das (in)definições da vida social.

Por esta perspectiva, as representações não retratam objetivamente a "realidade" do objeto – conforme Moscovici (2007), parte-se do pressuposto de que o conhecimento nunca é simples descrição ou cópia do mundo fático. À medida que se constroem, as representações de um objeto passam a *integrar* a sua realidade, uma vez que são novas formas de o objeto apresentar-se ao mundo, novos sentidos a lhe serem impressos, novas formas de compreendê-lo:

[a intencionalidade] orienta inevitavelmente a percepção: às qualidades próprias de um objeto, acrescenta novas significações arraigadas na cultura ou em crenças, e articuladas pelas associações de idéias ou encadeação de imagens... (...) [de forma que] a aparelhagem psíquica não se rege por qualquer anterioridade ontológica. A intencionalidade ultrapassa o mecanismo empírico da penetração do objeto, pois ela o reconstitui na consciência a partir de sua visão subjetiva.¹ (LEGROS *et al*, 2006, p. 17, tradução nossa)

¹ "Elle guide inévitablement la perception: aux qualités propres de son objet, elle ajoute de nouvelles significations scellées dans une culture ou par la foi, et engendrées par les associations d'idées ou l'accouplement des images... (...) l'appareillage psychique ne se règle sur aucune antériorité ontologique. L'intentionnalité dépasse le mécanisme empirique de la pénétration de l'objet parce qu'elle le reconstitue dans la conscience à partir de sa visée subjective." ("Sociologie de l'imaginaire", p. 17)

Além de ser impossível encontrar um objeto que não esteja inserido num contexto de prévia imposição de sentido, nós, como sujeitos cognoscentes, estamos em permanente transformação: tanto nosso natural processo de amadurecimento biológico, com a conseqüente complexificação das estruturas neurais - e por conseguinte dos processos mentais - quanto nossas permanentes interações com o mundo social e suas teias simbólicas levam a isso. Não sou o mesmo de um ano atrás, e não serei o mesmo daqui a dez minutos; assim, minha percepção de mundo não se mantém a mesma. Mesmo uma informação já conhecida passa por novos filtros e ganha novas matizes: uma idéia, ainda que familiar, será processada de outra forma à medida que meu arcabouço de sentidos, experiências e conceitos muda. Minha atual compreensão da frase "A Terra gira ao redor do Sol" não é a mesma dos meus 8 anos: hoje, ganha relevância todo o contexto de construção deste conhecimento - a forma como este fato empírico foi compreendido por outras culturas ao longo da história (de novo, os gregos), os embates ideológicos entre Igreja e ciência, as perseguições sofridas por estudiosos, as relações de poder implicadas na manutenção de determinadas maneiras de pensar... A informação pode ser (aparentemente) a mesma, mas agora reveste-se de inúmeras significações que foram agregadas à medida que eu também me transformei como sujeito cognoscente.

Estas representações, por outro lado, não existem pairando sobre as coletividades, existências transcendentais, apartadas do cotidiano dos indivíduos; ao contrário, elas estão incorporadas à maneira de os sujeitos sociais compreenderem o mundo e reagirem a ele. Legros et al (2006), ao abordarem a perspectiva de Simmel, explicam que "A realidade não é o mundo em si, mas delimita um mundo entre os numerosos mundos possíveis, e continua intimamente ligada a um modo de representação..."¹ (p. 63, tradução nossa). Cada pequeno hábito, cada expressão idiomática, as menores regras de etiqueta, tudo são manifestações da forma como representamos nosso mundo e como lhe imprimimos sentido. Não encontramos estas manifestações em grandes tratados filosóficos - é na vivência cotidiana que percebemos as representações emergirem, pois "as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros." (MOSCOVICI, 2007, p. 8).

Uma vez que tudo demanda interpretação, tudo é objeto; assim, as premissas interacionistas de construção de sentido aplicam-se também aos indivíduos: um ser humano

¹ "La réalité n'est pas le monde en soi, elle délimite un monde parmi de nombreux mondes possibles, et elle demeure étroitement attachée à un mode de représentation..." ("La sociologie de l'imaginaire", p. 63)

também é um objeto cognoscível para outro ser humano, de maneira que o sentido que fazemos de uma pessoa emerge através de nossa interação com ela (ou com sua idéia, com a projeção mental que temos dela). Este sentido que fazemos acerca de um indivíduo, e que ele faz de si mesmo, é sua identidade - ou as personagens de sua identidade, uma vez que entendemos não existir uma identidade estanque e limitada, mas antes, possibilidades-de-ser.

O indivíduo não tem uma identidade fixa, definitiva - a forma como ele compreende a si mesmo e organiza o sentido-de-si está em permanente transformação: assim, a identidade passa a ser compreendida como um processo contínuo, e não como uma construção acabada. Não somos os mesmos de cinco minutos atrás, nem de cinco anos atrás - e não nos enxergamos da mesma forma, bem como não somos visto da mesma maneira. O ser está transformando-se, e sua forma de ser percebido transforma-se também, pois é da natureza das coisas o movimento e a mudança, de forma que "Como tudo que é, é transformação, o natural é a identidade ser metamorfoseada; não ser, ou é sobrenatural, ou é antinatural." (CIAMPA, 2005, p. 153)

A idéia de identidade e sua percepção e construção numa dada cultura passam por inúmeros fatores, os quais designam onde o indivíduo está na estrutura social (CIAMPA, 2005; GOFFMAN, 2011; BERGER; LUCKMANN, 2003). Para Ciampa (2005), identidade é uma relação, um processo de articulação da diferença e da igualdade: ela é tanto o reconhecimento da singularidade de um indivíduo dentre todos (sua diferenciação) quanto sua assimilação entre os outros, sua identificação comum, sua identidade com seu grupo social (a constatação de sua igualdade em relação aos outros); na construção da identidade plena - o ser-para-si - há a coincidência entre a consciência de si e o agir, em que o sujeito atua no mundo buscando concretizar seu próprio projeto identitário e transformar o ambiente a partir dessa busca.

Goffman (2011), ao trabalhar o estigma, traz as noções de identidade social e identidade pessoal. Enquanto a primeira refere-se ao que entendemos por papel social, abarcando uma série de pré-concepções que ancoram expectativas normativas, de maneira que o caráter referido ao indivíduo é como uma imputação em potencial, a segunda refere-se à sua singularidade, aos traços biográficos e pessoais individualizantes e específicos que garantem que aquele indivíduo é único - sua história, sua personalidade, seus traços biológicos, etc.

Este processo de construção de identidade não é estático - não se delimita aqui uma representação finalizada com características permanentes. As percepções sociais que a produzem estão em permanente mutação, bem como a representação por elas moldada. Conforme Ciampa (2005), este é um processo de metamorfose: a temporalidade é aspecto

inafastável da análise da construção da identidade, pois é ínsito à identidade um permanente concretizar-se - a identidade é sempre inacabada, é sempre possibilidade-de-ser:

Estamos falando da possibilidade de transformação. (...) "Podemos definir a realidade como uma possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial", o que se explica pela "capacidade das coisas de passar umas nas outras"... (...) São múltiplas personagens que ora se conservam, ora se sucedem; ora coexistem, ora se alternam. Essas diferentes maneiras de se estruturar as personagens indicam como que *modos de produção* da identidade. Certamente são maneiras possíveis de uma identidade se estruturar... (CIAMPA, 2005, pgs. 156-157)

A percepção da identidade como um todo é impossível. Poderíamos afirmar, até, que nunca veremos *alguém*, mas sempre frações, relances deste alguém - personagens, conforme a visão de Ciampa (2005): a identidade como possibilidade nos permite ser diversas personagens articuladas subjetivamente, constituindo (e sendo constituídas) por nossa história pessoal. Isso não implica afirmar que temos múltiplas personalidades ou histórias de vida - é o fato para o qual Goffman (2011) chama atenção: apesar da "multiplicidade de eus" que se descobrem no indivíduo, todos estão costurados na sua linha biográfica de maneira articulada, compondo sua identidade.

Considerando que nossa percepção de um dado objeto é sempre fragmentada e incompleta, o mesmo vale para nossa percepção de outros indivíduos. Ao traçar um esquema simplificado das interações entre dois indivíduos A e B, Asch (1977) pondera que há inúmeras mudanças e perdas no caminho - ampliações e reduções, formulações indevidas, erros e informações indeterminadas (o autor diz que as incompreensões são possíveis - entendemos que elas são inevitáveis, em algum grau); o autor ainda explicita que, quando temos acesso a informações de terceiros sobre um sujeito, amplia-se a janela de erros possíveis na formação de nossa impressão dele.

Assim, tendo em conta a grande dificuldade de construir uma noção identitária complexa e íntegra estando em contato direto com o indivíduo, as dificuldades avolumam-se ao construir-se uma impressão remota de um sujeito não presentificado, ausente, uma projeção abstrata. A construção da identidade social do delinquente, um dos temas deste trabalho, baseada em rumores amedrontado(re)s, pré-julgamentos historicamente delimitados, relatos difusos de violência, narrações midiáticas e clichês de toda ordem, anula a identidade individual do infrator e a deturpa num modelo pronto, raso e palatável, baseado num processo de categorização e simplificação: o estereótipo social.

Organizamos o sentido de nossa experiência para trazer coerência e ordem a uma realidade de outra forma caótica e aleatória; isto nos leva a criar categorias nas quais

enquadramos objetos com características comuns a partir de nosso conhecimento empírico - "o que foi vivenciado na percepção real de um objeto é aperceptivamente transferido para qualquer outro objeto semelhante, meramente percebido como seu tipo" (SCHUTZ, 1979). Categorias constituem feixes de características previamente delimitadas pela experiência, ancoradas em noções de familiaridade e verossimilhança. Ao estereotipar um indivíduo, não existe individualização ou conhecimento real, apenas uma inclusão *a priori* numa categoria já pronta.

Em nossas interações cotidianas, algumas noções previamente construídas podem ser mais ou menos mutáveis, conforme nossos valores pessoais e preconceitos. Esta flexibilidade existe pois o conceito que fazemos de uma pessoa está em constante mudança durante nossa interação: não construímos imagens acabadas e petrificadas da identidade do outro - a alteridade é um exercício permanente e inesgotável. Ao longo das interações, ou a partir do conhecimento de novas informações, o sentido que fazemos de um indivíduo reorganiza-se - os esquemas tipificadores adaptam-se, de maneira que "as tipificações do outro são tão suscetíveis de sofrerem interferências de minha parte como as minhas são da parte dele. Em outras palavras, os dois esquemas tipificadores entram em contínua "negociação"." (BERGER; LUCKMANN, 2003, p. 50).

Os tipificações sociais, por terem sempre um traço de simplificação e anonimato, podem vir a ceder diante de um contato mais próximo (BERGER; LUCKMANN, 2003); assim, ao saber que uma simpática senhora de meia idade é dona de casa, posso criar determinadas noções sobre ela baseadas num esquema tipificador prévio - para depois descobrir que ela pratica paraquedismo e ter alguns destes conceitos prévios modificados.

Quando, porém, a noção que temos do outro está engessada num esquema tipificador imutável, independentemente de qualquer relação real, dados objetivos ou interação pessoal, constrói-se uma identidade pré-determinada ao conhecimento do sujeito específico - o estereótipo. Como uma concepção pronta, nega a complexidade e possibilidade-de-ser que constitui a identidade:

Como ser social, sou um ser-posto. (...) [com uma] identidade considerada formalmente como atemporal. A re-posição da identidade deixa de ser vista como uma sucessão temporal, passando a ser vista como simples manifestação de um ser sempre idêntico a si mesmo na sua permanência e estabilidade. (CIAMPA, 2005, p. 170)

O estereótipo, por ser pré-determinado ao sujeito estereotipado, faz completamente ignorada sua individualidade e singularidade, e nada do que o sujeito seja ou faça modificará aquele esquema tipificador prévio - o máximo que ele poderá fazer é tentar colocar-se fora

desta categoria, mas nunca mudar o padrão pré-determinado. Na lógica do estereótipo, não existe conhecimento do sujeito. O esquema simplificador ignora toda a complexidade de sua identidade, levando a um reconhecimento perverso de uma personagem plana e vazia.

O reconhecimento - a imputação de uma identidade - surge a partir da interação - seja entre dois indivíduos diretamente ou pelo acesso remoto à idéia de um indivíduo. Asch (1977) refuta os termos simplistas das teorias da inferência e do estímulo-resposta por entender que não apreendem a complexidade do fenômeno interacional, no qual há a interpenetração de acontecimentos psicológicos dos indivíduos, o que torna possível o compartilhar de sentimentos, idéias e o reconhecimento mútuo.

O reconhecimento tem um poder estruturante sobre a construção da identidade. Como relata Eliane Brum (2006, p. 188) ao falar das reações do público à sua coluna no jornal Zero Hora, que lançava um olhar sobre histórias comuns de pessoas invisíveis:

Toda semana me alcançavam relatos que acabavam assim: "Descobri que a minha vida era especial. Mudou tudo." Bastava o reconhecimento do outro, vindo de um lugar legitimado como uma página no jornal de sábado, para que músculos oculares atrofiados pela falta de uso voltassem a se exercitar para enxergar a própria vida de outros ângulos possíveis. (...) Olhar é um exercício cotidiano de resistência. Foi isso que os leitores disseram que eu disse a eles - e eu soube que era isso porque eles me contaram. Ao ver a minha escrita pelos olhos deles também eu me descobri extraordinariamente ordinária.

O não reconhecimento não existe. A pretensa invisibilidade de certos sujeitos não é a incapacidade de ser visto, é uma invisibilidade socialmente construída: entende-se que algumas pessoas não *merecem* ser vistas. Conforme Moscovici (2007, p. 31), há "uma fragmentação preestabelecida da realidade, uma classificação das pessoas e coisas que a compreendem, que faz algumas delas visíveis e outras invisíveis.". Se o reconhecimento sempre existe, o mesmo não ocorre com o conhecimento - nossa percepção da identidade individual passa pelo conhecimento do sujeito, suas singularidades, suas possibilidades de ser. A lógica do estereótipo ignora qualquer conhecimento e desagua num reconhecimento automático e prévio, o oposto de qualquer individualização real.

Não se afirma a possibilidade de conhecermos toda a extensão da identidade do sujeito – tal conhecimento é impossível tanto para observadores externos quanto para o próprio sujeito, que nunca estará plenamente consciente do próprio ser, suas potencialidades, limitações, entraves, recantos.

Ainda assim, mesmo que não possamos jamais conhecer todas as personagens e vieses de uma identidade, podemos assumir que elas existem e aceitar a complexidade do sujeito, com todas as implicações desta assunção. Desta forma, é muito importante a iniciativa de

diversas produções culturais de focar na figura do delinquente, buscando um olhar mais próximo e humanizador de forma a permitir o conhecimento do sujeito marginalizado, permitindo novas formas de reconhecimento e desconstrução de estereótipos: filmes como "Carandiru" e "Cidade de Deus"; o rap como forma de denúncia social, como Racionais, Pavilhão 9, Emicida, etc; livros como "Carcereiros" e "Estação Carandiru"; documentários como "Justiça", "O Prisioneiro da Grade de Ferro", "Notícias de uma Guerra Particular", "Juízo", etc. Em todos eles, a identidade plana e simplificada dá lugar à imensurável complexidade humana:

Cada detento uma mãe, uma crença
Cada crime uma sentença
Cada sentença um motivo, uma história de lágrimas
sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio
sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo
Misture bem essa química
Pronto: eis um novo detento... (RACIONAIS, 1997)

Um olhar mais próximo, uma abordagem intimista traz à tona vislumbres de humanidade - e talvez isso seja o primeiro passo para sair dos lugares comuns e adentrar novos paradigmas de reconhecimento, fugindo dos rótulos fáceis e reducionistas do estereótipo social.

3 O BICHO PAPÃO MODERNO: a espiral do medo

“Quatro homens não identificados... Quatro homens, não; quatro bandidos (...)”

(Programa Cidade 190, 10/05/2010)

Neste capítulo, analisaremos a primeira das duas grandes questões acerca do linchamento no Brasil. Como já dito anteriormente, numa perspectiva fenomenológica, não se analisará propriamente a ação do linchamento, mas o sentido que lhe é atribuído pelos sujeitos. A primeira das duas questões refere-se a *quem* linchamos: quem está ali como vítima sacrificial deste ritual social; sobre quem recai a ira coletiva. A segunda questão, abordada na terceira parte deste trabalho, refere-se a *por que* linchamos - que simbolismos estão envolvidos no linchamento, qual é a lógica que o fundamenta.

Neste capítulo, abordaremos como um cenário de medo e ansiedade social pode alterar nossa percepção de mundo, levando a visões distorcidas da realidade. Quanto maior a sensação subjetiva de risco, maior será nossa tendência a buscar soluções rápidas e simples - e isso inclui a maneira como processamos informações e construímos esquemas cognitivos.

Além disso, nossas práticas históricas, pautadas num sistema colonialista de tiranias privadas, imposição de valores e na naturalização de toda sorte de violências, criaram e legitimaram por séculos formas de categorização e estereotipificação, reduzindo o exercício de alteridade a práticas de exclusão e aversão à diferença, ao desvio, ao anormal. Nossa matriz fortemente autoritária sustenta ideologias de ordem e obediência às regras, manifestas no senso comum de que a ordem imposta é a única forma possível de ser, e questionamentos são vistos com desagrado e desconfiança.

Todos estes elementos do imaginário social brasileiro levam à construção de uma representação social que personifica os medos e ódios sociais, um esquema estereotípico simplificado - o Bandido - cujas características transparecem no discurso dos auto-intitulados cidadãos de bem. Este discurso estrutura-se fundamentalmente no medo e numa visão histórica que reforça modelos intolerantes de alteridade. O cidadão de bem é alguém assustado, esmagado pelas ansiedades modernas, acuado diante de toda forma de perigo - real ou imaginário -, sozinho na neblina, buscando enxergar inimigos na opacidade macabra. Alguém que lê todos os dias nos jornais que poderá ser a próxima vítima, e mais dia menos dia será sua vez, e será terrível, abominável. Alguém a quem foi ensinado desde cedo a temer e odiar o que é anormal, diferente, porque a diferença não é saudável nem desejada.

Lançaremos um olhar cuidadoso para compreender o discurso que constrói o Bandido: quem profere este discurso e como ele é estruturado. Adentraremos na neblina, onde todos os medos pairam, e onde o bicho papão moderno está sempre à espreita. Na representação do Bandido cabem todos os delinquentes, infratores, condenados, suspeitos, potenciais bandidos, todos reduzidos a um rótulo e despidos de sua individualidade e história: já não há um processo de conhecimento do indivíduo para reconhecê-lo como sujeito de direitos. Desta forma, entramos numa espiral de medo e intolerância: *o que não entendemos, tememos; o que tememos, chamamos de Mal; o que chamamos de Mal, não entendemos.*

3.1 O que não entendemos, tememos.

Desta necessidade premente de organizar o sentido e colocar nossos maiores anseios em termos lógicos e administráveis, busca-se a materialização dos medos - conforme Blumer (1986), diante de um objeto, o indivíduo não apenas esboça um comportamento reativo, mas cria sentido: uma noção do objeto é construída através da interação, um senso interno de sentido forma-se, de maneira que o objeto não é um mero estímulo ao qual corresponderá uma resposta vazia e irrefletida. Uma vez que tudo pode ser um objeto cognoscível, também uma sensação pode sê-lo, de maneira que busca-se dar sentido ao medo e ansiedade¹ permanentes em que vivemos. A questão é que, neste caso, o próprio objeto cognoscível - o medo - influencia (ou mesmo determina) a maneira de percebê-lo e referenciá-lo: o medo tanto cria a percepção de novas ameaças quanto amplifica as que eventualmente existam.

O que Bartlett (1925) já estudava no começo do século XX foi confirmado recentemente: nosso estado emocional pode alterar significativamente nossa percepção de mundo. Estudos de Lissek *et al* (2014) e Laufer *et al* (2016) demonstram que pessoas ansiosas tendem a perceber estímulos inofensivos como situações de risco, de maneira a generalizar ameaças e reagir de acordo com essa percepção; situações de incerteza ou estímulos ambíguos são mais frequentemente percebidos como perigosos, havendo uma tendência de "supergeneralização" do medo ("overgeneralization"); o mesmo estudo também afirma que pessoas ansiosas necessitam de menos informações objetivas para interpretar um estímulo como uma ameaça: assim, concluem os pesquisadores, a supergeneralização do medo reduz a

¹ Levantamentos da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que 33% da população mundial sofre de ansiedade. No Brasil, sempre um dos primeiros das listas estatísticas mundiais, os transtornos psíquicos já são a terceira causa de afastamento do trabalho, segundo o INSS, e o relatório São Paulo Megacity Mental Health Survey (estudo da OMS realizado em 2014) constatou que a região metropolitana de São Paulo possui a maior incidência de perturbações mentais no mundo, com 29,6% de ocorrências. (OMS diz que..., 2016)

capacidade de discriminação e avaliação objetiva de situações e leva a um viés interpretativo que cria ameaças, o que reforça os padrões ansiosos originários e cria um círculo vicioso de ansiedade.

Assim, toda a gama de medos dispersos deverá convergir em focos administráveis, de forma que as ameaças sejam definidas e combatidas - ou combatíveis, ao menos. Desta necessidade de construção de sentido emergirá uma ampla constelação de signos, conceitos e representações, dentre as quais a representação social do Bandido emerge com brilho particular.

Não ignoramos a multiplicidade de personagens associadas à figura do bandido. Hobsbawn (1981) faz um estudo aprofundado do fenômeno da bandidagem em áreas rurais em diversas épocas e lugares, observando que não há uma única personagem: encontramos o jovem aldeão rebelde; o excedente de mão-de-obra em áreas rurais com pouca demanda que vem a cometer pequenos delitos; ou ex-soldados, homens sem ocupação e desertores que organizam-se em bandos; figuras míticas de resistência heróica à opressão, como os *vaqueros* mexicanos, os *bétyars* húngaros, os *majos* da Espanha, até personagens lendárias como Diego Corrientes (Andaluzia), Jánošík (Eslováquia), Lampião, Robin Hood, etc. Ainda que focando-se num segmento do fenômeno da delinquência, seu estudo demonstra que há percepções sociais distintas sobre essa personagem, o que não pode deixar de ser mencionado.

Ainda assim, podemos vislumbrar uma figura bem delimitada ao falarmos a palavra "bandido" hoje em dia no Brasil. Mesmo aqueles que não compartilham dessa perspectiva ou não concordam com os termos em que é colocada entendem e identificam esta figura automaticamente; ela é protagonista dos noticiários televisivos, dos jornais, dos discursos criminológicos correntes do dia a dia, do bordão popular "Bandido bom é bandido morto", que já é oficialmente a posição ideológica da maioria da nossa população¹.

Assim, tomaremos a liberdade de utilizar neste trabalho a denominação "Bandido" para referir-nos a essa representação específica. Este epíteto, "como todos os actos de fala, é dirigido a uma palavra já antes pronunciada em vista de uma palavra a ser proferida" (TAYLOR, 2010, p. 34); o bandido comum torna-se o Bandido, uma representação social autônoma em relação ao sujeito real, criação hiperbólica e caricatural em relação àqueles nela identificados.

¹ Segundo pesquisa Datafolha realizada em julho de 2015, em 84 cidades brasileiras com mais de 100 mil habitantes, 50% dos entrevistados concorda com a frase: "Bandido bom é bandido morto", enquanto 45% se diziam abertamente contrários (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA [FBSP], 2015).

A palavra traz em si uma violência - o Bandido. Não se fala do "suspeito", do "infrator", do "acusado", do "condenado", do "contraventor"; não há nome próprio, não há ser humano; não se distingue qual crime foi cometido - ou mesmo se foi cometido, factual e juridicamente falando. "Ao dar nome a alguém, ao chamar alguém de uma maneira, torno este alguém determinado. Isso, porém, pode me fazer esquecer o momento anterior em que esse alguém se tornou presente para mim, separando-se como um objeto para minha consciência..." (CIAMPA, 2005, p. 137). A anulação de sua identidade e categorização tem na alcunha o primeiro de muitos marcos - neste caso, uma designação impessoal e generalista, trazendo em si uma suspeita, um pré-julgamento, uma condenação, uma mácula.

O nome e sobrenome distinguem-nos, diferenciam-nos de todos os outros, mas são também nossa mais básica ligação com eles. Sou um único, mas a externalização desta singularidade dá-se antes de tudo com o nome - mesmo a existência de homônimos não elide seu caráter individualizante. O sobrenome me faz parte de uma família, um grupo, me faz um comum; o nome me distingue dentre os meus. A partir do momento em que me é negado o direito a ser nomeado, já não sou de família alguma; não tenho uma mãe ou um pai, ninguém me poderá chamar "irmão", não sou comum - sou diferente, apartado de toda normalidade; não tenho o mais primário traço identitário, aquilo que me distingue dentre todos e ao mesmo tempo me une, pois fui nomeado, como todos também o foram.

Ainda que o estereótipo tenha sua origem na esfera do Direito, em que são definidas as condutas desviantes da normatividade, estas categorias jurídicas não entram em questão - minúcias técnicas como culpabilidade, excludentes de ilicitude, normas permissivas ou justificantes, gradação penal são consideradas detalhes irrelevantes (ou mesmo garantias desnecessárias) diante da transgressão, da ameaça social, diante da delimitação do inimigo. Ironicamente, o Direito, que pretende-se o último marco de resistência entre a proteção dos homens e a barbárie, acolheu alguns ecos deste discurso em vez de perseverar na sua inicial vocação - disto, temos como exemplos o direito penal do autor, a legislação penal simbólica e o Direito Penal do Inimigo (teoria que incorpora explicitamente a lógica do combate ao escolher abertamente a nomenclatura de "Inimigo" para definir os indivíduos que configuram um perigo à sociedade).

Estereótipos são atribuições de características psicológicas gerais a grandes grupos humanos; emergindo de um processo de categorização, introduzem simplicidade e ordem onde há complexidade e variações aleatórias (TAJFEL, 1969). O Bandido é a hipérbole do estereótipo do delinquente, amplificado infinitas vezes, tantas quanto o temor e o ódio social conseguirem dar conta. O Bandido ultrapassou a mera categoria de estereótipo e tornou-se

uma representação social com existência autônoma dos sujeitos que rotula: não serve mais apenas para tipificar e categorizar indivíduos reais, materiais - antes, tornou-se uma entidade abstrata que congrega todas as características do estereótipo do delinquente e as hiperboliza.

O estereótipo, segundo Tajfel (1969), já traz em si a acentuação de características consideradas inatas a certa categoria de indivíduos. O Bandido revela-se uma hipérbole da hipérbole: todas suas características são extremas, e não há áreas cinzas de indefinição ou ambiguidade. Toda a mística do medo converge numa figura que transcende o mero estereótipo, expandido-o a uma representação abstrata e desvinculada de um sujeito real específico.

Esta representação pretende-se real - o Bandido é uma ameaça permanente em cada esquina, e em cada linchamento é o Bandido que está sendo aniquilado e expurgado; mas, por suas próprias características, afasta-se da realidade material e adentra o domínio do simbólico, do fantástico, do quase sobrenatural: ressurge o velho estereótipo do bicho papão sob nova roupagem, como uma figura avulsa à sua realidade diária, marginal à sua esfera de cognição cotidiana, dir-se-ia exótica, revestida com todo aparato hiperbólico imaginável.

Transcende o mero estereótipo pois é uma construção com vida autônoma - não é preciso que haja ninguém em minha porta, na minha rua, para que eu tenha medo de encontrá-lo; nunca fui assaltada, mas sei quem ele é e o que espera fazer de mim; não saio à noite na rua, uso vidros fumês no carro e cerco-me de seguranças, levanto muros e ponho arames farpados entre nós, porque ele está sempre por perto. Não é mais necessário haver qualquer sujeito para personificar este estereótipo: o Bandido tem uma assustadora autonomia em relação a qualquer indivíduo real, existindo como uma entidade.

Pois o Bandido já não é um mero homem nos encarando do outro lado da rua, com uma arma à vista, especificamente identificado. O Bandido é hoje uma entidade indefinida: ele é indeterminado, e assim sendo, pode ser todos e ninguém. É o que Baudrillard (2002 *apud* HAN, 2015, p. 18) define como o quarto estágio da inimizade - o estágio viral, em que surge um "inimigo fantasma, que se estende sobre todo o planeta, como um vírus...". É uma construção abstrata coletiva: um inimigo despersonificado, impalpável, terrível e à espreita, disposto a atos horrendos, próximo a todos e capaz de tudo - o matador, o estuprador, o maníaco, o terrorista. E ao aparecer e manifestar-se, não ataca somente um de nós - *ataca todos*.

Tajfel e Turner (2004) relatam que, num conflito entre grupos (neste caso, grupos representacionais - cidadãos de bem ou 'vítimas' e bandidos), ocorre uma maior identificação e ligação dos membros ao seu próprio grupo, fortalecendo os laços identitários relativos às

qualidades inerentes ao grupo de pertencimento. Isso pode ser um dos mecanismos que explicam a forte coesão imaginária que faz com que o ataque a um 'cidadão de bem' seja considerado um ataque a todos do grupo, levando a uma forma extrema de vitimização secundária¹ que desencadeia uma série de reações emocionais exacerbadas - o que chamamos aqui de vitimização simbólica.

Conforme Jackson e Gouseti² (2015), quando um indivíduo experimenta um ataque direto ou indireto (vem a saber de alguém atacado - a vitimização secundária), criam-se representações da violência que têm uma forte carga emocional e exacerbam ainda mais a gravidade abstrata da ameaça - e este processo agudiza-se com a recorrente exposição a experiências de violência; quanto maior o senso comum de ameaça, a sensação de crescente probabilidade de tornar-se uma vítima aproxima subjetivamente o evento do sujeito, levando-o a uma resposta emocional exacerbada.

Ao saber de um ataque a um membro do grupo, ocorre um mecanismo mental coletivo de vitimização simbólica: "poderia ser eu". Cada um assume o papel de vítima: subitamente o Bandido está ao *seu* lado, com uma arma na *sua* cabeça, estuprando *suas* filhas, destruindo *sua* casa. O crime é multiplicado em mil esferas abstratas, pois tem lugar no íntimo de cada um, de forma que não foi apenas uma morte, mas infinitas mortes hipotéticas, em infinitos cenários, com as mais variadas vítimas.

Os papéis de vítima são assumidos por cada cidadão apavorado, de maneira que não é só um ladrão que assaltou apenas uma mulher: "ele poderia ter assaltado você, sua mãe, o vizinho, e o teria feito sem remorso, e provavelmente o teria matado sem piedade, porque é o que se espera de gente assim; e assim, obviamente é culpado, um perigo terrível a ser contido, ele ameaçou a sua vida!". Num plano hipotético que valida toda revolta e repugnância, desenrolam-se os mais variados contos de terror, nenhum com final feliz - e este plano hipotético passa a integrar a apreciação objetiva de riscos reais, pois *o Bandido é um risco* - e o Bandido está à solta.

Ocorre assim a permanente presentificação do Bandido: conforme Durand (1993), a abstração de uma cadeira é a maneira de nossa consciência torná-la presente - re-presentamos, num plano imaginal, um objeto ausente (ou não-presente). O Bandido - uma *representação* social - é uma abstração, antes de mais nada; assim, esta característica inerente de estar

¹ Vitimização secundária refere-se à situação em que um sujeito tem conhecimento de um ataque sofrido por terceiro (seria uma vitimização 'indireta') (JACKSON; GOUSETI, 2015).

² O estudo de Jackson e Gouseti volta-se à violência perpetrada por estranhos; não são consideradas, por exemplo, formas de violência doméstica, crimes passionais, etc. Esta perspectiva vem inteiramente ao encontro da temática do nosso trabalho, o que evidencia a relevância das conclusões destes autores para nossa análise.

referencialmente presente ganha dimensões assustadoras a partir do momento em que a percepção da ameaça é distorcida pelo medo¹, gerando uma vivência imaginária que amplia os riscos reais de vir a ser efetivamente uma vítima.

É preciso analisar quem é o Bandido - ou melhor, *o que é*, pois toda sua constituição leva-nos a crer não ser ele humano. "Se as representações sociais servem para familiarizar o não-familiar, então a primeira tarefa dum estudo científico das representações é tornar o familiar não-familiar" (MOSCOVICI, 2007, p. 25); desta maneira, é preciso negar fórmulas prontas e questionar as certezas postas como deduções óbvias, buscando entender as características atribuídas ao Bandido, seus traços marcantes, entender *o que ele é* e principalmente, sendo uma representação social, *por que ele é assim*.

Todas as características da representação do Bandido estão inter-relacionadas. Adotamos a visão gestáltica (ALVARO; GARRIDO, 2006) de que nossa percepção da realidade não é mera somatória de elementos isolados, mas os relaciona - e desse relacionamento surgirá nossa impressão do objeto. Asch (1946; 1977) fez diversos estudos sobre a formação da impressão que fazemos de uma pessoa, concluindo que através da relação entre as diversas informações e características que temos, chegamos a um todo estruturado e coerente²; assim, a maneira como uma característica é compreendida é diretamente influenciada por outras características atribuídas ao sujeito, buscando-se chegar a uma unidade organizada e com coerência interna. Vemos que diversas características do Bandido vinculam-se e auto-referenciam-se a partir de uma lógica interna, nutrindo-se entre si e reafirmando umas às outras: *ele é um vagabundo - escolheu a vida do crime - não é um ser humano - não tem sentimentos nem compaixão - é capaz de tudo - etc*.

Prossegue Asch (ASCH, 1946; ALVARO, GARRIDO, 2006) em suas conclusões afirmando que, na construção de sentido, mesmo com poucas evidências, buscaremos inter-relacionar as informações que temos para formar nossa impressão, preenchendo as lacunas com suposições de maneira a chegar a um todo coerente. Os indivíduos tendem a construir a representação do Bandido a partir de poucos dados - aquilo que a mídia divulga, ou alguma particular experiência pessoal - e preenchem os imensos vácuos de informação com suposições imaginárias. A partir de uma simples notícia, cria-se toda uma narrativa prévia ao fato e deduz-se o caráter do suspeito (uma vez que, juridicamente, só se constitui culpado

¹ Lissek *et al* (2014) citam o exemplo do indivíduo ansioso que apresente grande temor do risco de câncer; este sujeito mostrará medo e ansiedade não apenas quando confrontado com situações diretamente relacionadas a câncer, mas generalizará este medo a qualquer estímulo vagamente relacionado ao objeto de medo (reportagens sobre saúde, ver um médico na televisão, passar perto de um hospital, etc).

² Além de seus próprios experimentos, Asch (1977) cita vários outros estudos (Kastenbaum, H.H. Kelley, etc) que chegaram às suas mesmas conclusões.

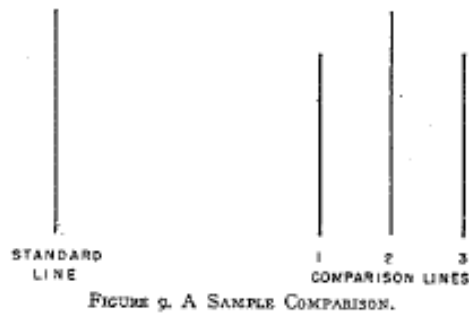
aquele que tem contra si uma sentença condenatória com trânsito em julgado): *ele buscou essa vida, nunca quis nada, vive de fazer o mal, deveria apodrecer na cadeia, etc.* Por outro lado, os casos paradigmáticos e sua extenuante cobertura pelos aparelhos midiáticos apenas confirmam essas pré-concepções, ao expor horrores extremos como sendo "apenas o esperado" - uma mera continuação na sua longa carreira de atrocidades.

Esta coerência interna na construção de sentido foi objeto de estudo de outros autores: Bartlett (1916; 1961), Heider (1944; 1970) e Festinger (1954) explicam que nossa necessidade de dar sentido ao mundo nos leva sempre a buscar consistência em nossas construções cognitivas, de maneira a termos segurança em nossa relação com o mundo. Por este motivo, também temos a tendência de ver as características percebidas como inerentes ao objeto, buscando estabilidade na formação de nossa impressão (HEIDER, 1970 ;ALVARO, GARRIDO, 2006). Desta maneira, a representação do Bandido ancora diversas percepções e enfeixa caracteres e traços imputados à sua "personalidade" e maneira de ser - violento, cruel, insidioso, etc - cristalizados ao longo do tempo e do reforço coletivo.

A percepção do grupo tem uma influência massiva nesse processo de construção de sentido. Temos uma tendência natural a não querer o isolamento e buscar o grupo - ninguém quer ser aquele que foge do padrão, o elemento estranho, o desviado em relação à maioria; assim, a maneira como o grupo compreende determinada questão influenciará todos os seus membros. Ainda que não cedam à opinião dominante, nenhum indivíduo é indiferente à atmosfera social.

Alguns estudos buscaram estudar a influência da atmosfera social e da opinião dominante sobre a construção de sentido e comportamento dos indivíduos. Um importante experimento, realizado por Asch (1977), buscou analisar a conformação do julgamento individual frente à opinião divergente da maioria. A um grupo de 7 a 9 pessoas, todas cúmplices do entrevistador exceto uma (o sujeito crítico), eram apresentados dois cartões - no primeiro havia três linhas verticais com relativa disparidade de tamanho entre si (linhas a comparar) e no segundo havia uma linha, que seria a linha referência. A tarefa dos sujeitos era afirmar qual linha do primeiro cartão era idêntica em comprimento à linha referência (FIGURA 08).

Figura 08: Amostra de comparação do experimento de Solomon Asch (1977).



Fonte: Ilustração original de "Social Psychology", de Solomon Asch (1907).

Devido à diferença entre as linhas, era possível dar uma resposta objetiva com razoável certeza (a porcentagem de erro no grupo controle foi somente de 7%). Cada sujeito daria sua resposta em voz alta, diante dos outros; o sujeito crítico era posicionado de tal forma que seria o último a responder, após ter ouvido todas as outras respostas. Todos os componentes do grupo (menos o sujeito crítico) foram previamente instruídos a dar as primeiras duas respostas corretas (para estabelecer uma base de aparente confiança no julgamento majoritário), e daí em diante responder erroneamente.

Os resultados demonstraram que houve um aumento de 33% de erros quando a posição majoritária era diferente e o sujeito via-se como minoria unitária - ainda que o sujeito efetivamente acreditasse que seu julgamento estava correto, alterava sua resposta para conformar-se à percepção do grupo. Os dados quantitativos são interessantes, mas são os dados qualitativos¹ que encetam reflexões mais aprofundadas.

Ao surgir a divergência, nenhum sujeito ignorou os julgamentos do grupo: todos foram afetados de alguma maneira pelo fato de ter uma percepção isolada do problema. Alguns interrompiam o procedimento para certificar-se das instruções, ou reexaminavam os cartões; questionavam o vizinho ou faziam expressões envergonhadas ao responder; nenhum estava preparado para o desacordo, e esperavam que o conflito fosse episódico e não durasse muito; sempre havia um claro esforço para restabelecer o equilíbrio rompido quando do apartamento completo da opinião coletiva.

Dois pontos foram observados nas entrevistas posteriores e merecem destaque: a maioria dos sujeitos via a perturbação como criada por si próprio, e não pela maioria, pois ele era o desvio da tendência constante. Nenhum dos sujeitos pediu que a maioria se explicasse

¹ Após a fase de perguntas, era realizada uma roda de diálogo em que a divergência era debatida. O sujeito crítico era questionado sobre o porquê de suas respostas, se acreditava que estava certo enquanto o grupo todo estava errado, o quão seguro estava de seu julgamento. Posteriormente, em entrevista individual, eram-lhe feitos os mesmos questionamentos, e finalmente revelado o propósito do experimento. Os dados qualitativos referem-se às respostas dos sujeitos e ao seu comportamento durante e após o experimento.

em suas respostas absurdas - antes, o próprio sujeito tomava a responsabilidade de provar a validade de sua resposta. Muitos examinados relutaram em afirmar que a maioria poderia estar errada, e vários chegaram a afirmar que haviam respondido conforme sua percepção, mas provavelmente estavam enganados por divergirem da opinião comum.

O segundo ponto relevante é que havia um desejo claro de fazer parte do grupo. Aqueles que respondiam corretamente (mas divergindo da maioria) lamentavam não compor a unidade do grupo; mostravam-se perturbados por serem o elemento desviado, e mesmo os mais seguros da própria opinião mostravam-se profundamente aliviados ao descobrirem o experimento. Afirmavam que tinham medo do julgamento do resto do grupo, e a percepção de si mesmo havia mudado quando eles viam-se excluídos do consenso.

Estes achados demonstram que temos uma natural inclinação a buscarmos aceitação do grupo - e isso muitas vezes envolve aderir ao consenso ou à postura social majoritária. O desejo de pertencimento a uma coletividade e o medo de ser um estranho, um segregado entre os seus faz com que muitas pessoas abram mão de suas opiniões e julgamentos para aderir à maioria. O risco de estar excluído do consenso - e ter que suportar toda a carga de julgamento que isso implica - leva à modificação das convicções pessoais para adequar-se ao todo.

Colocado este raciocínio num cenário social em que a alteridade resolve-se pela anulação da diferença - e não pela compreensão e/ou articulação entre visões divergentes - e a violência perpassa as esferas pública e privada, torna-se evidente que as práticas sociais perpetuam-se, entre outros motivos, também pela idéia de que "é assim que é feito, é assim que as coisas são, todo mundo pensa assim" - à divergência, sobra a irônica zombaria da alcunha de "politicamente correta". Não importa o quão absurdas sejam as crenças sociais, uma vez que haja consenso, elas tornam-se auto-explicáveis e auto-justificáveis. À medida em que cresce o discurso de ódio e revanchismo social, esse mecanismo de adesão à maioria explicita-se cada vez mais e não pode ser ignorado na dinâmica dos fatos.

Ainda, outro ponto precisa ser levantado. Este experimento abordou a contraposição da percepção *objetiva* de um contra todos: aqui, havia um dado objetivo e facilmente constatável, o comprimento de duas linhas, praticamente auto-evidente - e ainda assim, um terço dos sujeitos modificou sua resposta ¹ para adequar-se ao resto (e mesmo aqueles que mantiveram sua resposta, mesmo os mais seguros de si, sentiram-se confusos, questionaram seu próprio julgamento objetivo, questionaram o que seus olhos viam, e consideraram mudar

¹ Asch relata que houve inclusive um participante que afirmou categoricamente ter visto as linhas da mesma maneira que o grupo respondera, levando à conclusão que sua percepção sensorial fora alterada pela sugestão do grupo.

sua escolha). Quando é considerado que percepções sociais são realidades subjetivas - e portanto infinitamente mais fluidas, indefinidas e imprecisas -, esta influência do grupo pode ser muito maior. Uma quantidade razoável de sujeitos afirmou que manteve seu posicionamento divergente porque era empiricamente comprovado - seus olhos viam, eles podiam medir as linhas; o que dizer, então, de uma situação em que não é possível ter dados objetivos para sustentar uma divergência de julgamento?

[Conforme Tajfel] a natureza da informação com a qual se contrasta a validade da categorização é diferente no caso do mundo físico e no caso do mundo social. (...) No caso do ambiente social, a informação é mais ambígua; além disso, o fato de os estereótipos serem compartilhados faz com que o consenso sobre eles possa ser utilizado como um critério de validade. Nesse sentido, a mera afirmação de que outras pessoas mantêm as mesmas crenças que nós sobre determinados grupos serviria como confirmação de sua adequação. (ALVARO; GARRIDO, 2006, p. 275)

Este fenômeno da influência do grupo nas opiniões individuais também foi estudado por Leon Festinger. Sua teoria da comparação social afirma que a referência da opinião do grupo tem grande importância em nossos próprios julgamentos: quando o conhecimento não pode ser validado por critérios objetivos (por exemplo, quantos metros tem um quarteirão ou qual a temperatura de hoje), os indivíduos tendem a levar em consideração os julgamentos e crenças dos outros como forma de validação de suas próprias opiniões (FESTINGER, 1954; ALVARO, GARRIDO, 2006).

Em diversos estudos, ele observou (FESTINGER, 1954) que a estabilidade de uma opinião previamente formada variava de acordo com a concordância do grupo: sujeitos que descobriam-se contrários à opinião majoritária freqüentemente mudavam de idéia, enquanto aqueles que encontravam concordância da maioria raramente mudavam seu posicionamento prévio. Ele percebeu também que, quando há extrema divergência entre a própria opinião e a de outro indivíduo, o sujeito não o tomará como referencial comparativo (um exemplo seria um indivíduo muito preconceituoso em relação a um militante da igualdade racial), mas buscará aqueles indivíduos cuja opinião incline-se mais às suas próprias, buscando auto-afirmação através do reforço de seus julgamentos pessoais.

Disso surge um senso de coesão entre aqueles que compartilham da mesma opinião, de forma que as crenças do grupo passam a ser um instrumento de auto-validação. Isso pode ser um dos fatores a explicar o crescente recrudescimento¹ de opiniões acerca do criminoso -

¹ Enquanto em julho de 2008, pesquisa apontava que 43% dos brasileiros concordava com a frase "Bandido bom é bandido morto" e 6% não concordavam nem discordavam (BRASIL, 2010), em poucos anos (julho de 2015) a adesão à frase chega agora a 50% da opinião nacional, enquanto os "indiferentes" caem pela metade (3%) (FBSP, 2015).

ocorre a auto-validação da idéia do Bandido a partir de sua crescente adesão e aceitação pela população, de forma que em algum ponto muito pouco de substrato fático é necessário para validar as afirmações sobre o Bandido.

Por outro lado, a atmosfera de medo, intolerância e ódio social também influi fortemente no julgamento e comportamento individual. Esta afirmação foi constatada no experimento de Philip Zimbardo (informação verbal)¹ da prisão de Stanford: sua hipótese inicial era de que a linha entre o bem e o mal não é rígida e impermeável, e estes valores não são inatos ao indivíduo - o ambiente e as circunstâncias de uma situação podem levar pessoas comuns a tornarem-se perpetradores de violências terríveis.

O experimento envolvia uma simulação de prisão com voluntários estudantes: 12 dos sujeitos seriam os guardas da prisão, 12 seriam os prisioneiros. Houve prisões domiciliares realistas, efetuadas pela polícia municipal; no confinamento, eram dados uniformes com números aos presos, que perdiam seu nome, e uniformes com traços de autoridade e anonimato aos guardas (cacetetes, óculos escuros, etc). Os guardas foram informados que deveriam guardar os presos e que não teriam qualquer supervisão hierárquica no processo. Em 36 horas, inúmeros abusos foram cometidos e houve reações extremas de ambos os lados: colapsos nervosos dos prisioneiros, a interiorização dos papéis de abusadores e vítimas, perpetração de todo tipo de violência psicológica, etc. Em apenas 6 dias, o experimento saiu do controle e teve que ser encerrado.

Zimbardo diz em sua conferência que o que inicialmente era um experimento sobre o poder das instituições trouxe reflexões muito mais profundas. O paradigma mais simplista é de que pessoas violentas são as maçãs podres - o problema é localizado no indivíduo (seria o modelo médico, focado no indivíduo e no seu suposto desvio inato); o paradigma que Zimbardo considerou ao realizar seu experimento era de que o barril é podre - o ambiente institucional pode transformar o comportamento dos indivíduos. Ele levanta agora um novo paradigma: não são maçãs podres, nem barris podres - o fabricante de barris está podre.

Um sistema social com valores que favorecem o medo, a violência, o preconceito, o ódio social, a segregação pode alterar a percepção de um problema social e a reação das pessoas para este problema. A imersão numa atmosfera social de medo cria novas interpretações para a criminalidade, e o linchamento mostra-se uma alternativa extrema para condições percebidas como extremas.

¹ Estas informações referem-se à palestra proferida por Philip Zimbardo em fevereiro de 2008 pelo evento TED Talks. A palestra está disponível em https://www.ted.com/talks/philip_zimbardo_on_the_psychology_of_evil?language=pt-br.

Tendo em conta a influência da atmosfera social e da opinião coletiva para o julgamento e comportamento individuais, faz-se necessário enveredar pelo imaginário social brasileiro e compreender um pouco do "espírito do nosso povo", para entender nosso grupo social: como afirma Maffesoli (2004), "Só podemos entender bem uma época sentindo seus odores. Os humores sociais e instintivos são mais eloquentes a seu respeito do que muitos tratados eruditos. Neles exprimem-se os afetos, as paixões, as crenças que a permeiam". Somente com este olhar poderemos entender de onde vem a representação do Bandido, a quais ânsias sociais ela responde, como é nutrida.

Conforme Moscovici (2007), as representações impõem-se com uma força irresistível - irresistível, sim, pois combina uma estrutura existente muito antes de nós e uma tradição que decreta o que deve ser pensado. Desta maneira, o Bandido tem gênese em formas de compreender e agir sobre o mundo, na "personalidade" de nosso povo, sendo o imaginário social o reduto das significações impostas a essa representação. De certa forma - de fato, em grande medida! -, a análise desta representação social é muito mais uma auto-análise de nós, enquanto sociedade, e de como exercitamos a alteridade e lidamos com a diferença e o conflito.

Para procedermos a este estudo, nos valeremos do discurso corrente sobre o Bandido, destrinchando as frases do senso comum para compreender as ideologias subjacentes a elas. Para entender, é preciso ouvir - mas ouvir mais que apenas palavras, orações coordenadas, verbos e advérbios. Como diz Brum (2014a):

Precisei escutar o discurso do bem. O que dizem aqueles que acorrentaram um menino negro a um poste com uma trava de bicicleta no Flamengo, no Rio, em 31 de janeiro¹. Aqueles que cortaram sua orelha, aqueles que arrancaram suas roupas. O que dizem aqueles que defendem os jovens brancos que torturaram o jovem negro. Eu sei que os homens e as mulheres que evocam o direito de acorrentar adolescentes negros em postes, cortar a sua orelha e arrancar suas roupas porque se anunciam como homens e mulheres de bem – e homens e mulheres de bem podem fazer tudo isso – estão ao meu redor. Eu os encontro na padaria, os cumprimento no elevador, agradeço a eles quando me permitem atravessar na faixa de segurança. Eles estão lá ao ligar a TV. Mas o que eles dizem que é preciso escutar?

É preciso escutar atentamente o discurso sobre o Bandido, pois nas frases entreouvidas no cotidiano afloram infinitas significações, das mais sutis às mais brutais, uma vez que, como afirma Heider (1970), a linguagem tem uma infinita flexibilidade e guarda inúmeros conceitos gerais que remetem ao empírico. É nas conversações despreocupadas, no ônibus, numa mesa de jantar, quando não há um microfone ou a lupa de um pesquisador, que é dito o

¹ A crônica da jornalista refere-se ao caso de um adolescente (não identificado) que, tomado como suspeito de assaltos na área do Flamengo, foi espancado, teve sua orelha cortada e foi preso a um poste por uma trava de bicicleta no pescoço, nu, na noite da 31 de janeiro de 2014, no Flamengo, Zona Sul do Rio.

que se pensa - a partir de uma análise detida de conceitos aparentemente simples articulados em axiomas comuns, emergem os reais significados, mais profundos e densos que o que sobra à superfície.

Por outro lado, o senso comum, apesar de negligenciado por vários estudiosos, guarda em si as formulações sociais que, sob roupagem de axiomas ou hipóteses, acabam nos livros de psicólogos e cientistas sociais. Conforme Heider (1970), é o papel do estudioso das ciências sociais traduzir para conceitos sistematizados as proposições não-científicas, intuições e percepções sociais - e é o que busca este trabalho.

Nossa construção cognitiva não resulta de criações autônomas de indivíduos isolados, pois "assumimos" o mundo no qual os outros já vivem: adentramos uma realidade pressuposta a nós, com convenções pré-determinadas, condicionamentos, linguagem, cultura, ainda que possamos modificá-la e/ou recriá-la (BERGER, LUCKMANN, 2003; MOSCOVICI, 2007; SCHUTZ, 1979). Uma sociedade que foi construída a partir de uma matriz violenta, através da dizimação de povos, opressão e injustiça terá como senso comum estes valores:

...o sistema de costumes estabelece um padrão em termos do qual o grupo interno "define a situação". (...) Assumir o mundo como pressuposto, inquestionável, implica a hipótese profundamente enraizada no senso comum de que até segunda ordem o mundo vai continuar sendo, essencialmente, da mesma maneira como foi até aqui... (SCHUTZ, 1979, p. 80)

Esta percepção é relevante quando consideramos a maneira de encarar o desvio, o indesejado: todos estes valores serão projetados tanto na maneira como encaramos o problema quanto na maneira como lidamos com o problema. Conforme coloca Moscovici (2007, p. 37-38), "Nossas experiências e idéias passadas não são experiências ou idéias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e idéias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente." Assim, exercitamos a alteridade a partir de padrões históricos seculares que remontam à nossa formação nacional, e nosso imaginário - e suas representações - refletem claramente isso.

Uma característica marcante de nossa formação histórica é o profundo autoritarismo, presente desde as fundações da nossa sociedade a partir do modelo vertical da colônia subordinada à metrópole, modelo este que encontrava reflexo nas micro-relações intersubjetivas no nosso espaço social:

...a sociedade brasileira é marcada pela estrutura hierárquica do espaço social que determina a forma de uma sociedade fortemente verticalizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece. As diferenças e as simetrias são sempre transformadas em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O outro jamais é reconhecido como sujeito nem como sujeito de

direitos, jamais é reconhecido como subjetividade nem como alteridade. As relações entre os que se julgam iguais são de “parentesco”, isto é, de cumplicidade ou de compadrio... (CHAUI, 2001, p. 93)

Esta herança autoritária tem em si um elemento sadomasoquista comum aos regimes patriarcalistas, porém amplificado no caso brasileiro, como explica Souza (2003): as grandes dimensões do território favoreceram o isolamento entre cada reduto de poder, de forma que os limites ao arbítrio do senhor eram mínimos, senão inexistentes; a "ampliação da família" pelo patriarca com suas escravas criou a possibilidade de alguma ascensão social para os mestiços que demonstrassem maior identificação com os valores e interesses do opressor; por fim, a ausência de qualquer limite material ou simbólico ao poder do senhor de escravos (limite este dado pelos costumes em outras sociedades patriarcais) impossibilitou aos dominados qualquer constituição de auto-reconhecimento e auto-estima independentes do arbítrio do senhor, assim:

A consequência política e social dessas tiranias privadas, quando se transmitem da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, se tornam evidentes da dialética de mandonismo e autoritarismo de um lado, no lado das elites mais precisamente, e no populismo e messianismo das massas, no outro. (SOUZA, 2003, p. 119)

Esta tradição autoritária reproduz-se no discurso que reafirma que a ordem instituída é a ordem natural das coisas. Questionar é visto com preocupação: desviados, rebeldes, subversivos questionam. Desajustados questionam - e não queremos desajustados por perto. Nossa sociedade profundamente conservadora vê com desconfiança qualquer dissidência: Karnal (informação verbal)¹ observa que, com uma forte matriz católica em nossa formação social, enxergamos a ira como um pecado - *bem aventurados os pacíficos!* - e a raiva e o inconformismo, predecessores das revoluções, são entendidos como variáveis desajustadas na equação linear da ordem.

Dá-se então a naturalização de todas as formas de violência e desigualdade: "É assim que as coisas são, é assim que sempre foi", uma assertiva tão comum, é bem retratada numa canção popular muito conhecida, (ironicamente) nomeada "Rap da Felicidade": "Eu só quero é ser feliz / Andar tranquilamente na favela onde eu nasci / E poder me orgulhar / E ter a consciência que o pobre tem seu lugar" (CIDINHO; DOCA, 2009). Depreende-se que não é vislumbrada (nem desejada) a possibilidade de ascensão social e melhoria de vida - a favela é o lugar do pobre, que orgulha-se (!) de saber seu lugar.

¹ As citações a Leandro Karnal (2011) neste trabalho referem-se à palestra "O ódio no Brasil", realizada em 23 de setembro de 2011 na série temática "As Razões do Ódio" (Café Filosófico), de curadoria de Luiz Felipe Pondé, pela CPFL Cultura. A palestra completa encontra-se disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=w3VK3pnjUS4> > .

Assim, entende-se o *status quo* como merecido e esperado, a única ordem possível e legítima, havendo a internalização desta lógica de valores - um processo cristalizado em seculares práticas de dominação em que os subjugados buscavam os favores do dominador:

Existiam prêmios materiais e ideais muito concretos em jogo de modo a recompensar quem melhor interpretasse e internalizasse, como se fosse sua, a vontade e os desejos do dominador. E é precisamente essa assimilação da vontade externa como se fosse própria, assimilação essa socialmente condicionada e que mata no nascedouro a própria auto-representação do dominado como um ser independente e autônomo, que o conceito de sadomasoquismo quer significar. (SOUZA, 2003, p. 121)

A lógica da opressão passa a permear todos os redutos da vida social, pois é o paradigma que orienta a maneira de compreender o mundo. Ela torna-se o "pensar como sempre" referido por Schutz (1979): enquanto a vida for a mesma nestes costumes, surgirão os mesmos problemas com as mesmas soluções já pré-determinadas; enquanto pudermos confiar no conhecimento transmitido por pais, professores, etc, ainda que não entendamos sua origem nem reflitamos sobre seu significado; enquanto a normalidade repetir-se e houver previsibilidade na vivência comum, continuaremos a aceitar o esquema *ready-made* como um guia não-questionado e inquestionável de conduta e interpretação do mundo.

Isso fica muito claro quando colocamos alguns fatos em perspectiva: 23% dos entrevistados em pesquisa nacional (BRASIL, 2010) não conseguiam dar qualquer conceito para "cidadania"; da mesma maneira, 14% dos entrevistados não conseguiam relacionar a expressão "direitos humanos" a nada, enquanto 10% simplesmente não sabiam dizer quem os direitos humanos protegem. Ainda, 43% dos entrevistados não sabiam quais direitos humanos são protegidos pela nossa Constituição Federal (sendo que destes, 4% responderam que nenhum direito é protegido pela Carta Magna), enquanto 10% sequer conseguiam dizer quais direitos lhes eram mais importantes.

Por outro lado, a mesma pesquisa apontou que 89% dos entrevistados consideravam seus direitos sociais parcial ou totalmente desrespeitados, enquanto 87% tinha esta percepção quanto a seus direitos individuais ou civis e 64% viam seus direitos políticos serem desrespeitados. Estes dados demonstram que nossa população sente-se alheia à idéia de ter direitos e exercê-los: é assustador imaginar que uma sociedade em que quase 90% dos indivíduos afirma ter seus direitos fundamentais desrespeitados continue operando sob a mesma lógica há séculos.

Este modo de viver tornou-se o nosso "pensar como sempre": não sabemos quais são nossos direitos, somos explorados desde o início dos tempos, e assim é que as coisas são - esta é a ordem natural das coisas, auto-explicável e auto-justificável. Brum (2014a) reafirma

esta constatação essencial: o linchamento (no caso analisado por ela, o ataque contra o adolescente pobre e negro espancado, mutilado e preso a um poste) é apenas um instantâneo com cores mais vívidas das violências perpetuadas no cotidiano:

Mas o poste/tronco é apenas a imagem extrema, hiper-real, do que a maioria convive, dia após dia, sem perceber que deveria ser impossível conviver com o fato de que uma parte da população brasileira tem menos tudo, inclusive vida. A abolição incompleta da escravatura está em todas as horas do Brasil. Se não fosse mais conveniente ser cego, enxergaríamos jovens negros presos a postes pelo pescoço o tempo todo. (...) O que os brutos realizaram, porque esse também é o papel dos brutos, é a *materialização de uma realidade simbólica com a qual convivemos* sem pruridos. (BRUM, 2014a, grifo nosso)

A naturalização de incontáveis formas de opressão transmite-se na forma de enxergar o outro e nas condutas. Se não sabemos quais direitos temos, não sabemos quais direitos o outro tem - o exercício da alteridade torna-se apenas prolongamento das violências que nos são impostas. Esta sensibilidade exsurge nos comportamentos, nas violações, opressões e coações cotidianas. O senso comum entende como violência o ato do Bandido de ameaçar minha vida com uma arma - ignorando, porém, as incontáveis violências anteriores a este fato: nossos preconceitos, velados ou explícitos; a manutenção de taxas brutais¹ de concentração de renda no país; a lógica violenta das instituições públicas de segurança, onde todo tipo de abuso e arbitrariedade são perpetrados; os enclaves onde um "Estado paralelo" impõe-se pela coerção; a inferiorização sistemática da mulher, do negro, do pobre, do homossexual, do 'vagabundo', do desempregado, do drogado, do sem-terra - de tudo que é diferente do padrão pré-determinado de "gente de bem".

A partir de Sócrates (e definitivamente com o cristianismo), o pensamento vigente não mais afirma a vida, mas delimita comportamentos esperados e legitima valores morais: já não basta viver, é preciso viver virtuosamente. Aos olhos da sociedade, para sua existência ser legítima, precisa obedecer preceitos supostamente universais, valores imanentes ao homem bom, justo, decente, trabalhador. Os diferentes, os desviados destes padrões determinados “não são”, ou, quando muito, “quase são”. Isso fica evidente em todos os discursos de intolerância ao desvio e à diferença: preconceito, discursos de ódio, reafirmação da necessidade de eliminação de bandidos, gays, negros, gordos, aqueles que não preenchem os padrões de beleza impostos... o outro, aquele que não é, mas quase é - aquele que nunca completa sua existência plena, pois foge ao padrão, àquilo que é entendido como o ser pleno.

¹ Os números oficiais do Ministério da Fazenda em 2016 (BRASIL, 2016) afirmam que apenas 0,1% da população declarou oficialmente ter R\$159,7 bilhões em rendimentos brutos (importante considerar que estes são números oficiais - as cifras obscurecidas pela sonegação revelariam valores muito mais elevados). Por outro lado, estudos feitos por Milá (2015) com dados de 1933 a 2013 revelam que 1% da população detém 27% de toda a renda no país - e este padrão histórico tem-se mantido nesta média desde a década de 70.

Naturalizamos de tal forma essa lógica que perpetuamos o "pensar como sempre" como se fosse a ordem universal, eterna e correta: monogamia como única forma de amor, capitalismo como único sistema possível, o trabalho como forma de dignificar o homem (levando à constatação, a *contrario sensu*, de que o não-trabalhador não alcançou essa dignidade plena). Aquele que afronta esta ordem é rotulado como o desviado, o bandido, o marginal, e não se pode deixar de notar a interessante escolha da palavra: *marginal*, ou à margem - aquele que não foi aceito por nós, os bons... (e, claro, a visão é sempre de dentro pra fora: aqueles que estão dentro - aqueles que *são* plenamente - observando atentamente os marginais, os inadequados, aqueles que *não são* o que quer que esperamos que sejam).

O que leva à constatação de que em nossa sociedade, a diferença não é vista como um traço saudável de pluralidade; durante centenas de anos, a lógica era "um manda e todos obedecem" - o desvio não era tolerado. Os termos eram impostos, e a força era a linguagem: aprendemos a obedecer ordens, não a ouvir pontos de vista. A alteridade nunca foi exercida de forma plena, de forma que não é um conceito familiar nem uma prática habitual. Não precisamos compreender, precisamos eliminar o desvio - esse *modus operandi* pautado na incapacidade de reconhecer o outro leva à construção de uma visão extremamente simplificada e planificada do Bandido, visto como uma anomalia a ser expurgada e não como um sujeito de direitos.

O que leva à principal característica desta representação - sua simplificação extrema: sua identidade é plana, despida de qualquer complexidade, sem quaisquer arestas morais. O atos de violência noticiados de maneira espetacularizada e os relatos de medo da comunidade são a base cognitiva de informações a partir da qual será construída uma noção unidimensional do Bandido, sem falhas na sua coerência interna. Quanto mais complexa essa construção, mais difícil é manter a coesão entre seus elementos: em diversos experimentos de Asch (1977), ficou claro que temos a tendência de buscar uma coerência interna ao formar nossa impressão de um sujeito - esta tendência mostra-se tão forte que, de fato, podemos distorcer informações que contradigam esta organização consistente ou mesmo *anulá-las*¹, se não for possível adequá-las à noção prévia que construímos daquele sujeito.

¹ Asch (1977) cita os resultados do estudo de A. Kastenbaum, em que os sujeitos enfrentavam informações contraditórias em relação à idéia previamente formada sobre um indivíduo: "...o observador fixou-se num tema, relegando outros a uma posição subsidiária. Em outras vezes, o material difícil de aceitar (porque era contrário à principal tendência) foi ligado a situações diferentes ou a áreas diferentes da pessoa. Outros foram tão dominados por um tema principal que desprezaram as provas contraditórias, como sendo de pouca importância; às vezes, chegaram até a enfraquecer o sentido de uma cena ou mesmo a negar sua autenticidade."

Também Tajfel (1969) afirma que mesmo quando os fatos viram-se contra as confortáveis e úteis distinções estipuladas pelos estereótipos, buscaremos meios de preservar o conteúdo de nossas pré-concepções - uma das principais características do estereótipo é sua rigidez e resistência a informações que o contradigam.

Estas observações explicam a intransponível resistência em considerar novos fatos e informações que contradigam as crenças pré-determinadas. Há uma postura de intransigente surdez a qualquer argumento contrário, o que leva Brum (2014a) a afirmar que "O discurso do bem orgulha-se de ser simples, orgulha-se de só ter certezas. A dúvida atrapalha o bem. E o bem não deve ser perturbado." O diálogo torna-se, assim, quase uma impossibilidade, pois a dúvida pode corroer o esqueleto frágil das certezas que nos foram dadas prontas desde o berço.

Conforme Tajfel (1969), tendemos a categorizar grupos sociais de acordo com determinadas características, de maneira que, se tivermos pouca ou nenhuma informação sobre um indivíduo do conjunto, tenderemos a atribuir-lhe os caracteres do seu grupo de inserção - e em situações onde emergem ambigüidades ou potenciais contradições nesta caracterização, sempre será mais fácil encontrar evidências que supostamente reforcem a imagem pré-concebida do grupo do que aceitar informações que a contradigam.

A tendência a ignorar informações ou adaptá-las na busca de coerência também foi estudada por Bartlett. Em diversos experimentos¹, ele percebeu que os indivíduos, ao serem confrontados com um objeto ou situação não-familiar, cujos elementos não sigam uma lógica conhecida, procuram reorganizar tais elementos de forma a criar uma construção compreensível - é a "busca pelo sentido" (BARTLETT, 1916), ou "effort after meaning". Ao tentar definir a natureza da ameaça, dando-lhe forma, preenchemos as lacunas do que não sabemos ou assimilamos, buscando transmutar o não-familiar em conceitos familiares e compreensíveis, bem como alteramos (consciente ou inconscientemente) ou ignoramos

¹ Um dos experimentos de Bartlett (reprodução repetida) é relatado (ROEDIGER, THOMPSON, 1997; ROEDIGER, 2003; ALVARO, GARRIDO, 2006) da seguinte forma: era lido um conto de folclore indígena norte americano ("The War of the Ghosts"), com elementos culturalmente peculiares, sobrenaturais e estranhos, para os sujeitos do experimento, todos britânicos medianos (donas de casa, estudantes, operários, etc), para que a repetissem quinze minutos depois. Foi verificado que a dificuldade de compreender uma história com elementos estranhos levava as pessoas a modificarem-na, omitindo ou acrescentando elementos, adaptando-a a esquemas interpretativos ocidentais familiares, criando uma narrativa que lhes parecesse coerente e inteligível, ainda que muito distante dos fatos originais: "Além de encurtarem, as histórias foram simplificadas, elementos sobrenaturais foram retirados e outros traços bizarros foram reinterpretados. Bartlett designou este processo de "racionalização" porque as pessoas adicionavam informações para explicar elementos não-naturais, ou eliminavam-nos completamente se eles não encaixavam-se na experiência prévia da pessoa." (ROEDIGER, 2003, tradução nossa).

informações contraditórias, incoerentes ou incompreensíveis para criar um todo lógico, coerente e auto-evidente.

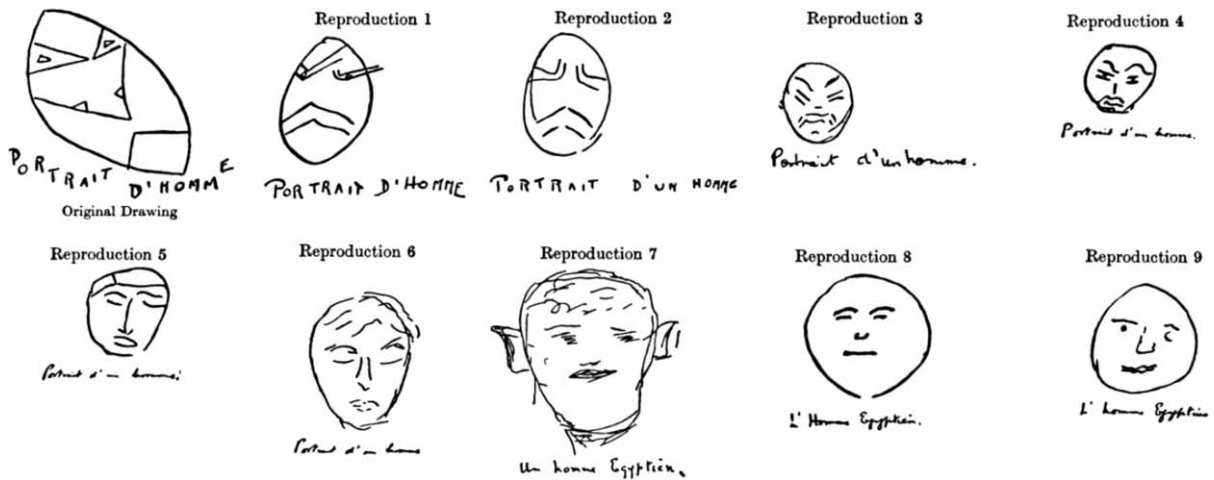
Este é o conceito de "esquema" de Bartlett: a maneira de organizar, codificar e memorizar dados de um evento ou objeto num arranjo abstrato geral, com uma lógica e coerência interna, que servirá para orientar a percepção e compreensão de outros eventos e objetos. Na busca de sentido, os sujeitos "tentam converter ou recodificar elementos de difícil apreensão cognitiva em formas que podem ser compreendidas. As pessoas tentam impor estrutura e ordem na compreensão do mundo, mesmo contra sua própria experiência¹." (ROEDIGER, 2003, p. 2, tradução nossa)

Assim, a ameaça indefinida é tornada familiar, assumindo a forma de um esquema conhecido. Esta ressignificação da identidade do Bandido, transformando-o numa figura simples e descomplicada, pode ser em parte explicada por este esforço por criar sentido: o Bandido assume caracteres de uma representação do Mal com características hiperbólicas e simplificadas, e quaisquer traços humanizadores são reduzidos ou eliminados, porque contraditórios com o restante da representação.

Bartlett chegou a resultados similares através de outro estudo (ALVARO; GARRIDO, 2006), no qual era apresentado a um sujeito um desenho abstrato, que deveria ser reproduzido o mais fielmente possível; a seguir, esta reprodução seria apresentada a um segundo sujeito, que a reproduziria; e assim por diante, passando por uma sequência de indivíduos. Os resultados demonstraram que a imagem inicial, abstrata e imprecisa, tinha seus traços modificados a cada nova reprodução: os indivíduos não reproduziam fielmente aquilo que estava à sua frente, mas reorganizavam o sentido do que viam de maneira a aproximar-se de um esquema prévio familiar (um rosto humano) (FIGURA 09).

¹ "...people try to convert or recode elements that are difficult to perceive or understand into forms that can be comprehended. People try to impose structure and order to understand the world around them, even when their experience does not conform..." (p. 2)

Figura 09: Sequência de reproduções no experimento de Bartlett



Fonte: Ilustração original de "Remembering: A Study in Experimental and Social Psychology (pp. 178–179), por F. C. Bartlett, 1932, Cambridge, UK: Cambridge University Press. (Disponível em: <http://www.experimental-psychology.de/ccc/docs/pubs/CarbonAlbrecht2012.pdf>)

3.2 O que tememos, chamamos de Mal

Como construção abstrata imersa no imaginário social, a representação do Bandido é permanentemente reinventada à medida que os indivíduos distorcem a identidade inicial do delinquente comum, replicando-a e modificando-a para adequar-se a um esquema simplificado e plano do Mal, reorganizando todos seus traços para adequarem-se a essa projeção abstrata.

A simplificação também tem um viés imediatista. O caráter reducionista deste processo requer menos elementos na construção da figura do Bandido – e, desta forma, menos dados a serem analisados. Conforme experimentos de Bartlett (1916) sobre percepção, em que os sujeitos deveriam descrever uma série de desenhos, quanto mais detalhes tinha uma figura a ser analisada (e especialmente se tais detalhes não seguiam uma lógica aparente), mais os sujeitos mostravam-se incomodados e ampliavam muito ou reduziam drasticamente os detalhes, de forma que a imagem inicial rapidamente desaparecia e dava lugar a uma outra. A construção social da identidade do delinquente segue esta mesma lógica: toda sua complexidade é anulada, dando vez a uma nova construção que pouco ou nada lembra de sua identidade.

É uma maneira de torná-lo mais facilmente compreensível: na busca de marcos seguros (aliados e ameaças), recorremos a rotulações maniqueístas - Bem e Mal são pontos cardeais bem demarcados e facilmente reconhecíveis para definir a ameaça ou a segurança, conceitos simples e planos a partir dos quais os indivíduos buscarão orientar-se em meio a

uma caminhada incerta e vacilante. O Mal passa a designar território inseguro - todo tipo de horror indefinido ou indefinível encontra-se ali:

O medo e o mal são irmãos siameses. Não se pode encontrar um deles separado do outro. Ou talvez sejam apenas dois nomes de uma só experiência (...) tendemos a chamar de "mal" precisamente o tipo de iniquidade que não podemos entender nem articular claramente, muito menos explicar sua presença de modo totalmente satisfatório. Chamamos esse tipo de iniquidade de "mal" pelo próprio fato de ser ininteligível, inefável e inexplicável. (...) Todos os arcaísmos que possuímos e usamos para registrar e mapear histórias horripilantes a fim de torná-las compreensíveis (e portanto neutralizadas e desintoxicadas, domesticadas e domadas - "toleráveis") se esfumam e se desintegram quando tentamos esticá-los o suficiente para acomodar o tipo de maldade que chamamos de "mal"... (BAUMAN, 2008, p. 74)

Esta separação clara entre o Bem e o Mal tem seu baluarte mais sólido e pronunciado no universalismo judaico-cristão, como explica Maffesoli (2004); desde os teólogos clássicos, os filósofos iluministas até as teorizações hegeliano-marxistas, há um furioso empenho em teorizar e definir o Bem: "Da "Cidade de Deus" à sociedade perfeita, vamos encontrar a mesma tensão: mobilizar as energias individuais e sociais para concretizar um remate, uma parúsia que eliminasse a parte obscura do humano." (MAFFESOLI, 2004, p. 33). O medo deste caráter animal, sombrio e incontrolável do humano levou à delimitação de categorias estanques e supostamente bem claras e definidas: o Bem e o Mal, o certo e o errado, a luz e a escuridão.

Construiu-se então um "dualismo substancial e metafísico, segundo o qual Bem e Mal, Luz e Trevas, Matéria e Espírito são naturezas eternas, igualmente poderosas, absolutamente diferentes, e, portanto, não se podem misturar nem relacionar." (ROSA, 2001, p.1). Deste pensamento binário, o Mal torna-se uma categoria a partir da qual emergirão constelações de signos e representações de toda ordem; nela cabem todos os horrores temidos pelo homem: a doença, o abandono, a escuridão, a fome, a dor, a morte, a violência - e todos os seus perpetradores. O Bandido emerge como uma das representações mais marcantes, sua identidade moldada a uma caricatura do Mal, de forma a hiperbolizar suas qualidades, simplificando-o até não haver qualquer área cinzenta de indefinição ou ambigüidade.

Similar ao Mal, ele é onipresente - como já dito, a percepção desproporcional dos riscos leva à sensação de que o Bandido está em cada esquina, sempre à espreita, e se neste passeio voltamos sãos e salvos, nada garantirá o próximo. Tentativas como o site "Onde Fui Roubado" procuram responder a esta percepção difusa do risco, mas sem sucesso: a sensação de insegurança é generalizada, superando os riscos reais ("Sensação de insegurança em Fortaleza...", 2013; RIBEIRO, 2016).

Os efeitos psicológicos do medo são entendidos como realidades dinâmicas ao longo do tempo. Jackson e Gouseti (2015) afirmam que experiências prévias de vitimização (primária ou secundária¹) moldam as crenças do indivíduo sobre probabilidade, impacto e possibilidade de controle da ameaça - o que inicia-se como uma preocupação derivada de uma percepção ampliada do risco desenvolve-se num permanente senso de ameaça (que inclui não apenas julgamentos de probabilidade, mas também de gravidade); "assim, o que antes era um evento abstrato e vagamente provável subitamente torna-se algo psicologicamente presente e real"² (JACKSON; GOUSETI, 2015, p.12, tradução nossa).

Esta irreal percepção de risco foi demonstrada num estudo da pós-graduação da Universidade Federal do Ceará realizado em Fortaleza (COSTA; CARVALHO, 2015): entre outubro de 2011 e janeiro de 2012, 4030 pessoas foram entrevistadas em Fortaleza sobre sua percepção da possibilidade de ser vítima de um homicídio nos doze meses seguintes, e as respostas, em todos os casos, ultrapassaram muito os números oficiais de crimes violentos. Os indivíduos estão tão condicionados pelo medo que, mesmo após serem informados das estatísticas reais, 95% deles mantiveram a mesma expectativa inicial de vir a tornar-se uma vítima, indo contra dados objetivos que contradiziam suas crenças subjetivas.

Explica-se tal resistência a dados objetivos, entre outros fatores, pelo caráter endêmico do medo. Conforme Jackson e Gouseti (2015), uma vez instalada a atmosfera de percepção distorcida do risco, todo o grupo apresenta maiores níveis de preocupação, especialmente entre aqueles que associam a violência com sérias consequências pessoais e entendem-na como um fenômeno fora de controle e tenham particular aversão à incerteza.

Como o Mal, o Bandido age aleatoriamente - não há qualquer escolha moral, não há racionalidade na seleção de vítimas. Qualquer um de nós poderá ser o próximo. A aleatoriedade é terrível para os que temem, pois leva à imprevisibilidade - não há padrões nem critérios de escolha, de maneira que a possibilidade de tornar-se uma vítima está sempre adiante. Este permanente estado de incerteza também tem efeitos psicológicos na percepção da ameaça: a aversão à incerteza é o que Kruglanski e Webster (1996) chamam de "necessidade de conclusão cognitiva", uma forma de entender o mundo e construir o sentido -

¹ Os autores explicam que a vitimização primária seria a experiência pessoal de violência contra si, enquanto a vitimização secundária é o conhecimento de violência sofrida por alguém conhecido ou próximo. Os autores afirmam que ambas têm forte influência na percepção distorcida do risco; considerando o cenário brasileiro, em que uma imensa parcela da população experimenta um destes dois fenômenos de vitimização, a análise de seus impactos são profundamente relevantes na compreensão dos efeitos do medo e suas representações sociais.

² "what was previously a rather abstract and irrelevant potential event suddenly becomes something psychologically present and real." (p.12)

uma premente necessidade de tornar a realidade compreensível e facilmente categorizável, alta intolerância à incerteza e pouca flexibilidade na interpretação de fatos, o que acaba por levar ao raciocínio "preto-ou-branco" na busca de respostas. Numa sociedade cujos parâmetros seculares de prática de alteridade são a intolerância à diferença, ao estranho e ao desvio da ordem, essa necessidade de certeza e conformidade fazem-se presentes na construção de sentido:

Definimos necessidade de conclusão cognitiva como um desejo por conhecimento definitivo em algum assunto e a aversão à confusão e ambiguidade (...) a necessidade de conclusão exerce seus efeitos a partir de duas tendências gerais: a tendência à urgência, refletindo a inclinação à busca de conclusão o mais rápido possível, e a tendência à permanência, refletindo a inclinação a manter estas conclusões pelo maior tempo possível. (KRUGLANSKI; WEBSTER, 1996, p. 278, tradução nossa¹)

A necessidade de conclusão cognitiva leva à busca permanente de certeza, ordem e estrutura, desaguando numa percepção agudizada e ampliada do risco. A incapacidade de lidar com aleatoriedade e incerteza ganha contornos ainda mais pronunciados num mundo delimitado pela liquidez e por linhas permanentemente móveis:

... as "redes" de vínculos humanos se transformam em territórios de fronteira em que é preciso travar, dia após dia, intermináveis conflitos de reconhecimento. (...) há poucas constantes, se é que há alguma, nas equações que se tenta diariamente resolver. Fazer cálculos se parece mais com solucionar um quebra-cabeças com poucas pistas, todas elas dispersas, ambíguas e inconfiáveis. (...) é a atual crise de confiança. A confiança está em dificuldades no momento em que tomamos conhecimento de que o mal pode estar oculto em qualquer lugar..." (BAUMAN, 2008, p. 93)

Esta necessidade de certeza tem dois vieses claros. Por um lado, serve como um mecanismo de retroalimentação do medo, pois a imprevisibilidade permanece - ela faz parte da essência do Bandido, que é uma ameaça permanentemente vigilante. O que é imprevisível é em si mesmo assustador. Muito da mística do Bandido está na imprevisibilidade - e o que é "previsível" é positivamente horrendo.

Este mecanismo de retroalimentação do medo baseia-se tanto na própria lógica inerente à figura do Bandido (que é uma ameaça onipresente e imprevisível) quanto na reafirmação constante da ameaça pelo corpo social. Sobre a psicologia do risco, Jackson e Gouseti (2015, p. 13) afirmam que os mecanismos de compensação cognitiva podem acabar por exacerbar a percepção subjetiva dos riscos:

¹ "We have defined need for closure as a desire for definite knowledge on some issue and the eschewal of confusion and ambiguity (...) need for closure is presumed to exert its effects via two general tendencies: the urgency tendency, reflecting the inclination to attain closure as quickly as possible, and the permanence tendency, reflecting the tendency to maintain it for as long as possible." (p. 278)

Os indivíduos tentam compreender o súbito risco proeminente, e ironicamente, sua aversão à incerteza e pressa em tentar reduzi-la podem, afinal, aumentar a ameaça subjetiva e produzir imagens mais poderosas emocionalmente. Tomemos a experiência de vitimização secundária: indivíduos com grande necessidade de conclusão cognitiva podem ser motivados a pesquisar o máximo sobre seu próprio risco de forma a conseguir uma maior certeza - mas suas estratégias de pesquisa podem levá-los a descobrir mais sobre a situação e "estancar" nos detalhes assustadores. Isso ajuda a apenas aumentar a proeminência do risco (...) [elas] buscarão mais ativamente por sinais de ameaça criminosa no ambiente e interpretarão prontamente sinais ambíguos como sinais de perigo potencial¹ (tradução nossa)

O outro viés desta necessidade de certeza é que ela leva à materialização dos medos dispersos e indefinidos numa figura delimitada e facilmente compreensível, o Bandido. Nesta busca de conclusão cognitiva, o Bandido é reduzido à quase nudez, transformado no esquema mais simples possível. A desconstrução de sua humanidade atravessa diversas esferas: sua individualidade, sua personalidade, sua história de vida são nulificadas. A tentativa de mitigar a incerteza e a ambiguidade através de um fechamento, uma conclusão cognitiva termina, assim, por engendrar um processo de simplificação da identidade do sujeito:

A teoria determina que indivíduos com grande necessidade de conclusão cognitiva usarão estratégias de pesquisa menos complexas, empregarão uma heurística mais primária e mais prontamente se "ancorarão" em representações midiáticas do crime, "estancando" na sensação de risco e ameaça (cf. Kruglanski & Webster, 1996). Eles processarão menos informações para chegar a um julgamento, que será baseado em sinais iniciais; apoiar-se-ão em estereótipos em vez de informações individualizadas; e serão motivados a manter suas impressões iniciais em vez de corrigi-las à luz de evidências subsequentes.² (JACKSON; GOUSETI, 2015, pgs. 12-13, tradução nossa)

Quaisquer individualidades, qualquer traço particular de caráter, sua biografia, tudo é eclipsado diante de sua natureza perversa, de forma que ele não mais pode ser diferenciado como indivíduo, mas apenas como personificação do Bandido. Ter emoções o tornaria humano, o que entraria em conflito com os outros elementos da representação e afrontaria toda a sua coerência interna - assim, todos os traços humanizados são implícita (ou

¹ "They try to make sense of the sudden salient risk, yet ironically, their aversion to uncertainty and rush to try to reduce uncertainty may, if anything, increase subjective threat and produce more powerful affective imagery. Take secondary victimization experience: People with a high need for cognitive closure may be motivated to find out as much as possible about their own personal risk as a way of getting closure, yet their strategies for searching for information may lead them to find out more about the event and "freeze" on frightening details. This may help to only increase risk salience (...) [they] may more actively look for signs of criminal threat in their environment, and to more readily interpret ambiguous cues as signs of potential danger." (p. 13)

² "Yet, theory also predicts that people with a high need for cognitive closure will use less complex information-seeking strategies, to employ more basic heuristics, and to more readily "seize" on media representations of crime and "freeze" on the sense of risk and harm (cf. Kruglanski & Webster, 1996). They are expected to process less information before committing to a judgment, to base judgments on early cues, to rely on stereotypes rather than deindividuating information, and to be motivated to keep close to initial impressions rather than correct them in the light of subsequent evidence." (pgs. 12-13)

explicitamente) mitigados ou eliminados. É completamente apagada sua identidade pessoal, cujo conceito nos é dado por Goffman (2011, p. 51):

[São] marcas positivas ou apoio de identidade e a combinação única de itens da história de vida que são incorporados ao indivíduo com o auxílio desses apoios para a sua identidade. A identidade pessoal, então, está relacionada com a pressuposição de que ele pode ser diferenciado de todos os outros e que, em torno desses meios de diferenciação, podem-se apegar e entrelaçar, como açúcar cristalizado, criando uma história contínua e única de fatos sociais que se torna, então, a substância pegajosa a qual vêm-se agregar outros fatos biográficos.

Ignora-se sua trajetória prévia, tudo que o levou àquele momento: o Bandido surge para nós a partir do ato de transgressão, que constitui sua gênese, o princípio de sua existência - qualquer menção ao antes-do-crime apenas reafirma sua natureza inerentemente violenta, tendente à vadiagem e propensa à vida criminosa. Sua própria existência constitui uma transgressão. O Bandido não tem história de vida, tem passagens pela polícia; o Bandido não sofre, inflige sofrimento; não chora, não tem mãe, filhos, sonhos, medos. Não tem amigos ou foi criança. Não tem uma cor favorita ou lembranças tristes. As múltiplas personagens que compõem a identidade, que dançam num permanente jogo dialético de ocultamento e apresentação¹, desaparecem por completo: não há nada por trás da cortina.

Este processo de simplificação tem diversos vieses. Por um lado, nos é impossível apreender toda a complexidade identitária de um sujeito: qualquer objeto (e isso vale para tudo, desde seres concretos a abstrações) só é parcialmente apreendido por nós, devido às limitações de nosso arcabouço psíquico:

[A formação do] conceito teórico de um dado indivíduo varia conforme o ponto de vista a partir do qual é formado, ponto de vista este que é dado pela relação do observador com seu objeto. Uma vez que um indivíduo jamais poderá conhecer plenamente o outro, o que significaria conhecer cada particular pensamento e sentimento seu; uma vez que devemos formar o conceito de uma totalidade pessoal a partir de fragmentos da outra pessoa, sendo esta a única maneira de ter acesso a ela, essa unidade construída depende necessariamente da fração do sujeito que nosso ponto de vista nos permite contemplar². (SIMMEL, 1906, p. 442, tradução nossa)

¹ Conforme LIMA (2010) ao explicar a perspectiva de Ciampa sobre o tema: a identidade não é apenas a personagem que se apresenta visível, mas todas as múltiplas personagens que o sujeito apresenta e oculta, de maneira que nunca se vislumbra a totalidade da identidade do sujeito, mas apenas o seu "representante imediato" - a faceta exposta momentaneamente ao interlocutor.

² "the theoretical conception of a given individual varies with the standpoint from which it is formed, which standpoint is given by the total relationship of the knower to the known. Since one never can absolutely know another, as this would mean knowledge of every particular thought and feeling; since we must rather form a conception of a personal unity out of the fragments of another person in which alone he is accessible to us, the unity so formed necessarily depends upon that portion of the other which our standpoint toward him permits us to see." (p. 442)

Conforme Bartlett (1916), o ato de perceber um objeto¹ sempre está associado a um ato imaginal; uma vez que nossa percepção da realidade é sempre fragmentada e incompleta - porque parcial -, teremos que preencher as lacunas com elementos imaginativos, mesmo que nem sequer percebamos que o fazemos. Assim, o autor afirma que, na descrição ou representação² de um dado objeto, o sujeito sempre ultrapassará a sua própria experiência cognitiva material e atribuirá ao objeto características que, vistas mais cuidadosamente, não lhe são inerentes e foram imputadas pela imaginação do observador. Neste experimento, os sujeitos deveriam reproduzir graficamente um dado objeto percebido (no caso, um desenho). A construção cognitiva de um objeto (no caso do Bandido, a construção de sua representação) também é uma forma de reproduzirmos aquilo que percebemos - sendo, porém, uma reprodução abstrata, não colocada no papel a lápis, mas delimitada em nossa consciência e prolongada nas veredas imaginais.

Assim, a identidade do Bandido é uma reprodução daquilo que é construído cognitivamente, impressa no papel do imaginário social; mas neste papel, esta reprodução não terá traços estáticos: seu desenho está permanentemente sendo borrado, alterado e refeito. A descrição não corresponde fielmente à realidade, mas tem inúmeros elementos acrescidos pela imaginação - de fato, há mais imaginação que realidade na representação do que é o Bandido: há uma conduta aparentemente típica, ilícita e culpável, há um suposto autor, há uma aparente vítima - todo o resto é espetáculo e especulação. Todo o resto é acréscimo imaginário.

Os sujeitos do estudo de Bartlett (1916), ao reproduzirem aquilo que percebiam, partiam de inferências feitas a partir de uma impressão geral do objeto, inferências que comumente continham detalhes que o próprio sujeito admitia ter apreendido de forma imperfeita e indefinida - quando não, detalhes completamente imaginados. Este mesmo processo repete-se ao construirmos a idéia de um objeto em nossa consciência, e pode ser percebido na construção da imagem do Bandido: partindo-se de uma impressão geral, fazem-se inferências de toda ordem para completar os espaços em branco, de forma que o desconhecido é explicado por suposições subjetivas.

¹ Bartlett (1916) afirma que seu experimento analisa a percepção individual de objetos presentes, explicitamente excluindo o caso de objetos não-presentes imaginados. Ainda assim, entendemos que podemos, sim, aplicar suas conclusões à análise da problemática do Bandido. Entendemos que o estudo de Bartlett é mais amplo do que o próprio autor cogitou, abordando não apenas a percepção imediata de objetos reais, mas o processo geral de construção de sentido. Assim, vários postulados extraídos de suas conclusões não são incompatíveis com a construção de uma representação abstrata.

Este processo de inferência leva a uma percepção mais rápida, porém menos fiel do objeto (BARTLETT, 1916); essa observação ganha relevo ao levarmos em conta o contexto no qual a representação do Bandido emerge. Em uma situação de medo e insegurança, ao constatar uma ameaça, precisamos compreendê-la para poder reagir - o medo requer soluções rápidas, levando a deduções mais rasas e superficiais. Quanto menos complexa a representação, mais facilmente será construída e poderá ser compreendida, e mais rapidamente identificável será a ameaça - e os sujeitos a ela associados.

Uns poucos assassinos (...) são mais que suficientes para reclassificar milhares de inocentes como "suspeitos habituais". Em pouco tempo, umas poucas escolhas individuais iníquas serão reprocessadas como atributos de uma "categoria"; uma categoria facilmente reconhecível, por exemplo, pela pele suspeitamente escura ou pela mochila suspeitamente estufada - o tipo de objeto que as câmaras das TVs de circuito fechado são planejadas para registrar e que os transeuntes são ensinados a encarar com desconfiança. E os transeuntes são ávidos por seguir o ensinamento. (BAUMAN, 2008, p. 159)

Esse senso de urgência diante do perigo faz com os sujeitos, ao tentarem compreender algo que foge ao seu padrão comum de entendimento, busquem a maior aproximação possível a esquemas cognitivos prévios, levando as pessoas a adaptar o que percebem, omitindo, acrescentando ou alterando detalhes para criar uma representação coerente e compreensível. Estudiosos da psicologia do risco afirmam que a percepção do risco e a urgente necessidade de dissipar a incerteza levam à inclinação de "ancoragem" e "estancamento" em julgamentos prematuros. Conforme Kruglanski e Webster (1996), estes mecanismos levam os sujeitos a reduzirem a extensão de informações analisadas e hipóteses consideradas; ter forte convicção de seus próprios julgamentos; focar a busca de informações em pressuposições em vez de dados objetivos; lançar mão de dados frágeis na construção de impressões subjetivas, tender à manutenção de julgamentos e uso de estereótipos; apresentar tendências a paralelismos ou a atribuição, bem como a assimilar conclusões já prontas; e, ainda, buscar apoio no consenso e rejeitar opiniões contrárias.

Conforme Tajfel (1969), o estereótipo é uma maneira de transmutar diferenças sutis entre grupos em contrastes definidos, ou mesmo criar diferenças onde não existiam - é possível ver esta tendência na construção do Bandido, no qual todas suas características antagonizam às do trabalhador honesto e cidadão de bem. O autor afirma ainda que há tendências à simplificação e não a busca de dicotomias bem delimitadas, de maneira que haverá a busca de simplificação sem violência ou distorção dos fatos; discordamos desta colocação, pois entendemos que o Bandido, por ser uma hipérbole do mero estereótipo do delinquente, extrapola a lógica habitual do estereótipo e figura, sim, num processo de

dicotomia clara entre o Bem e o Mal, processo no qual fatos são distorcidos pela opinião pública para criar uma imagem irreal e inumana.

O Bandido é considerado uma representação da crueldade, não havendo limites para os horrores imaginados - ele não tem alma, não tem piedade, não há qualquer freio moral. Um dos mecanismos que explica essa visão é a atribuição causal estudada por Heider (1944, 1970): é um ímpeto primário do ser humano buscar sempre ligar uma ação a uma causa, que seria sua origem. A partir dessa premissa, temos a tendência a atribuir uma ação a um indivíduo (a origem), que passa a incorporar em si os atributos da ação; assim,

com frequência, julgamos tanto pessoas quanto ações em relação à mesma dimensão. Muitas expressões que usamos para descrever pessoas podem ser usadas para descrever atos. Pessoas ou ações podem ser altruístas, perversas, ou brutais. Isto é particularmente válido para propriedades valorativas: uma pessoa ou um ato podem ser moralmente bons. (...) Uma pessoa, uma vez sendo a origem de uma ação, assume suas qualidades (...) Nestes casos, a pessoa assume, por assimilação, o 'arcabouço de qualidades' de um crime ao qual esteve relacionada.¹ (HEIDER, 1944, p. 362, tradução nossa)

Assim, toda ação violenta reflete a essência do Bandido, em si violento e perverso. A predicação da ação é um referencial também para o indivíduo em si, considerado violento. Toda distorção da ordem é consequência da distorção natural do delinquente, que passa a ser categorizado como um risco social. Isso fica muito claro não somente no discurso vulgar acerca do Bandido, mas principalmente na aplicação corriqueira do direito penal do autor pelos operadores do sistema jurídico - aplicação esta plenamente validada pelo art. 59² do Código Penal Brasileiro, que versa sobre critérios para a estipulação da pena: a partir da análise do ato delituoso, o juiz infere conclusões acerca da 'personalidade' do autor, podendo utilizar esta 'análise' como critério para estipular pena, regime inicial, etc.

*Acabamos por usar substantivos que criam a ilusão de uma substância de que o indivíduo seria dotado, substância que se expressaria através dele. Por isso, quando representamos a identidade, usamos com frequência proposições substantivas (Severino é lavrador), em vez de proposições verbais (Severino lavra a terra). (...) a atividade coisifica-se sob a forma de uma *personagem* que subsiste independentemente da atividade que a engendrou e que a deveria sustentar (Severino é lavrador mas já não lava). (CIAMPA, 2005, grifos do autor)*

¹ "we often judge both persons and acts in reference to the same dimension. Many trait names which we use in describing persons can also be used in describing acts. Persons or acts may be altruistic, vicious, or brutal. This is especially true for value properties: a person or an act may be good morally. (...) a person, once having been the origin of an act, takes over its quality. (...) In these cases the person takes over, by assimilation, a 'whole quality' of a crime with which he was in some way connected." (p. 362)

² Art. 59 - O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à *personalidade* do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime... (BRASIL, 2016, grifo nosso)

A construção social de sentido através de interações foi simulada em menores proporções por Bartlett (ROEDIGER, 2003) ao estudar a transmissão de rumores: a história "A Guerra dos Fantasmas" era contada a um sujeito, que posteriormente a reproduziria. Como já explicado, isto em si já era um experimento com o objetivo de verificar como os sujeitos percebiam, compreendiam e transmitiam uma narrativa com elementos bizarros ou não-familiares - os resultados demonstravam que os indivíduos reorganizavam a história para ajustá-la a esquemas cognitivos prévios, tirando ou acrescentando detalhes para torná-la compreensível e coerente. Neste segundo experimento, esta reprodução (já alterada em relação ao original) era então lida para uma segunda pessoa, que faria então uma reprodução, que viria a ser lida por um terceiro, e assim por diante.

Os resultados deste experimento demonstraram que uma impressão passada adiante é constantemente reformulada de acordo com a perspectiva de cada sujeito, de forma que cada indivíduo reorganiza elementos que considera incoerentes ou desajustados - assim, a impressão é reconstruída em cada elo da corrente. Quando inserimos isso ao longo de infinitas interações dentro da sociedade, e num longo processo histórico, fica mais claro como a identidade do infrator é completamente desnuda e substituída por um esquema simplificado, plano, sem arestas, ambigüidades ou áreas indefinidas para designar o Bandido. O próprio Bartlett entendeu este experimento como uma analogia apropriada para a maneira como conceitos são repassados de uma geração para outra dentro de uma sociedade, ou ainda a transmissão de idéias através de culturas (ROEDIGER, 2003).

Outro axioma acerca do Bandido é de que ele escolheu esta vida (por sua natureza violenta e vadia), de maneira que não há qualquer justificativa para seus atos. Temos nessa lógica um efeito colateral perverso do antropocentrismo, que reafirma que o ser humano, dotado de razão, é o centro de tudo, destinado a dominar as bestas e plantas, capaz das maiores maravilhas, pois dotado da *logos*, a centelha divina. O ser humano escolhe seu destino e não há limites para suas capacidades - com o necessário empenho e esforço, todos os seus sonhos são realizáveis - e, com certeza, *serão realizados*.

Essa fábula floresceu no regime capitalista moderno e ganhou uma força dogmática: o pressuposto basilar é de que a todos são dadas chances de sucesso, bastando esforço e muito trabalho. "O trabalho dignifica o homem", o que leva à conclusão, *a contrario sensu*, de que aqueles que não trabalham não são dignos: você deve conquistar sua dignidade, deve merecê-la. Maffesoli (2004, p. 15) explica que esta perspectiva considera o trabalho como instrumento privilegiado da ação sobre si e sobre o mundo, visando o "bem", a perfeição, sendo "causa e efeito do *homo oeconomicus*, de um indivíduo reduzido à produção...".

Esta lógica está tão incrustada no imaginário coletivo que é a imagem mais forte que o povo tem de si mesmo: Chauí (2001, p. 4) cita duas pesquisas de opinião realizadas em 1995 (Vox Populi e CPD-FGV) que questionavam qual o traço mais marcante do povo brasileiro - ambas tiveram a resposta "trabalhador" como maioria (50% dos entrevistados); conforme a autora, em nosso imaginário reside a crença de que "aqui só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência".

O Bandido é aquele que não alcançou seus sonhos pois nunca trabalhou, nunca quis nada da vida, é um *sujeito não dignificado* pelo esforço - e questionar essa lógica é impensável para algumas pessoas. Seria um vislumbre sombrio da hipótese de que mesmo com as "possibilidades" ofertadas pelo sistema, o sonho é inalcançável - o sonho é uma ilusão: mesmo com todo o esforço, empenho, dedicação, trabalho duro, não alcançaremos nossas expectativas - elas sempre foram inalcançáveis, apenas não nos demos conta. Essa é uma hipótese demasiadamente dolorosa para ser encarada tranquilamente.

A depressão irromperia no momento em que o sujeito de desempenho *não pode mais poder*. Afinal, se tudo é possível, como eu não posso? O imperativo do tudo é possível é, paradoxalmente, aniquilador. Porque, obviamente, tudo não é possível. Nada mais limitante do que acreditar não ter limites. E viver como se *poder poder* dependesse apenas da (livre) iniciativa de cada um. E não *poder poder*, ter limites, portanto, fosse um fracasso pessoal. (BRUM, 2016b, grifos da autora)

Tão perturbadora quanto esta possibilidade é a consideração de que essas "chances", ao contrário do que é sistematicamente reafirmado, não são para todos, não são iguais, não são dadas automaticamente com o primeiro respirar. Não vivemos na democracia das chances, não basta estar vivo para tê-las - o que significa que talvez *eu* nunca as tenha tido. Talvez minha vida inteira tenha sido uma corrida numa esteira. Encarar essa possibilidade - de que o Bandido não teve chances, porque elas são mais escassas e extraordinárias do que imaginávamos - é questionar nossas próprias chances, nossas crenças e nosso estilo de vida - o que, para muitos, poderia ser insuportável.

Assim, o antropocentrismo, concepção que embasou o humanismo, criou um paradoxo: enquanto o homem é o eixo de todas as coisas, atraindo para si todo o movimento da realidade, a ilusão de sua capacidade individual ilimitada e do livre arbítrio retira a dignidade daqueles que não tiveram sucesso em atingir as expectativas sociais. A maneira mais simples de lidar com este paradoxo é ignorar suas contradições e aceitar uma visão simplificada da realidade, na qual os maus procuram o caminho mais fácil, enquanto os bons são recompensados por seu esforço:

provavelmente existe uma tendência a ser "intrapunitivo" em relação a outras pessoas, ou seja, de ver a causa de seu sucesso ou fracasso em suas características pessoais e não em outras condições. (...) Isso pode levar, por exemplo, à subestimação de outros fatores responsáveis pelo efeito. (...) A mesma tendência pode ser vista em nossa percepção das condições responsáveis por um ato. Frequentemente a situação momentânea que, ao menos parcialmente, determina o comportamento de uma pessoa é ignorada e o comportamento é tomado como uma manifestação de características pessoais. (...) isto pode levar a julgamentos errôneos de sua personalidade.¹ (HEIDER, 1944, p. 361, tradução nossa)

Desde os princípios de nossa formação, o sistema social é fundamentado na idéia de desigualdade, na lógica do estigma: era necessário rotular os índios de bárbaros e inferiores para dizimá-los, tomar-lhes as terras e forçar-lhes uma nova religião, uma nova cultura e fazer deles mão-de-obra para o projeto colonizador; era necessário rotular os negros de bárbaros e inferiores para legitimar o regime escravocrata por centenas de anos; era necessária a permanente contraposição civilizados *versus* bárbaros, homens *versus* sub-homens ou não-homens.

Assim, a segregação e a racionalização da inferioridade são elementos estruturais de nosso imaginário, de tal forma naturalizados que todas as contradições sociais justificam-se, mesmo diante de uma escandalosa concentração de renda e da manutenção explícita de uma série de privilégios para certas classes sociais, às custas da imensa maioria da população. A fantasia da sociedade meritocrática, em que todos têm chance de prosperar a partir do próprio esforço e trabalho, é apenas uma nova roupagem para o discurso racionalizador da inferioridade, perpetuando as bases justificadoras da desigualdade:

Nessa visão distorcida do mundo, o marginalizado social é percebido como se fosse alguém com as mesmas capacidades e disposições de comportamento do indivíduo da classe média. Por conta disso, o miserável e sua miséria são sempre percebidos como contingentes e fortuitos, um mero acaso do destino (...) [de forma que] o "fracasso" dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como "culpa" individual. As raízes familiares da reprodução do privilégio de classe e o abandono social e político secular de classes sociais inteiras, cotidianamente exercido pela sociedade inteira, são tornados invisíveis... (SOUZA, 2009, p. 20)

O sistema, por sua vez, sempre foi estruturado e resguardado através da violência. Não é de admirar que tenhamos uma sociedade profundamente falocêntrica, que atribui à força dinamismo e energia e vê na mediação e no diálogo sinais de fraqueza e passividade (KARNAL, 2011). Esta tendência revela-se na dificuldade do diálogo no espaço privado e

¹ "there probably exists a tendency to be 'intrapunitive' in regard to other persons, that is, to see the cause of their successes and failures in their personal characteristics and not in other conditions. (...) It can lead, for instance, to an underestimation of other factors responsible for the effect. (...) The same tendency can be seen at work in our perception of the conditions which are responsible for an act. Often the momentary situation which, at least in part, determines the behavior of a person is disregarded and the behavior is taken as a manifestation of personal characteristics. (...) this fact can lead to wrong judgments of personality." (p. 361)

público, na incapacidade do exercício pleno de alteridade e na anulação política da voz dos estigmatizados.

Numa sociedade que ainda opera sob a lógica colonial de que direitos são privilégios - e privilégios são para poucos, como deixaram bem claro 89% dos entrevistados (BRASIL, 2010) que afirmavam ter seus direitos sistematicamente desrespeitados -, todas as formas de violência são naturalizadas. Desde o início da cadeia penal, todos os elos têm impresso em si o sinal da intolerância e da imposição: antes de qualquer crime sequer ocorrer, o permanente estigma da cor e da classe impõe tratamento diferenciado na abordagem de "elementos suspeitos", sendo corriqueiros os relatos de sumiços e execuções sumárias (CARAMANTE, 2015; MADEIRO, 2015; MESQUITA NETO, 1999); nossas taxas criminais são assustadoras - somos o país com maior número de homicídios no mundo, representando 10% de todos os assassinatos ocorridos no planeta (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2016; BRASIL lidera..., 2016); quando da ocorrência de um crime, o mero suspeito é sumariamente considerado culpado pela população, sendo os linchamentos e atos violentos contra infratores um sintoma desta realidade; nossa taxa de letalidade policial é escandalizante: a cada três horas, uma pessoa foi morta pela polícia em 2014 (FBSP, 2015) - e nestas estatísticas estão desconsideradas as 'cifras obscuras', ou seja, as ocorrências que não entraram nos números oficiais; os autos de resistência mostram-se carta branca para um verdadeiro genocídios de pobres (VOLTOLINI, 2013; GOMES, 2011); os casos de abuso e tortura contra presos são rotina (MENA, 2015); ainda, não há nada para os culpados além do desprezo legal e a completa indiferença da sociedade, que abandona seus dejetos sociais num sistema penitenciário medonho, cujas prisões são "verdadeiros campos de concentração para pobres" (WACQUANT, 2001, p. 7). Vemos nas letras do rapper Emicida as estatísticas convertidas em poesia:

Aê, nessa equação, chata, polícia mata – Plow!
 Médico salva? Não!
 Por quê? Cor de ladrão
 Desacato, invenção, maldosa intenção
 Cabulosa inversão, jornal distorção
 Meu sangue na mão dos radical cristão
 Transcendental questão, não choca opinião
 Silêncio e cara no chão, conhece?
 Perseguição se esquece? Tanta agressão enlouquece
 Vence o Datena com luto e audiência
 Cura baixa escolaridade com auto de resistência
 Pois na era cyber, cêis vai ler
 Os livro que roubou nosso passado igual Alzheimer... (EMICIDA, 2015)

Estes breves exemplos demonstram que a lógica da violência permeia todos os aspectos da vivência social, desde nossa visão da melhor forma de resolução de conflitos até a gestão penal da massa de miseráveis. A partir destas premissas, há a clara legitimação de comportamentos hostis, o que Tajfel entende como um fator que estimula e perpetua estereótipos:

...a preservação destes julgamentos é auto-recompensadora, e isto é particularmente verdadeiro quando julgamentos preconceituosos são feitos em um contexto social encorajador de atitudes hostis contra um grupo em particular. Somos então confrontados com um efeito em espiral, no qual a existência do preconceito generalizado não só garante apoio e aprovação para julgamentos hostis; também aniquila a possibilidade de um 'choque de realidade' para estes julgamentos, os quais passam a nutrir-se uns dos outros e fortalecem-se cada vez mais na forma de poderosos mitos sociais.¹ (TAJFEL, 1969, p. 133, tradução nossa)

Este 'efeito em espiral' pode ser visualizado na manutenção histórica de estereótipos: muitos dos pré-julgamentos que servem de alicerce para a representação do Bandido alimentam-se da existência de determinados preconceitos sociais, de maneira que as relações sociais têm "no [seu] âmago, um ordenamento completo de previsões socialmente padronizadas que temos quanto à sua conduta e natureza como um modelo da categoria (...) as marcas da sociedade ficam claramente impressas nesses contatos.." (GOFFMAN, 2011, p 48).

Mesmo com todas as violências, simbólicas e materiais, permeando os pequenos e grandes gestos do cotidiano, nossa sociedade tem enorme dificuldade em enxergar o ódio em si mesma: raros são os que assumem explicitamente os próprios preconceitos, temos como esperada nossa escandalizante taxa de mortes no trânsito (como se todas as 47 mil mortes anuais fossem "acidentes", inesperados e imprevistos, e não sintoma de algo mais profundo e complexo), e não temos guerra civil no Brasil, temos "movimentos separatistas", "agitações sociais", "brigas de gangues" - usamos de eufemismos para evitar encarar nosso próprio excesso.

¹ "...the preservation of these judgements is self-rewarding, and this is particularly so when prejudiced judgements are made in a social context strongly supportive of hostile attitudes towards a particular group. We are then confronted with a spiral effect in which the existence of prejudice at large not only provides additional support and rewards for hostile judgements; it also removes the possibility of a 'reality check' for these judgements which then feed upon each other and become more and more strongly entrenched in the form of powerful social myths."

Figura 10: Quadrinho da série "Em nome do Pai, A Série", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (<http://www.malvados.com.br/tirinha1013.gif>).

Temos um horror tão profundo a aceitar o ódio em nós mesmos que beira a cegueira moral: "O ódio nunca está em mim, está sempre no outro" (KARNAL, 2011); *eu e os meus somos pessoas de bem, incapazes de fúria ou violência - é sempre o outro que traz a chaga da cólera*; ninguém é preconceituoso, a intolerância é sempre do outro; somos um país de pessoas tolerantes e pacíficas rodeadas de pessoas violentas. Os ódios sociais seculares são mitigados em meros "conflitos de classes", ou como expressões de nossa "terra de contrastes", e todo embate é reduzido a um problema de mera ingerência de desigualdades econômicas. Esta perspectiva mostra sérias limitações e não busca o cerne dos problemas sociais brasileiros, ignorando seus reais conflitos:

O povo político e seu litígio não desaparecem sem resto. Quando se quer suprimir o povo dissensual da política pela população consensualmente gerida, vê-se aparecer em seu lugar um outro povo, mais antigo, mais intratável, o povo da etnia que se declara incompatível com a etnia vizinha. Quando se quer substituir a condução política dos litígios pelo tratamento gestor dos problemas, vê-se reaparecer o conflito sob uma forma mais radical, como impossibilidade de coexistir, como puro ódio do outro. (RANCIÈRE, 1996, p. 380)

Diante desta incapacidade geral de auto-análise, o Bandido também serve como um bode expiatório social - nele desaguam todos os nossos ódios, todas as nossas violências, tudo que é repreensível e inaceitável em nós, nossa ira e nossas impotências, como uma grande catarse coletiva. Karnal (2011) afirma que temos uma generalizada incapacidade de perceber o ódio em nós, mas uma profunda capacidade de encontrá-lo no outro - assim, uma parte do subjetivismo do observador é projetada no objeto cognoscível, o que nos leva à figura do bode expiatório.

Este conceito¹ tem origem numa prática judaica antiga, em que um bode era levado ao templo e sobre ele eram jogados todos os pecados do povo, tornando-se a encarnação de todos

¹ Conforme Levítico 16:15s: "Depois degolará o bode, da expiação, que será pelo povo, e trará o seu sangue (...) Assim fará expiação pelo santuário por causa das imundícias dos filhos de Israel e das suas transgressões, e de todos os seus pecados; e assim fará para a tenda da congregação que reside com eles no meio das suas

os vícios e males, para depois ser abandonado no deserto para morrer, permitindo a purgação dos bons homens tementes ao Senhor. Desta efetiva prática histórica, surge uma metáfora carregada de forte simbolismo ligado à sua origem: temos um ser inumanizado impregnado de todo mal concebível, segregado do grupo social, que deverá ser sumariamente eliminado num ritual social público (o linchamento) ou abandonado à sorte/morte no isolamento (prisões) para garantir a tranquilidade dos bons cidadãos trabalhadores e respeitadores da lei e ordem.

Prossegue Karnal (2011) afirmando que é uma característica da contemporaneidade a resistência ao fracasso: não nos é permitido falhar, ser tristes ou odiar - um dentre os fatores que explicam as estatísticas globais do transtorno de ansiedade (com destaque para o Brasil) e a sucessão anual de recordes de vendas de antidepressivos e ansiolíticos no mundo, e particularmente no Brasil (um dos países "farmaemergentes"). Na sociedade da "violenta positividade" (HAN, 2015) e do mito do potencial ilimitado, aqueles que não conseguem adequar-se às expectativas são perdedores. Assim, sobre o Bandido, o bode expiatório moderno, recai toda a violência incabível aos cidadãos de bem, que dão vazão simbólica ao que não podem admitir em si - o ódio, a ira, o medo, a impotência.

Da mesma forma que o bode a ser abandonado no deserto era *necessário* ao povo hebreu, sendo o Dia da Expição uma data anual no calendário judaico, também o Bandido se faz um bode expiatório necessário para nossa sociedade. Ao ser o receptáculo de toda violência e ódio, ao ser eleito como uma representação do Mal, ele assume o papel de inimigo comum - e isto, por sua vez, cria marcos identitários claros: nós, os cidadãos de bem, os inocentes, os bons, o Bem, e o Bandido, o mau, o Mal.

O Bandido, sendo um marco simbólico muito bem definido (já que sua simplificação busca contornos precisos de rápida identificação), torna-se um referencial inconfundível para a identidade dos cidadãos de bem. A partir desta antítese, constrói-se também esta identidade comum - o cidadão trabalhador, honesto, pacífico, esforçado, respeitador da lei - que opõe-se diametralmente a todas as características do Bandido: o maniqueísmo do Bem contra o Mal exige um vilão e um mocinho. É preciso que o Bandido exista para que também eu, cidadão de bem, possa existir.

Não há como imaginar o eu sem objeto ou o objeto sem o eu. Ambos encontram sua onticidade num processo de mútua referência, ou seja, pela presença recíproca de um perante o outro. Dessa forma, para haver um conhecimento, o eu que conhece ou busca conhecer, há de se defrontar com o objeto cognoscível. Enquanto um não se põe ante o outro, numa relação de reciprocidade, não há como sequer pensar-se na ocorrência de um processo de conhecimento. A presença do objeto cognoscível é indispensável. (FALCAO; BELCHIOR, 2008, p. 5)

imundícias." Outra forma de compreender essa figura do bode expiatório, feita por René Girard, será abordada mais adiante nesse trabalho, ao tratar do rito do linchamento.

O Bandido e o cidadão de bem são, assim, ontologicamente referenciados entre si - um não existe sem o outro. Não há vítima sem um perpetrador da violência. Não há violência sem alguém com autoridade para defini-la. Uma categoria só existe se houver algo por ela não acolhido. A construção identitária dos sujeitos, neste jogo, obedece regras dialéticas - a contraposição define os papéis de cada um: "eu sou o que o outro não é". Assim, o Bandido torna-se necessário para que o cidadão de bem assuma seu papel - a escuridão é o referencial para a luz.

Como Freud já observara, o herói depende do monstro ou do dragão para transformar-se num herói, e os trabalhos de Yves Durand mostram que, quando o monstro é minimizado - "guliverizado", como diz Bachelard - o herói pendura a espada no vestiário e calça os chinelos... (DURAND, 1998, p. 83)

Tajfel afirma os estereótipos têm a função cognitiva de solidificar e delimitar os valores de um grupo social, ao criar uma oposição bem delimitada com outro grupo; criando um vínculo com um grupo, criamos uma identificação positiva com ele, buscando com isso manter uma imagem positiva de nós próprios (ALVARO; GARRIDO, 2006). A partir de uma clara oposição maniqueísta, os valores do bem e da justiça são projetados no grupo dos cidadãos de bem, que vêem tais características do grupo como inerentes a si mesmos; nesse mesmo processo, no pólo contrário - os bandidos, o Bandido - deverão ser projetados os valores diametralmente opostos, para que a delimitação de papéis permita definições simples e facilmente apreensíveis.

A desumanização do Bandido tem também o viés da diferenciação - e a partir disso, delimitação de categorias identitárias: a partir do momento em que aponto para o desumano, o violento, coloco-me no outro extremo - portanto, entre os humanos. Passo a ser uma "verdadeira humana" (BRUM, 2014a), pois tenho o não-humano como referencial. Assim, a desumanização do Bandido tem uma orientação fundamental: como uma demarcação nítida de marcos referenciais (Bem e Mal), ela impede que eu me veja no anormal e reafirma minha posição entre os bons, funcionando como um espelho às avessas.

As observações de Tajfel (1969) vão neste sentido: a tendência à simplificação na categorização estereotípica leva à exacerbação entre as diferenças de dois grupos que deseje-se sejam claramente distintos, havendo grande esforço em delimitar as linhas divisórias entre "nós" e os "outros". Esta é a consequência inescapável e necessária do maniqueísmo: definir quem são os maus e quem são os bons - *e é preciso que continuemos sendo os bons*. Como diz Brum (2014a), "O discurso do ódio serve para nos assegurarmos não só de nossa diferença, mas principalmente de nossa inocência".

Esta busca cega de diferenciação termina por mostrar-se uma necessidade premente de auto-afirmação, ainda mais evidenciada na fala de linchadores, que se auto-intitulam "justiceiros", ou por ocasião de casos emblemáticos noticiados pela mídia - nestas situações, emergem as mais diversas manifestações de repúdio e ódio extremado, conforme reflete Calligaris (2008):

Gritam seu ódio na nossa frente para que, todos juntos, constituamos um grande sujeito coletivo que eles representariam: "nós", que não matamos Isabella; "nós", que amamos e respeitamos as crianças - em suma: "nós", que somos diferentes dos assassinos; "nós", que, portanto, vamos linchar os "culpados". (...) Os americanos de pequena classe média que, no Sul dos Estados Unidos, no século 19 e no começo do século 20, saíam para linchar negros procuravam só uma certeza: a de eles mesmos não serem negros, ou seja, a certeza de sua diferença social. (...) A turba do "pega e lincha" representa, sim, alguma coisa que está em todos nós, mas que não é um anseio de justiça. A própria necessidade enlouquecida de se diferenciar dos assassinos...

3.3 O que chamamos de Mal, não entendemos

Assim, este processo de simplificação constrói uma identidade social para o delinquente que assume o lugar de sua identidade individual. Este processo de reconhecimento não é antecedido por um processo de conhecimento do sujeito, que é inserido a priori numa certa categoria estabelecida - o desviado, o criminoso, o elemento, o bandido: o Bandido. Aquilo que é definido não precisa mais de definição - assim, o que já foi categorizado não precisa mais ser compreendido. Os estereótipos existem para simplificar, definir e dar soluções conclusivas, anulando descobertas, possibilidades, ambiguidades, transformações - precisamente tudo que define o ser humano e sua inextrincável complexidade subjetiva. Este reconhecimento assume traços perversos à medida que interpõe-se entre o indivíduo e sua afirmação plena como sujeito de direitos - direito à vida, à igualdade formal e material, direito à individualização de sua história, direito a se reconhecer sujeito de direitos, direito a ser reconhecido humano.

É preciso ainda afirmar que este reconhecimento perverso e o enquadramento historicamente orientado destes sujeitos leva a uma desconstrução de sua própria identidade social. Afirma Asch (1977) que há em toda interação (onde forma-se uma impressão do outro) uma relação de significação recíproca, ampliada e aprofundada pela experiência de cada um dos sujeitos.

Isso implica que a maneira como somos reconhecidos influi diretamente na formação da nossa própria identidade. A teoria criminológica do labeling approach (ou teoria da

rotulação social), fundamentada nas teses interacionistas, entende que o sujeito incorpora as perspectivas do outro sobre si, projetadas na interação social, às suas próprias, de maneira que são assumidas identidades interatuantes ao longo do tempo (SHECAIRA, 2013). Esta interação não precisa dar-se especificamente entre dois indivíduos físicos - as relações cotidianas, as mensagens midiáticas de toda ordem, as veiculações pejorativas, tudo são reflexos interacionais que têm influência sobre a auto-percepção.

Esta corrente criminológica também questiona o desvio em si, ao afirmar que o crime é uma convenção social - o desvio não seria uma qualidade inerente à ação, mas uma criação coletiva; assim, Shecaira (2013) explica que o desvio é uma qualidade conferida ao comportamento por outras pessoas, sendo o criminoso aquele a quem a etiqueta estigmatizante foi aplicada com sucesso. Num cenário de medo e intolerância, vemos a percepção do desvio ganhar contornos mais nítidos e amplos e voltar-se para os seus alvos por excelência:

São regras do mundão
 Perdi as contas de quantos escondem a bolsa se eu digo: que horas são?
 Taxista perguntam mais que os policiais a mim, sim
 Indescritível como é ruim
 Nasci vilão, só veneno
Com o incentivo que me dão, errado tô se eu não virar mesmo (...)
 Eu sinto dor, eu sinto ódio
 É quente, sem nem saber o nome dessa gente
 Católica, de bem, linda
 Se já notou, e ó que eu nem falei a minha cor ainda
 Cê lá faz idéia do que é ver, vidro subir, alguém correr quando avistar você? (...)
 Quantos da gente sentam no final da sala pra ver se ficam invisível
 Calcula o prejuízo, nossas crianças sonham que quando crescer, vai ter cabelo liso
 Sem debater, fato
 Que a fama da minha cor fecha mais portas que zelador de orfanato
 Cê sabe o quanto é comum, dizer que preto é ladrão
 Antes mesmo de a gente saber o que é um
 Na boca de quem apoia desova
 E se orgulha da honestidade que nunca foi posta a prova... (EMICIDA, 2010, grifo nosso)

Pelas palavras de Emicida, jovem, negro, pobre e *rapper*, a reiterada postura social de estigmatização em relação a esses sujeitos pré-determinados vai pouco a pouco esfacelando e aniquilando sua identidade - aquele que é identificado como o desviado das expectativas sociais passa a acreditar que é menos, que é insuficiente, buscando tornar-se invisível ou reconstruir (ou seria deformar?) sua identidade para adequar-se ao que é esperado.

As posturas que reforçam estereótipos nascem de uma visão que constrói para estes sujeitos o script de uma vida marginal que caminha de mãos dadas com a trajetória do Bandido. Conforme Ciampa (2005, p. 136), "interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. (...) Até certa fase essa relação é transparente e muito

efetiva; depois de algum tempo (...) torna-se mais seletiva, mais velada...". O que é dito de minha identidade me afeta, e o sistemático reforço de inadequação aos atributos do modelo social traz imensas consequências para a percepção de si (GOFFMAN, 2011; DE MELO, DEUSTO, 2000).

Dois estudos citados por Tajfel (1969) demonstram isso claramente. O primeiro estudo, denominado "The Doll Experiment", foi realizado em 1939 pelos psicólogos Kenneth e Mamie Clark em uma enfermaria de crianças negras nos Estados Unidos: para cada criança, foram mostradas duas bonecas, uma branca e uma negra; a seguir, era perguntado com qual boneca as crianças se identificavam - 66% das crianças afirmaram identificar-se com a boneca negra. A seguir, foi questionado qual delas a criança preferia - a mesma proporção optou pela boneca branca; em resposta a uma terceira pergunta, 59% das crianças responderam que "a boneca negra era má".

O segundo estudo, realizado por Morland, tem premissa semelhante e trabalhou com uma visão comparativa destas percepções, de acordo com a atmosfera social. Foi perguntado a crianças negras sobre sua preferência sobre o próprio grupo racial em duas cidades, Lynchburg (Virgínia) e Boston: em Lynchburg, somente 22% das crianças demonstraram preferência; já em Boston, 46% das crianças negras responderam favoravelmente. As crianças brancas, por outro lado, tiveram resultados opostos: em Lynchburg a auto-adesão chegou a 80%, enquanto em Boston foram 68% das crianças brancas.

Estes resultados demonstram o impacto que o reconhecimento negativo do grupo social tem sobre a construção da própria identidade pelo sujeito. Em uma cidade com uma forte matriz preconceituosa e intolerante, a percepção negativa comum é internalizada pelos alvos estereotipados. Ao ver-se implícita ou explicitamente inferiorizado e enquadrado em categorias sociais castradoras da própria individualidade, o sujeito apropria-se destes julgamentos como se refletissem características negativas inerentes a si, e busca adequar-se às expectativas sociais impostas, conformando-se aos padrões definidos pelo grupo. É o processo de assimilação de estereótipos (TAJFEL, 1969): assimilação de preconceitos, valores, ideologias e compreensões do mundo que emanam do imaginário social.

Conforme dito antes, o imaginário social - e todos seus elementos - estão em constante (re)construção, reafirmação, mutação. A espiral hermenêutica nunca cessa: a noção do Bandido é permanentemente renovada pelo medo, e o medo é reformulado pela representação do Bandido. A cada relato espetacularizado de violência, o Bandido ganha novos contornos; por outro lado, ao ganhar novos contornos, os medos assumem novas proporções, de maneira

que sempre emergem novos sentidos deste processo interacional entre o indivíduo, seus próprios medos e angústias, seus pares, a sociedade, as representações sociais.

Depois de diversas digressões pelo imaginário social brasileiro, recordamos da análise sucinta mas acertada de Chauí (2001) sobre as crenças nacionais: acreditamos ser um povo pacífico, ordeiro e generoso; aqui não há preconceitos, pois somos mestiços; somos um país acolhedor para todos que desejem trabalhar e aqui, só não progride quem não se esforça; e, por fim, somos "uma terra de contrastes". Todas estas construções emergem na maneira como lidamos com o Bandido, com o desvio, com o conflito - nossas práticas de alteridade são estruturadas nestas concepções e valores sociais, de maneira que "a força persuasiva dessa representação [de nação] transparece quando a vemos em ação, isto é, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida." (CHAUÍ, 2001, p. 5).

É necessário compreender que estas crenças são o pilar de nosso "pensar como sempre" - e é o que precisamos encarar sem eufemismos ou complacência. Não é mais possível perpetuar a naturalização das formas correntes de violência, ainda que disfarçadas em um apelido, uma piada, um olhar enviesado. Todas estas aparentes miudezas são manifestações de uma ideologia que não tolera a anormalidade, que cria categorias para enquadrar o desvio, reafirmando "modelos de como ser" e "modelos de como não ser" - e todos aqueles que "não são" ou "quase são" acabam na vala dos humanos-mais-ou-menos, os quase-como-nós.

É preciso ter em mente que esta redução do Bandido à não-pessoa, a existência de um ser moral destituído de sua identidade ameaça nossa própria humanidade - nós, aqueles que anularam sua humanidade, deparamo-nos com a visão aterradora de um ser despido de sua essência mais pura: "o mulçumano é o não-homem que habita e ameaça todo ser humano, a redução sinistra da vida humana à vida nua. (...) sua inclusão ameaçaria todas as definições de humanidade vigentes até hoje." (GAGNEBIN, 2008, p. 14). As implicações políticas, sociais e mesmo ontológicas deste discurso não devem ser consideradas levianamente - o precedente de desumanizar um homem jamais conduziu a bons caminhos.

É preciso, antes de tudo, um olhar profundamente crítico sobre si mesmo, para encontrar os ódios e preconceitos que vicejam no subterrâneo de nossas próprias atitudes e percepções; não tomar para si valores já prontos e embalados sem um olhar atento e uma atitude crítica. A compreensão binária do mundo, cujo viés maniqueísta não considera áreas cinzentas de indefinição e ambiguidade, é estruturada fundamentalmente no medo - o medo do desconhecido.

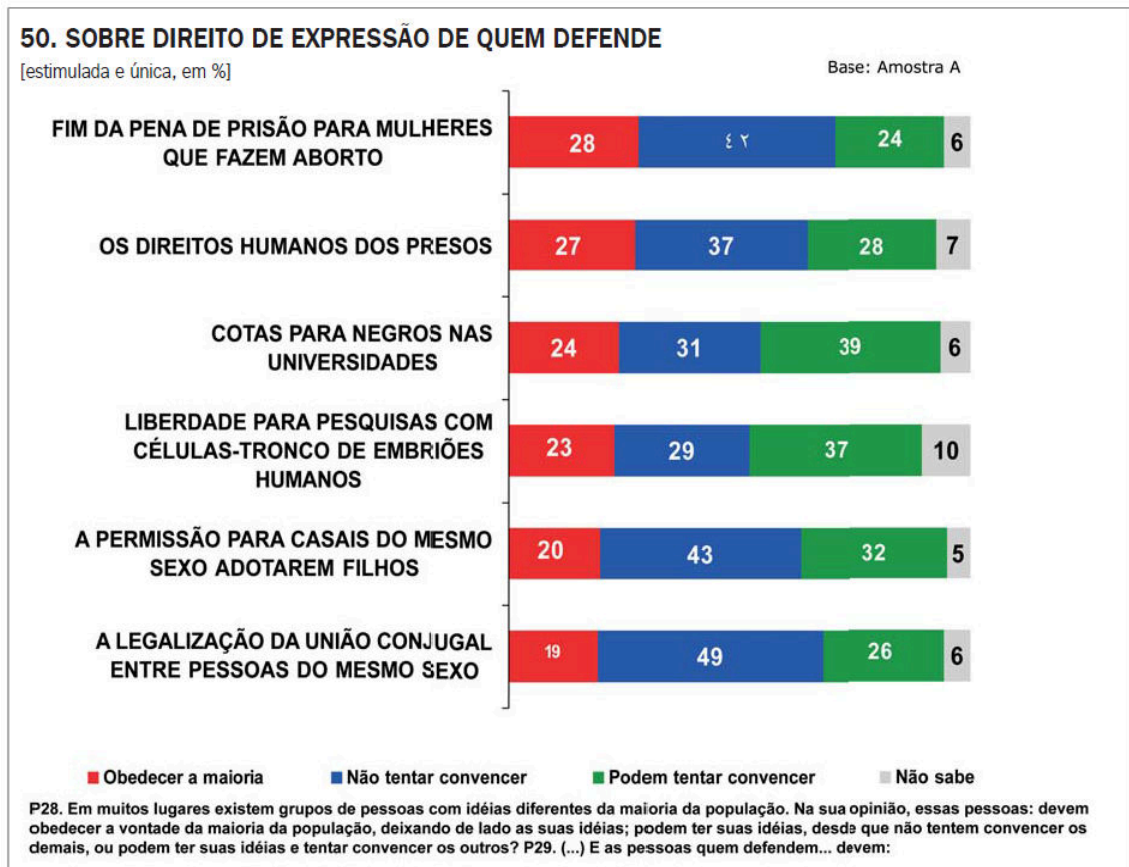
O discurso de ódio do cidadão de bem é, desnudo de todo radicalismo, essencialmente um discurso de medo: ele reflete o medo de alguém sobrecarregado, angustiado, alguém perdido na neblina, buscando dar nome aos seus pavores mais sombrios. Alguém que não sabe se manterá o emprego amanhã, que não consegue dialogar com os filhos, que abre o jornal de manhã e em todas as páginas encontra uma crise, que vê as expectativas a serem atingidas subirem e não sabe como acompanhá-las, que procura os inimigos a serem combatidos e encontra apenas um reflexo no espelho. O cidadão de bem é apenas alguém amedrontado que aprendeu, a vida inteira, a temer e odiar o diferente, numa cultura que permanentemente inferioriza a diferença, porque o diferente é fonte de ameaça: o outro é o desconhecido, aquilo que *eu não sou*.

O medo não existe apenas no temor contra a violência - esta é apenas uma dentre muitas de suas manifestações, uma manifestação superficial e visível. O medo floresce no lençol freático de nosso imaginário: nossa incapacidade de aceitar a diferença é pautada no medo daquilo que não conhecemos e não entendemos, porque supomos não ter nada a ver conosco. Esta suposição não surgiu do nada - foi cultivada por séculos, através de uma cultura fundamentalmente pautada na criação de diferenças entre os sujeitos, através da manutenção de fronteiras sociais claras e do reforço de categorias estereotípicas; esta suposição de que "somos inerentemente diferentes", essa reafirmação de uma diferença ontológica moral, em que certas categorias de indivíduos são melhores por natureza. Assim, o medo do desconhecido será a mão invisível que orienta nossa maneira conservadora de pensar, nossas práticas "ordeiras" e nossa aversão à anormalidade.

O que leva à premente necessidade da reflexão pública do exercício da alteridade em nossa sociedade, que precisa ser debatido à exaustão: é preciso não só lançar um novo olhar sobre o desviado, mas também sobre o padrão a partir do qual é delimitado o desvio. É preciso questionar os valores supostamente definidores de nossa sociedade - a manutenção da ordem, o valor dignificante do trabalho, o patriarcalismo, a institucionalização de toda forma de violência em nome da manutenção do sistema, a compartimentalização de grupos sociais. É necessária a constância de políticas públicas de reforço da identidade e dos direitos de minorias, para que uma cultura de respeito e tolerância possa ser cultivada e naturalizar-se, passando a ser o nosso "pensar como sempre" - daqui para frente.

O debate precisa ser fomentado, ainda que (e principalmente porque) não seja nossa prática comum. Em pesquisa de opinião acerca de liberdade de expressão (BRASIL 2010), temos resultados muito reveladores da imaturidade da cultura do diálogo em nossa sociedade (FIGURA 11):

Figura 11 - Pesquisa de opinião acerca de liberdade de expressão e grau de inclinação ao debate



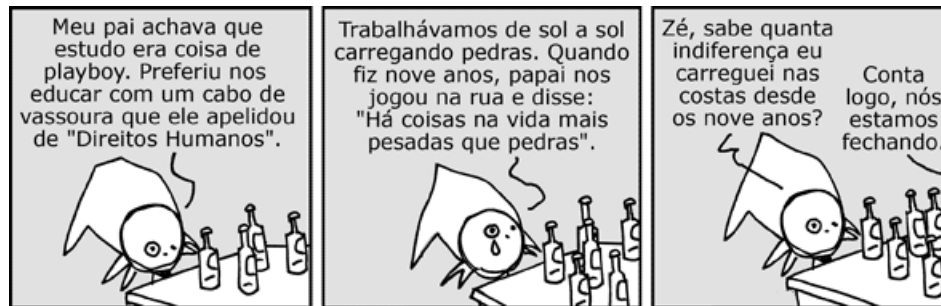
Fonte: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (2010)

Observa-se que em todas as questionagens temáticas, a associação das respostas *As pessoas com idéias diferentes da maioria da população devem obedecer à maioria* e *As pessoas com idéias diferentes da maioria da população não devem tentar convencer os outros* sempre é maioria, e sempre com larga margem de diferença. Esta constatação é ilustrativa de uma lógica social autoritária e avessa ao diálogo, ainda pautada na imposição de valores previamente determinados e pouco aberta à troca de idéias e valorização do pluralismo e diferença.

Faz-se essencial a permanente problematização de toda sorte de violências sociais - da diferença salarial entre homens e mulheres, passando pelo ônibus lotado em condições intoleráveis, permissividade com maus tratos a idosos, uma piada homofóbica, o desrespeito aos direitos do consumidor. Em um país em que 34% das pessoas ainda acredita que "Direitos humanos deveriam ser só para pessoas direitas", 25% concordam que "Às vezes o homem pode não saber porque está batendo, mas a mulher sabe porque está apanhando" e 58% concordam que "A criança que trabalha desde cedo, quando cresce está mais preparada para a vida" (BRASIL, 2010), é inevitável pensar que ainda temos muito a evoluir na disseminação e

fortalecimento da cultura do respeito ao ser humano. As pessoas estão tão acostumadas com o constante desrespeito aos seus direitos que o acreditam natural, como parte do funcionamento normal das coisas.

Figura 12: Quadrinho da Série "Malvados", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (<http://www.malvados.com.br/tirinha1059.gif>)

É absolutamente essencial, a este respeito, tomar duas atitudes: democratizar o acesso ao conhecimento dos direitos para que *todos* conheçam seus direitos e saibam como defendê-los. Pesquisa (BRASIL, 2010) revelou que, quando questionados sobre onde aprenderam sobre seus direitos, a família apareceu em primeiro lugar, com 60% das menções dos entrevistados, e quanto ao fator considerado mais importante para concretização de seus direitos, a família apareceu também em primeiro lugar, com 55% das menções, seguida pelo esforço pessoal, com 49% das respostas. Isso demonstra que ainda há um grande vazio no debate público sobre direitos humanos, e seu conhecimento e suas formas de garantia ainda permanecem reclusos aos espaços privados, de maneira pulverizada e insuficiente - a mesma pesquisa revelou que 43% dos entrevistados simplesmente desconheciam qualquer direito protegido pela Constituição Federal ou legislação esparsa.

Isso é um dado absolutamente chocante e que precisa ser considerado ao ponderarmos sobre a atmosfera social em que vivemos, na qual emerge todo tipo de tensão social. Uma forma de mitigar essa situação é disseminar o conhecimento dos direitos humanos através da conscientização já em tenra idade: o projeto de lei PLS 70/2015, de autoria do senador Romário, pretende incluir no currículo dos ensinos fundamental e médio a disciplina obrigatória de Direito Constitucional. Isso representaria um imenso passo na consolidação de uma cultura de respeito aos direitos humanos e de exercício saudável da alteridade, pois o processo de "avaliações, positivas ou negativas, que fazemos dos grupos sociais são frutos do aprendizado, e sua transmissão ocorre mediante um processo de assimilação que começa muito cedo, durante a infância." (ALVARO; GARRIDO, 2006, p. 180).

É necessário também a ampla divulgação do rol de direitos e de seu caráter universal: na mesma pesquisa (BRASIL, 2010), à pergunta "Quando o/a sr (a) ouve falar em 'proteção dos direitos humanos', o/a sr (a) pensa que se trata dos direitos de quem?", somente 55% dos entrevistados responderam que protegem a todos. Isso demonstra que ainda não existe uma cultura solidificada de conhecimento, disseminação e consenso acerca da universalidade dos direitos humanos. Uma vez que temos um debate atomizado e prioritariamente reservado aos espaços privados, predomina a lógica de que "é preciso ser pelos seus"; precisamos trazer ao debate a perspectiva de um pensamento de comunidade, uma percepção coletiva dos problemas e desafios sociais e a assunção de uma responsabilidade comum pelo destino de todos - substituir a idéia de que "isso não é problema meu" para a disseminação da idéia de que "o desrespeito ao direito de um é o desrespeito ao direito de todos". A partir desta perspectiva, será possível superar a forma de encarar o outro como não-pessoa, não-sujeito de direitos, não-humano reduzido a um risco a ser eliminado.

É preciso lançar luz sobre quem somos, quem queremos ser, questionar se não podemos ser de outra forma: levar os questionamentos às salas de aula, às ruas, ao debate político, à mesa do bar, ao seio familiar, ao trabalho. Não é mais possível considerar normal "uma sociedade que 'naturaliza' a desigualdade e aceita produzir 'gente' de um lado e 'subgente' de outro. Isso não é culpa apenas de governos. São os consensos sociais vigentes, dos quais todos nós participamos..." (SOUZA, 2009, p. 24). Compreender que a diferença não traz em si desvalor, mas surge como possibilidade. Estimular a pluralidade como riqueza, e não como anomalia, pois a maneira como encaramos a diferença conduz todas as condutas sociais - desde o "bom dia" não dado ao porteiro, socialmente inferior, subalterno, invisível, até o linchamento do jovem pobre, preto e estereotipado, cujo roteiro de vida cabe em um parágrafo de uma notícia criminal do jornal, ou num jargão que, pouco preocupado com sua história, lhe nega tudo - um nome, uma chance de viver, um viés de humanidade: "Bandido bom é bandido morto".

4 O QUE NÃO TEM GOVERNO

Um deles morre, seus miolos vazam pela racha (...) o outro agoniza; o terceiro a correr é alvejado nas pernas e na coluna. Não há mais polícia, foram embora. O povo arrasta e empilha os três homens, um popular pisoteia o pescoço de Ivanir – aquele que agonizava –, terminando com a vida que estava por um fio. Arci sobrevive para o que virá.

Um sujeito chuta o trio até lesionar o pé; Valdemir, o “Padeirinho”, crendo estar em frente aos mesmos homens que, dias atrás, invadiram sua casa e estupraram sua esposa, aproxima-se da pilha humana e sobre ela joga gasolina. Ao incentivo do coro que diz “toca fogo, toca fogo” e “queima, queima”, engrossado por vereadores presentes, alguém atea fogo aos corpos. Arci dá um sobressalto desesperado, agitando bruscamente as pernas no ar, a massa bate palmas e brada “Viva Matupá!”, “Viva a Polícia!”

A vítima resiste, intercalando gritos e gemidos:

- Ai, meu pai – murmurou Arci.

- Quem tem um revólver aí? Ele já sofreu o suficiente – disse alguém.

- Não, deixa morrer devagarzinho – retrucou outro.

- Meu pai do céu. Deixa, pai, deixa que eu morra. Deixa, paizão – implorou o assaltante.

- Pede perdão, rapaz – ordenou um homem.

- Perdão – obedeceu Arci.

- Pede perdão para Deus.

- Perdão, por tudo o que fiz.

(...)

- Se tivesse uma chance, você ia trabalhar?

Não há mais chance, a vítima sabe e se limita a murmurar. Está apenas de cueca, pois suas calças queimaram completamente, revelando as jóias antes guardadas nos bolsos. Um vereador recolhe os adornos. Após vinte minutos resistindo ao fogo, finalmente falece. (FURTADO, 2013, pgs. 29-30)

Estas linhas talvez pareçam familiares para aqueles que leram o relato do suplício de Damiens, narrado por Michel Foucault no início de "Vigiar e Punir" (1997). Ainda que o padecimento de Damiens seja carregado das mais brutais e sanguinárias cores imagináveis, a mesma tenacidade em infligir sofrimento está presente em ambos os episódios, ainda que por motivações diversas¹ - e, por vezes, o espetáculo moderno não deixa nada a dever à exibição de 1757, com cenas de apedrejamentos, extração de olhos, castração, extirpação de orelhas e cremação da vítima ainda viva (MARTINS, 2015).

Temos no Brasil uma cultura epidêmica do linchamento: estima-se² que somos o primeiro país do mundo em linchamentos (BRASIL é país..., 2015; BRASIL é país com

¹ Enquanto o suplício de Damiens inscreve-se na categoria de punição pública para reafirmar o poder absoluto e ilimitado do soberano sobre o corpo do condenado, buscando uma reparação ao próprio rei pela conduta criminosa (FOUCAULT, 1997), Martins (2015) explica que há duas principais modalidades de linchamento. A primeira, o *vigilantism*, tem uma premissa que aproxima-se da lógica do suplício como punição legal (criar uma pedagogia da violência para impor a moralidade vigente, de forma racional), havendo algumas variações como o ativismo do Klu Klux Klan; já o *mob lynching* são grupos que organizam-se súbita e espontaneamente para justificar um fato determinado contra um aparente suspeito, para depois desfazer-se, tendo um claro caráter de punição e expiação.

² Não há um ranking mundial oficial (CARDOSO, 2015), mas os estudos do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) (Relatório "Linchamento - Brasil - Número de Casos e Vítimas - 1980 a 2006", disponível em: http://nevusp.org/wp-content/uploads/2015/04/linch_brasil.xls) e as pesquisas de

mais..., 2015; **BRASIL pode ser...**, 2001; D'AGOSTINO, 2014), superando os Estados Unidos (que do século 18 até os anos 1930 era o campeão nessas ocorrências); em nosso país há pelo menos um linchamento por dia¹, e nos últimos 60 anos, entre 1 milhão a 1 milhão e meio de brasileiros participou de um ato de justiça popular (MARTINS, 2015; PADRÃO, 2015; REVISTA PESQUISA FAPESP, 2015). Juntando todas as peças, fica claro que "um dia excepcional de fúria se transformou num ato cotidiano conjugado no plural: dias de fúria." (SAYURI, 2015).

Entretanto, a dinâmica do linchamento é muito mais complexa que o ato imediato e visível do ataque de um grupo contra uma vítima: perpassa o cenário moderno da sociedade de risco e todas suas profundas angústias, a percepção da legitimidade do Estado no monopólio da violência, a (não) aceitação do Direito como fonte de resolução de conflitos, o medo e a impotência, a necessidade coletiva de catarse da violência e ansiedade, as projeções da violência estruturante em nossa sociedade, entre muitos outros fatores sequer concebidos ainda nesta análise. Pela profunda complexidade do tema, sua abordagem foge dos lugares comuns ("A população sente-se impotente", "Todos estão com medo, a violência cresce") e busca entender quem linchamos e por que linchamos - e para chegar a estas respostas, é preciso enxergar pelos olhos de quem lincha.

Abordamos previamente a questão sobre quem linchamos - o Bandido; agora, faz-se necessário perscrutar por que linchamos, analisando o ato em si, sua carga simbólica, seus trejeitos ritualísticos, o mecanismo de catarse envolvido. O linchamento, como toda ação, é um ato preordenado de sentidos (ALVARO; GARRIDO, 2006): tem significados explícitos e ocultos, que afloram tanto no ato em si quanto no discurso dos linchadores e daqueles que apóiam a ação dos "justiceiros" - pelo fazer e pelo falar, é possível tangenciar o seu porquê. Estes sentidos precisam ser localizados dentro da dinâmica do linchamento, mas também na radiografia da nossa história social, mostrando que esta prática de "justiçamento coletivo" é um sintoma de algo muito mais estrutural, fundamental e antigo, algo que aflora à superfície das palavras e gestos para sinalizar as profundezas da história e do imaginário.

As palavras revelam o que também alimenta o espancamento e a morte de pessoas por cidadãos nas ruas. É no discurso, às vezes subliminar, às vezes explícito, que é reeditado cotidianamente o pacto histórico de que há uma categoria de brasileiros

Martins (2015), sociólogo que estudou casos das últimas seis décadas no país, apontam o Brasil no topo da lista, ao comparar ocorrências relatadas em outros países.

¹ Este número, suspeita-se, é muito subestimado, uma vez que as principais fontes de pesquisa seriam notícias em jornais/revistas e inquéritos policiais - ambas fontes incompletas e insuficientes em abarcar a quantidade real de ocorrências, de maneira que estima-se que os números coletados são muito inferiores à realidade não documentada.

que podem ser mortos – ou que ao menos seu assassinato seria justificável. É esta mesma lógica que tolera – quando não deseja – a tortura e a morte de presos nas delegacias e nos presídios do Brasil. Encarar os linchamentos como algo que só pertence ao bárbaro, que é sempre o outro, é ocultar a nossa responsabilidade, a de cada um, com uma máscara de inocência. (BRUM, 2014b, grifo nosso)

Além disso, faremos um análise da teoria jurídica do Direito Penal do Inimigo, de Günther Jakobs, buscando associar o discurso do "Bandido bom é bandido morto" (que é suporte ideológico para as ações de linchamento) às premissas e linhas gerais da teoria do jurista alemão, teoria esta especialmente projetada para a sociedade de risco, anunciando uma nova gestão da criminalidade, que pretende superar as premissas do garantismo penal.

4.1 Todos contra um: o bode expiatório e o ritual de suplício reformulado

Meu erro é o meu espelho, onde vejo o que em silêncio eu fiz de um homem. Meu erro é o modo como vi a vida se abrir na sua carne e me espantei, e vi a matéria de vida, placenta e sangue, a lama viva.

(Clarice Lispector¹)

O linchamento é uma zona confusa, uma zona moral cinzenta em que os papéis misturam-se, perdem-se, esgotam-se; em qualquer época, nos momentos de ruptura absoluta do normal, do conexo, surge uma "zona cinzenta em que as vítimas se tornam carrascos, e os carrascos vítimas..." (AGAMBEN, 2008, p. 27). Sua origem no país remonta ao início da história brasileira², apesar da nomenclatura ter origem nos Estados Unidos do século XVIII.

Todos os elementos do imaginário brasileiro, já mencionados quando da análise da representação do Bandido, impregnam o ato do linchamento, pois "os valores íntimos do comportamento e da ação coletiva se inscrevem em um cenário em que o passado, o presente e o futuro permanecem emaranhados." (LEGROS *ET AL*, 2006, p. 15). A violência histórica, a exploração, o autoritarismo, o ódio social não são conceitos abstratos reportados em livros e teses - eles são maneiras de experienciar e compreender o mundo, e emergem em ações humanas cotidianas, de tal forma que tentar "setorizar a violência e defini-la por tipo, como se faz no Brasil, limita o alcance da interpretação dos processos de desagregação social e distorce a compreensão que deles se pode ter. *A violência social é difusa...*" (MARTINS, 2015, p.48-49, grifo nosso).

¹ Trecho do conto "Mineirinho", disponível em: http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&id=4396:conto-qmineirinho-clarice-lispector&Itemid=220&lang=pt. Ver referências.

² O mais antigo relato de linchamento no território brasileiro remonta a 1585, e refere-se a um índio que se auto-proclamava papa, tendo inclusive congregado grande número de adeptos (MARTINS, 2015).

Mais que só em conflitos pontuais, a violência naturalizada emerge quando rotulamos alguém, fazemos uma piada preconceituosa, reforçamos uma conduta discriminatória, encaramos com naturalidade relações de exploração, linchamos. Conforme Chauí (2001), vemos os sem-terra, sem-teto e desempregados como ignorantes e preguiçosos; as crianças no sinal são produto da vadiagem dos miseráveis, naturalmente encostados, tendentes à mendicância e à criminalidade; acidentes de trabalho são culpa de trabalhadores incompetentes e descuidados, e uma mulher que não vista roupas adequadas na rua não pode reclamar se for "importunada" - um eufemismo para assédio e abuso. Através das relações sociais - miúdas, amplas, quaisquer que sejam -, vemos o espírito de um povo desde sua fundação simbólica; e sendo matéria fundante, esta matriz não é apenas um traço efêmero ou pontual, mas situa-se permanentemente atual sob uma vastidão de situações possíveis.

Figura 13: Capa do Jornal Extra (RJ) em 08 de julho de 2015, relatando um linchamento no Maranhão.



Fonte: Carta Capital (<http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/em-capa-historica-jornal-estampa-o-atraso-do-brasil-2887.html>)

Nesta mesma capa, num subtítulo abaixo da imagem, o jornal Extra afirma que "dos 1.817 comentários no Facebook do EXTRA, 71% apoiaram os feitores contemporâneos". Este ódio não é novo. Ele parece novo por estar evidenciado, publicizado, escancarado, difundido em posts, mensagens e perfis públicos - mas é, antes de tudo, um ódio ancestral e incessante, reforçado desde o começo de nosso "processo civilizatório", de forma que revivemos

um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal. Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela. (CHAUI, 2001, p. 6)

Em uma sociedade profundamente falocêntrica, construída e mantida prioritariamente pela imposição vertical da ordem, a força e o embate são vistos como características positivas, dinâmicas, sinônimo de energia; por outro lado, o diálogo, a negociação e a concessão são considerados sinais de fraqueza e demonstração de passividade e inferioridade (KARNAL, 2011).

Estes valores impregnam as relações cotidianas e nossa forma de encarar o mundo; estes mesmo valores serão refletidos também na maneira de reagir a uma crise - e a neblina não é nada além de permanentes e sucessivas crises.

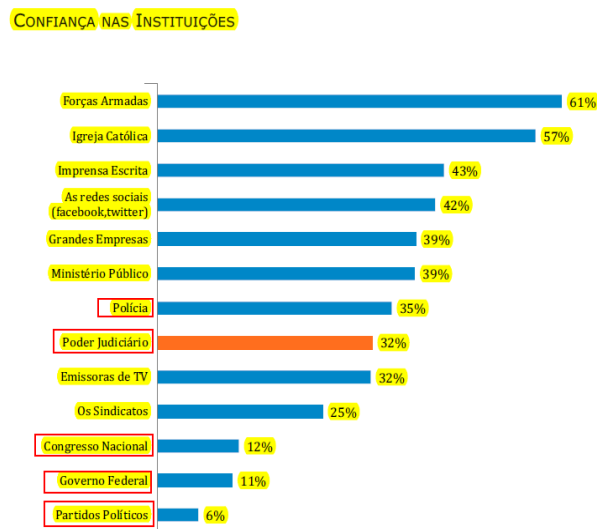
Violência para nós é um valor, desde as aparentemente ingênuas malhações de Judas (e quem malhávamos, quer dizer, espancávamos “simbolicamente”?) (...) Nossa violência se confunde com nossa percepção do que é “ser homem”. (...) Somos a cultura daquele que fala mais alto, aquele que bate na mesa, aquele que chama pra porrada, aquele que “não aguenta desaforo”, aquele que mete o dedo na cara, e aquele que pergunta “sabe com quem você está falando?”. (...) Somos violentos nos programas de humor infantis, nas piadas sem graça, no campo de futebol, na sala de aula, pra reafirmar nossa macheza incipiente. É lógico que nossos bandidos serão violentos. Eles serão parte da sociedade em que vivem. Não quero nem falar do trânsito estúpido, com recorde mundial de mortes. (...) Nossa violência é verbal, institucional, física, psicológica. (ALVES, 2015)

Na sociedade do risco, (sobre)viver resume-se a lidar com a imprevisibilidade, numa permanente crise de confiança. Respostas extremas evidenciam um cenário de desagregação social, no qual aumenta a insegurança quanto aos riscos - e as instituições incumbidas de gerir mostram-se incapazes de cumprir seu papel. Mais do que limitar-se a um ato de selvageria, *há uma declaração política no linchamento*: a de que existe uma ruptura da ordem e uma profunda desilusão com o Estado, que não cumpre a promessa de pacificação, justiça social e bem comum - levando, portanto, à superação do seu monopólio institucional da violência para que a própria população retome os meios de resolução de conflitos.

Martins (2015) afirma que é necessário resgatar no linchamento a dimensão dramática do medo e do questionamento político, na qual tendências de desenvolvimento e subdesenvolvimento simultâneas muito polarizadas, cujos extremos estão muito distantes entre si, estabelecem linhas de desigualdade social que delimitam mais do que riqueza e pobreza e afetam profundamente a própria concepção de humano e pessoa.

Esta crise de legitimidade das instituições fica muito clara na pesquisa do ICJ-Brasil (Índice de Confiança na Justiça), realizado pela FGV em 2015 (FIGURA 14):

Figura 14: Gráfico relativo a pesquisa de confiança do brasileiro nas instituições (2º semestre de 2015).



Fonte: ICJ BRASIL (FGV/SP) (destaques nossos)

É significativo que as instituições mais confiáveis para os brasileiros sejam estruturas de hierarquização incontestemente baseadas em premissas dogmáticas, obediência inquestionável e voltadas à manutenção de uma ordem pré-definida e não-negociável (Forças Armadas e Igreja Católica). Em meio à neblina aterradora, colocamos nossas esperanças em Deus (ou melhor, nos seus mensageiros) e na força militar (nossa instituição nacional mais autoritária), no que o Facebook anuncia em seus posts desconexos, nas grandes empresas privadas (cujos interesses particulares, por definição, não coincidem com os anseios públicos) e no que lemos no jornal matutino. Instituições democráticas, como os sindicatos e os partidos - expressão máxima do pluralismo político -, e os poderes constitucionais - Legislativo, Judiciário e Executivo - são vistos com profunda desconfiança e descrédito, quando não com absoluta aversão.

...as classes populares percebam o Estado como “o poder dos outros” - a expressão é de Teresa Caldeira - e tendam a vê-lo apenas sob a face do poder Executivo, os poderes Legislativo e Judiciário ficando reduzidos ao sentimento de que o primeiro é corrupto e o segundo, injusto, (...) [sendo a] seara exclusiva dos letrados ou doutores, secreto e incompreensível. (...) [Estruturando-se esta sociedade] a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a *recusa tácita (e às vezes explícita) de operar com os direitos civis* e a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra formas de opressão social e econômica: para os grandes, a lei é privilégio; para as camadas populares, repressão. Por esse motivo, as leis são necessariamente abstratas e aparecem como *inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para ser transgredidas e não para ser cumpridas* nem, muito menos, transformadas. (CHAUI, 2001, p. 98, grifos nossos)

A descrença nas instituições pode ser explicada por muitos fatores, cuja análise foge a este trabalho. O processo verticalizado de definição do poder, reflexo de nossa matriz autoritária, acarreta pouco ou nenhum conhecimento de nossas instituições pela ampla

maioria da população e uma profunda falta de intimidade entre governados e governo: "Porque temos o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado, tendemos a não perceber que é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político." (CHAUÍ, 2001, p. 94). As pessoas não se identificam com suas instituições pois sua formação não foi um processo coletivo, comum, horizontal - antes, obedeceu à permanente lógica de construção heterônoma e imposição incontestada.

Sem poder contar com um Estado desacreditado, o povo assume a solução da crise: a "justiça" abstrata das leis e juizes democratiza-se e concretiza-se finalmente no linchamento, cuja denominação mais comum, significativamente, é "justiça popular". Este também é um ato político na medida em que anuncia uma multiplicidade de reivindicações: no ato de linchar, o homem esquecido por seu Estado reafirma sua cidadania ao fazer justiça - um ato de "democratização" do exercício do poder; por outro lado, numa análise mais profunda, a própria noção de Estado é posta em xeque: o povo reivindica sua soberania perdida nas mãos de um Estado de doutores, corruptos e omissos, retomando para si o poder decisório sobre a vida e a morte, tal como o soberano no ato final do suplício.

Os atos de linchamento, às vezes muito elaborados, revelam-se ritos de definição do estranho e da estraneidade da vítima, *o recusado e o excluído*. (...) Eles denunciam o estreitamento das possibilidades de participação social daqueles que, deslocados por transformações econômicas e sociais, situam-se nas franjas da sociedade, nos lugares da mudança e da indefinição sociais. Ao mesmo tempo, denunciam a perda de legitimidade das instituições públicas, através do aparecimento de uma legitimidade alternativa, que escapa das regras do direito e da razão. Pode-se dizer que, de certo modo, o "contrato social" está sendo rompido. (MARTINS, 2015, pgs. 46-47, grifos nossos)

Respostas extremas emergem num cenário de "medo em relação ao que a sociedade é e ao lugar que cada um nela ocupa" (MARTINS, 2015, p. 11): ainda engatinhando numa tentativa imperfeita de democracia, a cada queda questionamos a caminhada. O linchamento é um sintoma da crise desagregadora do público, na qual emerge o privado como opção mais segura - a imprensa, as redes sociais e as grandes empresas inspiram mais confiança à população que instituições como o Ministério Público e os Poderes constitucionais.

Nos subterrâneos sociais, sussurra-se que já não há mais quem proteja os fracos e inocentes, e por todos os lados emerge a névoa de um pânico silencioso e generalizado diante da falência das instituições – a polícia, o Judiciário, as leis. Para os miseráveis, o contrato social é letra morta e o Estado existe para calar os marginais e governar para os ricos; sua dívida histórica para com a sociedade ainda corre e acumula juros incalculáveis. O que ainda o legitima?

Neste cenário de ausência de um centro legitimado de poder e sentimento de confusão, a violência passa a ser um aspecto indiferenciador dos membros da sociedade, e está constituída o que Girard denomina uma "crise indiferenciadora" (FURTADO, 2013): está montado o palco para a catarse coletiva em focos determinados - os bodes expiatórios:

...no auge dessa crise, no momento de maior histeria, o desejo reprimido de violência aceita vítimas substitutivas para descarregar sua energia. (...) Se a coletividade não abdica das agressões mútuas e insiste nos ataques interindividuais e dispersos, o resultado, no grau mais extremo de violência, só pode ser a extinção do grupo. (...) De outra sorte, unindo-se para perseguir a mesma vítima, poderão saciar – embora parcial e temporariamente – sua sede acumulada, encontrando, entre tantas divergências, um motivo “beneficamente” convergente. Assim, o “todos contra todos” gerado pela “armadilha da circularidade mimética” – o círculo vicioso – se converte no “todos contra um”. A paz é restaurada no plano individual e também no coletivo, e a *sociedade, finalmente, vê-se unida... (...) a ordem social, outrora sob ameaça, é reafirmada...* (FURTADO, 2013, p. 4, grifos nossos)

Com instituições pública enfraquecidas, as diferenças por elas determinadas perdem seus contornos, e os indivíduos encarregam-se diretamente da tarefa de manter os valores do grupo social. Sem a intermediação “desresponsabilizadora” das instituições, a violência uniformiza o comportamento de todos e a transgressão torna-se a forma básica de manutenção da ordem moral.

Em meio à neblina, todo tipo de ameaças espreitam e o Bandido é uma das mais aterradoras ameaças - mas onde ele está? Como figura abstrata, representação social, ele não é um indivíduo, mas um risco - e riscos, sabemos, são etéreos e disseminados. A indeterminação da ameaça (*onde está o Bandido?*), seu caráter abstrato cria uma figura por demais aterradora. Sendo indeterminado, não é possível combatê-lo, puni-lo, enjaulá-lo e anular o perigo - afinal, como lutar como o terror impalpável?

Desdobra-se então a lógica da culpabilidade presumida: *Temos que achar culpados, sejam quem forem!* A sociedade frustrada e acuada precisa retomar o poder e a única forma de exercê-lo é sobre elementos determinados. Há urgência em definir quem assumirá o papel de Bandido: se você parece culpado, foi pego em situação suspeita, provavelmente é culpado. Todo o raciocínio segue a lógica de “onde há fumaça, há fogo”, e os linchados nunca passaram por uma condenação - a eles, sequer foi dada a oportunidade de terem um processo, serem ouvidos: a culpabilidade presumida é consequência natural da necessidade angustiada de encontrar culpados.

O linchamento, como um ritual de sacrifício, tem uma função catártica: a catarse de todos os medos e angústias em um foco, criando uma delimitação à violência disseminada de todos, restringindo-a ao bode expiatório: "O sacrifício consiste em descarregar sobre uma

vítima (o bode expiatório) todas as tensões existentes na sociedade (...) ele permite expulsar do meio social toda forma de violência que ameaça a sociedade" (MERUJE; ROSA, 2013, p. 3). Neste ato, há uma tentativa de restauração da ordem ameaçada. O criminoso, pela lógica da atribuição causal, será associado ao crime: as características da transgressão serão incorporadas pelo transgressor, de forma que a maneira simbólica de anular o crime é anulando sua causa - o (não) homem. Heider, ao explicar Fauconnet, afirma que

o crime corrompe a sociedade e ameaça sua subsistência. Deve ser aniquilado para que a ordem moral possa reabilitar-se. Mas o crime é um *fait accompli*; não pode ser anulado. Assim, um substituto deve ser encontrado, um símbolo do crime cuja destruição substitua a destruição do crime, e aqueles tomados como substitutos são considerados responsáveis pelo crime. (...) [Através da atribuição causal, é possível] reinstalar o equilíbrio mesmo quando mudanças de outra forma irreversíveis o perturbam. Pessoas, quando tomadas como origem causal absoluta, transformam mudanças irreversíveis em reversíveis. Entendemos agora porque a necessidade de vingança, [que é] um caso especial de necessidade de retomada do equilíbrio, demanda uma pessoa como objeto: pela simplicidade de organização, a pessoa pode representar a mudança perturbadora em sua inteireza. (HEIDER, 1944, pgs. 360-361, tradução nossa¹)

A despeito do caráter supostamente lógico da justificação de sacrifício pela atribuição de um crime ao infrator, no linchamento observa-se uma "multidão que responsabiliza homens comuns por grandes crises, ampliando o potencial lesivo dos bodes expiatórios a um patamar incrível, [e que] só pode estar influenciada pelo "pensamento mágico"." (FURTADO, 2013, p. 20). O Bandido é uma figura imaginária, uma entidade bestial: no linchamento, emerge um caráter eminentemente simbólico e imaginal no ato de exterminar o Bandido, verdadeiro ritual público de poder e expiação.

Pois o linchamento é um ritual. Em "Vigiar e Punir", Foucault (1997) dedica um capítulo para a análise dos suplícios, penalidade aplicada até meados do século XIX. O autor traça um exame minucioso da simbologia do suplício e dos reais significados políticos de demonstração de força – através do corpo penalizado do criminoso, o poder do soberano se reafirmava. Partindo desta análise, se substituirmos o sujeito titular do poder – o soberano pelo povo – vislumbramos uma nova forma de suplício em nossos dias. O linchamento é, antes de mais nada, uma cerimônia pública de poder: o homem comum do povo, ao tornar-se

¹ "...crime violates society and menaces its life. It must be annihilated so that the moral order can be rehabilitated. But the crime is a *fait accompli*; it cannot be annulled. Therefore, a substitute has to be found, a symbol of the crime whose destruction replaces the destruction of the crime, and the beings which are taken as substitutes are considered responsible for the crime. (...) reinstate an equilibrium even when otherwise irreversible changes have disturbed it. Persons, as absolute causal origins, transform irreversible changes into reversible ones. We understand now why the need for revenge, a special case of a need for the reinstatement of an equilibrium, requires a person as object: because of the simplicity of organization, the person can represent the disturbing change in its entirety." (p. 360-361)

juiz e executor, exerce finalmente poder sobre o Inimigo, expurga todo seu ódio e impotência num elemento determinado, num momento catártico extremo. A sociedade, por tanto tempo (e ainda) refém do interminável inventário de horrores cotidianos, elege seus bodes expiatórios, retoma o exercício de seu poder antes delegado ao Estado... e agora exigirá reparações terríveis.

Figura 15: Quadrinho da Série "Malvados", de André Dahmer



Fonte: Site "Os Malvados", de André Dahmer (<http://www.malvados.com.br>)

Cada um do povo foi ameaçado pela mera existência do Inimigo, e a resposta a tal ameaça deverá ser emblemática e terminativa. Na furiosa retaliação coletiva há uma clara mensagem política de reafirmação de força, em que "...o infrator lesa a própria pessoa do príncipe [que] se apodera do corpo do condenado para mostrá-lo marcado, vencido, quebrado.." (FOUCAULT, 1997, p. 49). Na cerimônia supliciante, o corpo do indivíduo (despedaçado, submisso e anulado) é exposto a todos, numa retórica do terror sustentada pelo exemplo. A partir deste momento, adentra-se numa "alquimia cinzenta, incessante, na qual o bem e o mal e, com eles, todos os metais da ética tradicional alcançam o seu ponto de fusão." (AGAMBEN, 2008, p. 30).

O Bandido, ao ser selecionado como bode expiatório, tem "seu corpo mostrado, passeado, exposto, supliciado (...); nele, sobre ele, o ato de justiça deve se tornar legível para todos. Essa manifestação atual e brilhante da verdade..." (FOUCAULT, 1997, p. 44); sobre ele há sucessivas desconstruções, e a cada demolição outra mais dura se segue – desde a sua presunção de inocência, que cai à primeira análise rasteira, exaurindo-se na própria desconstrução de seu caráter humano, na absoluta destruição de todo seu ser moral através do rótulo de Bandido.

E assim, em cada suspeito materializa-se o Bandido, que rapidamente será exorcizado, destruído, anulado para tranquilidade geral. Diante de seus executores, o Bandido agora materializado - com rosto, sem história - já não tem nenhuma chance de redenção. Sua

punição será exemplar, uma nova forma de suplício, "suplício [que] antecipa as penas do além; mostra o que são elas; é o teatro do inferno..." (FOUCAULT, 1997, p. 46):

...alguns casos são ilustrativos. Um é o da vítima que, já morta, continuava sendo agredida por uma velha da vizinhança, a custo retirada de cima do cadáver, quando tentava arrancar-lhe os olhos com uma colher. Outro caso é o da vítima cujo corpo permaneceu vários dias atirado, como lixo, num monturo de rua, ao redor do qual a população da vizinhança, que participara do linchamento, se reunia diariamente em silêncio para contemplar a própria obra... (MARTINS, 2015, p. 55)

Por fim, "o executor não é simplesmente aquele que aplica a lei, mas o que exhibe a força; é o agente de uma violência aplicada à violência do crime, para dominá-la" (FOUCAULT, 1997). É preciso encontrar alguma forma de reverter o horror infligido aos inocentes, alguma reparação impalpável e um tanto inútil, porém com efeitos tranquilizadores, porque catárticos. A sociedade busca uma reparação impossível através do tormento, numa matemática imperfeita que tenta anular o crime com a punição.

O linchamento não é uma manifestação irracional de desordem; antes, é um questionamento da desordem vigente, uma tentativa de restauração e expiação; nesta ação, seus participantes anunciam sua interpretação do que a sociedade deveria ser, mas não é (MARTINS, 2015). Por fim, o Inimigo por tanto tempo temido está aniquilado; a ordem está restaurada; a justiça esperada inutilmente da lei e dos juízes foi feita; toda a impotência, todo o medo e a angústia dos corações dissiparam-se. Por um momento, o controle foi retomado. Estamos no controle. Dissipamos a neblina. É o fim do medo.

Até chegarmos em casa e abriremos o jornal.

Lá está novamente. Um assalto, um estupro, uma morte. O Bandido permanece. Por mais que vejamos seu corpo estendido em nossa rua, ele nunca é efetivamente morto, pois é uma abstração, uma idéia, uma representação. Não é um indivíduo isolado, mas uma entidade. Ainda que estraçalhemos mil corpos, outros mil Bandidos aparecerão.

Os linchamentos nunca cessam pois são a catarse de angústias permanentes, intermináveis, angústias que compõem o nosso meio de vida: a neblina não tem fim pois nós próprios a alimentamos. Para transformar esta situação, é necessário antes de mais nada ter consciência dos próprios motivos ao defender o linchamento: o que me motiva, o que estou procurando com este ato. Talvez não possamos reconstruir todo nosso horizonte de sentidos (nossos preconceitos, pré-concepções), mas podemos ter consciência do que está por trás de nossos atos e crenças, podemos compreender os significados reais de nossas ações - e a partir disso, tentar superar anacronismos e ilusões. Ao defender o linchamento do criminoso, o que

realmente quero? O que acredito alcançar ao condenar o Bandido: justiça, paz de espírito? O que vejo ao olhar para ele?

... cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções, que claramente define suas fronteiras, distingue mensagens significantes de mensagens não-significantes e que liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta. Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. (...) Podemos, através de um esforço, tornar-nos conscientes do aspecto convencional da realidade e então escapar de algumas exigências que ela impõe em nossas percepções e pensamentos. Mas nós não podemos imaginar que podemos libertar-nos sempre de todas as convenções, ou que possamos eliminar todos os preconceitos. (MOSCOVICI, 2007, p. 35)

A solução passa por transformações estruturais, profundas, que demandam grande coragem de cada um. Olhar para o monstro e descobrir que é apenas um reflexo implica encontrar um monstro em nós mesmos. A neblina talvez seja tão densa porque nós mesmos não queiramos saber o que está adiante. Ao entender que o Bandido é uma construção de retalhos com nossos piores medos, transtornos, desesperos, ódios e aflições, podemos ver o humano estendido no chão - mas veremos também o monstro com paus e pedras que o matou.

Os linchamentos perpetuam-se também porque não se dirigem a um homem, mas a uma idéia: uma representação abstrata. Nossas taxas de "justiçamentos populares" sem igual no mundo definem-se pela busca em aniquilar uma abstração com paus e pedras. A solução demanda mudanças em nossa própria maneira de entender o mundo e a diferença: uma guinada de perspectiva, em que passa-se a priorizar a negociação sobre o embate, e que envolve ver nosso mundo por um olhar mais crítico e atento.

Nossos heróis, desde a infância, são aqueles que tomam para si a solução do problema e o resolvem através do conflito físico e da violência, ignorando leis, normas sociais e instituições, vistas como inoperantes e inúteis (quando não contra-produtivas, perseguidoras daqueles que buscam a real e efetiva justiça). Batman, Superman, Homem Aranha, X-Men - a idéia da justiça com as próprias mãos ganha armas descoladas, trajes heróicos, e a estética da auto-tutela cria valores colocados e reforçados para nós desde que começamos a balbuciar nossas primeiras palavras: antes de saber o que é o sistema judiciário ou a polícia, já sabemos que o Batman, um homem sozinho, é mais eficaz combatendo o crime que todas as instituições de sua cidade, corruptas e deturpadas.

Com os quadrinhos de vigilantes e justiceiros, nos é vendida também a idéia de que a polícia, as leis e o judiciário são sempre corruptos, omissos e ineficientes. Sabemos que, se formos esperar pela polícia, os criminosos estarão livres e a justiça nunca será feita - logo, um único personagem especial deve resolver o problema. As noções de comunidade, equipe,

diálogo, cooperação, construção colaborativa, espaço institucional comum perdem-se em meio às lutas e peripécias de heróis solitários. Se construímos essa percepção desde a mais tenra infância - vemos bebês usando roupas destes ícones do imaginário -, que visão podemos esperar construir de nossas instituições e de nossa comunidade? Estamos reforçando a identidade de cidadãos ao replicar este modelo?

Algumas iniciativas buscam transformar essa realidade. O projeto "Mediadores da Paz", desenvolvido em escolas públicas no Rio de Janeiro pela antropóloga Alba Zaluar, tenta desconstruir a associação entre masculinidade e força através do incentivo à mediação entre adolescentes (GOIS, 2004). Novos exemplos devem ser criados e reforçados - aqueles que buscam o diálogo e trabalham em equipe, aqueles que não dobram a lei ou as instituições ao seu conceito pessoal de justiça. A sociedade não é o trabalho de um homem só.

Uma cultura que exalta a violência apenas perpetuará violência: o embate não deve ser glorificado, mas permanentemente questionado. O diálogo e a tolerância devem tornar-se elementos basilares de nossa cultura, alimentados e praticados desde a conversa do bar até debates públicos, mesas redondas, audiências para a sociedade civil no âmbito institucional. No meio jurídico já é perceptível esta mudança: as novas bases conceituais do processo já sinalizam nesta direção, com um forte apelo à mediação e auto-composição das partes no NCPC/2015, buscando mudar o velho paradigma jurídico que focaliza o litígio ao eleger a composição entre as partes como prioridade máxima do sistema processual. É uma nova perspectiva que aflora: a idéia de que uma solução comum construída no diálogo e entendimento mútuo é sempre preferível à imposição coercitiva de uma decisão judicial.

São necessárias também campanhas de conscientização e reforço permanente da imagem das instituições, para criar uma nova relação de confiança dos cidadãos no Estado. Mais do que "mostrar serviço", é preciso aproximar o cidadão comum de seu governo: disseminar informações sobre os órgãos da justiça, divulgar canais de denúncia e acompanhamento, criar formas transparentes e fáceis de controle social da polícia, do Ministério Público, dos partidos, do judiciário, etc. É preciso transformar a relação vertical e distante do governado com seu governo - mostrar que ele não foi abandonado pelo Estado, e que ele pode (e deve) acompanhar e cobrar ações estatais.

Ao ser imbuído de um novo senso de participação e responsabilidade com as decisões do Estado, pelas vias democráticas, o homem comum passa a exercer controle sobre o governo, e perceber-se não mais impotente, mas responsável: responsável na política, pelas decisões de seus representantes, pelo funcionamento dos órgãos públicos. Ele encontra no Estado um referencial de segurança e confiabilidade. Ele não está mais sozinho, não foi

esquecido por um Estado omissivo e indiferente, então não cabe a ele a aplicação da justiça. Esta relação de confiança não se constrói com uma legislação penal simbólica, aplicada sempre seletivamente aos miseráveis, ou condenações pontuais em casos paradigmáticos - antes, é um trabalho lento e cotidiano, uma permanente tentativa de aproximação entre o povo e suas instituições.

4.2 Jakobs revisitado: a violência contra os violentos

Em algum momento da vida, todos passariam pelo educativo processo de purificação dos pecados: seriam açoiados em praça pública até refletir sobre os próprios atos, e não sobre a própria fome.

(MATHEUS PICHONELLI¹)

O linchamento implica diversas declarações: antes de tudo, a afirmação de que a ordem social está rompida - as instituições não cumprem mais seu papel, de forma que sua legitimidade está em xeque. Não há confiança no Estado, de maneira que a crise desagregadora da instância pública manifesta-se na auto-tutela, vista como a única maneira de efetivação da justiça. Em última análise, o linchamento é um ato de negação da legitimidade do próprio Estado, visto como omissivo, e do Direito, visto como insuficiente.

Traz ainda a afirmação de que a ruptura de certos valores sociais - trabalho, segurança, ordem - é algo tão grave que não se admite que seu infrator continue a existir: ele não é mais um homem pois abriu mão de seu caráter de "cidadão" por livre e espontânea vontade para tornar-se um risco social - e um risco tão grave para a sociedade que não se tolera a continuidade de sua existência. Na sociedade do risco, cujo motor é o medo, o Bandido é um dos mais graves riscos - e o Bandido está à solta. Num cenário em que o medo deturpa a percepção real do perigo, há um estado de permanente ameaça reavivada em cada relato de horror, em cada violência conhecida ou imaginada - *poderia ser você (e eventualmente vai ser você!), se nada for feito*.

Estas premissas são as linhas mestras da teoria do Direito Penal do Inimigo, de Günther Jakobs (2003). Não afirmamos que ele inspirou o discurso popular do "Bandido bom é bandido morto" - a realidade europeia é muito distinta da brasileira; antes, ele inspirou-se nas apreensões e medos da contemporaneidade para criar uma tese jurídica que é, fundamentalmente, uma forma teoricamente elaborada de gestão penal de riscos. A partir da

¹ Do texto "Tá com dó? Leva pra casa", publicado em Carta Capital em 05/02/2014. (Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/ta-com-do-leva-para-casa-9077.html>).

conclusão de que o garantismo é insuficiente para gerir os riscos sociais, surge um Direito que se propõe a superar as deficiências práticas do direito garantista: o Direito Penal do Inimigo.

A noção de Direito de Jakobs (2003) implica, antes de mais nada, a titularidade de direitos e deveres; porém, a uma leitura mais atenta, fica evidente uma necessária vinculação entre esta titularidade de direitos e o cumprimento de deveres normativos pelo sujeito. A partir dessa afirmação, ele distingue dois regimes jurídicos distintos: o Direito Penal do Cidadão, voltado para o infrator que não representa um risco social grave, e o Direito Penal do Inimigo, reservado ao indivíduo que, por sua conduta, não passa confiabilidade de que obedecerá às normas (abandona a expectativa normativa) e torna-se uma fonte de perigo.

De ambos os discursos - dos linchadores e de Jakobs -, é possível extrair a premissa de que o cumprimento de deveres autoriza o status de cidadão, e este status de cidadão delimita uma esfera fora da qual está a categoria dos "indivíduos", aqueles que não são pessoas. Jakobs explicitamente nega a denominação de pessoa para o infrator, chamando-o de "indivíduo" - aquele que renunciou à sua personalidade ao tornar-se um risco, um perigo. Cidadão ("pessoa") e inimigo ("indivíduo") estão contrapostos e submetidos a regimes distintos. Para ele, no Direito Penal do Inimigo não há pena (que seria um instituto do Direito Penal do Cidadão), mas "medida de segurança":

a personalidade real (...) não é gerada pelo simples fato de ser postulada, mas sim, ao contrário, *devem concorrer também determinadas condições*. Por isso, a proposição "no Direito, todo ser humano tem o direito a ser tratado como pessoa" é incompleta. (...) Em consequência, a formulação correta da proposição é a seguinte: "todo aquele que é fiel ao ordenamento jurídico com certa confiabilidade tem direito a ser tratado como pessoa"... (...) Errônea é a posição de Schneider, segundo a qual o *status* de pessoa não está mediado pelo social, como se existisse alguma posição prévia à sociedade..." (JAKOBS; MELIÁ, 2015, p.58, grifos nossos).

O caráter imanente dos direitos e garantias fundamentais, considerados intrínsecos ao homem por sua própria natureza, é negado pelo autor alemão. Para ele, é necessário haver uma "confirmação cognitiva" de seu caráter de "pessoa" baseada na realidade fática: seu status de pessoa será confirmado a partir de sua conduta social, a partir de elementos materiais que confirmem sua cidadania - uma humanidade condicionada à obediência.

No rito do linchamento, há uma declaração moral que reafirma os valores sociais e define uma categoria de indivíduos que perderam o caráter de cidadão por desviarem destes valores - e, por isso, perderam também o caráter de ser humano. Emerge a delimitação de um critério bem mais restrito de "humano", um critério que foge aos preceitos jurídicos de universalização dos direitos fundamentais e relaciona de forma intrínseca os conceitos de "cidadão" com "ser humano", vinculando-os. Esta é uma das premissas fundamentais da teoria

de Jakobs, em que o critério ontológico de atribuição dos direitos humanos converte-se num critério empírico: "...quem pretende ver-se tratado como pessoa, deve demonstrar que vai se comportar como pessoa." (MENDES, 2011).

A premissa de que existem direitos inalienáveis e inerentes ao ser humano perde espaço para uma apuração empírica de sua "personalidade" - ou seja, seu status de "pessoa": "...a personalidade do autor de um fato delitivo: tampouco esta pode se manter de modo puramente contrafático, sem nenhuma confirmação cognitiva. (...) [quando a expectativa de obediência à norma é frustrada], diminui a disposição em tratar o delinquente como pessoa." (JAKOBS; MELIÁ, 2015, p. 33). Percebe-se que esta premissa teórica reflete-se na lógica dos linchamentos, que é embasada pelo ódio ao Bandido: aqueles que afrontam as normas sociais serão considerados inimigos, enquadrados na categoria de Bandido e tratados de maneira diferenciada.

a coação não pretende significar nada, mas quer ser efetiva, isto é, não se dirige contra a pessoa *em Direito*, mas contra o indivíduo perigoso. (...) no lugar de uma pessoa que de per si é capaz, e a que se contradiz através da pena, aparece o indivíduo perigoso, contra o qual se procede - neste âmbito: através de uma medida de segurança, não mediante uma pena... (...) *O Direito Penal do cidadão mantém a vigência da norma, o Direito Penal do inimigo* (em sentido amplo: incluindo o Direito das medidas de segurança) *combate perigos...* (JAKOBS; MELIÁ, 2015, p. 22; 29, grifos do autor, sublinhado nosso)

É extremamente relevante a expressão utilizada pelo autor e sublinhada nesta passagem. Alterando-se a ordem das orações, podemos ler que a pena (instituto do Direito do Cidadão) contradiz a pessoa (o cidadão infrator). Para Jakobs, a pena não contradiz o fato - a punição não contradiz uma ação, mas um sujeito. Esta é, em última análise, a premissa fundamental, básica, primordial de sua tese: o Direito Penal do Inimigo é um regime jurídico diferenciado que se contrapõe a um sujeito que representa um risco, um "indivíduo" que por sua conduta social tornou-se uma fonte de perigos. Não se combatem suas ações, os fatos delituosos - combate-se o sujeito em si, a periculosidade do indivíduo. A partir deste paradigma, a própria denominação já denuncia: o Direito Penal do Inimigo é, antes de tudo, um direito penal do autor (JAKOBS, MELIÁ, 2015; ZAFFARONI, 2011).

Para Jakobs, não existem Inimigos natos: um sujeito não será enquadrado como Inimigo por uma qualidade intrínseca - a cor da pele, o credo, uma "natural propensão ao mal"; antes, será rotulado "Inimigo" porque, com sua conduta continuamente contrária à ordem legal, não há mais expectativa de que obedeça ao sistema normativo, tornando-se uma ameaça ao corpo social. Em sua teoria, apenas os sujeitos que representem grave perigo

devem ser enquadrados na categoria de Inimigo: ele explicitamente contrapõe-se¹ às concepções de Fichte, Rousseau e Kant, que defendem que qualquer infrator da norma torna-se um inimigo social. Neste aspecto teórico, certos ecos do discurso criminal popular ultrapassam Jakobs e aproximam-se destes teóricos extremistas - vemos inúmeras execuções públicas ocorrerem por suspeita de furtos e pequenos roubos, e cada vez menos são os "moderados" que ponderam a gravidade do crime ao apoiar a tortura e a morte de criminosos.

Esta ponderação teórica do jurista, entretanto, acaba restando inócua por sua vagueza e indeterminação - ele nunca delimita quais condutas seriam graves o suficiente para serem consideradas um ataque aos fundamentos normativos do corpo social. Ele menciona explicitamente apenas o terrorismo - mas o que é considerado terrorismo? A imprecisão deste ponto nevrálgico de sua tese angaria inúmeras críticas da doutrina (FERRAJOLI, 2002; JAKOBS, MELIÁ, 2015; ZAFFARONI, 2011) e põe em xeque sua restrição teórica dos potenciais "inimigos".

Esta indefinição por si só torna sua tese muito perigosa - a depender da época e dos ares sociais, qualquer um pode ser o inimigo da ordem e dos valores: hoje, além do Bandido - criminoso violento e perigoso, de cor conhecida e trejeitos determinados -, vemos surgir um novo Inimigo no cenário brasileiro, tão odiado quanto ele: o político corrupto.

Uma nova forma de linchamento surge na seara nacional: o linchamento moral de políticos, rotulados indiscriminadamente de "ladrões", "salafrários", "corruptos". A sociedade transfere toda sua frustração em determinados ícones sacrificiais, e espera sua absoluta aniquilação pública: operações policiais tornam-se um grande espetáculo, em que homens são presos à beira do leito de hospital de sua esposa, ou são ostensivamente filmados enquanto saem arrastados gritando e debatendo-se do hospital para o presídio.

O suplício destas figuras não deixa de ter paralelos com o linchamento físico de marginais. O político corrupto passou, também, a ser uma figura caricatural e hiperbólica, construída sobre preconceitos instituídos historicamente. Os dois extremos perversos de nossa

¹ Rousseau postula: "Assim, *todo malfetor, ao atacar o direito social*, torna-se por seus atos rebelde e traidor da pátria; ele deixa de ser seu membro ao violar suas leis, chegando mesmo a fazer-lhe guerra. Daí a conservação do Estado é incompatível com a sua; faz-se necessário que um dos dois pereça - e quando eliminamos o culpado, morre menos como cidadão que como inimigo." (ROUSSEAU, 1762, p. 28, grifos nossos, tradução nossa). ("D' ailleurs tout malfaiteur, attaquant le droit social, devient par ses forfaits rebelle et traître à la patrie, il cesse d' en être membre en violant ses lois, et même il lui fait la guerre. Alors la conservation de l' état est incompatible avec la sienne, il faut qu' un des deux périsse, et quand on fait mourir le coupable, c' est moins comme citoyen que comme ennemi."). Jakobs afirma: "Não quero seguir a concepção de Rousseau e de Fichte... (...) Em princípio, um ordenamento jurídico deve manter dentro do Direito também o criminoso..." (JAKOBS; MELIÁ, 2015, p. 25). Para aprofundamento, ver Jakobs (2003), cap. 1, IV, bem como Jakobs e Meliá (2015), cap. 2.

histórica estrutura social verticalizada ganham novas matizes aos olhos da população - o senhor e o escravo: ambos tornam-se figuras grotescas, deformadas e simplificadas, inimigos a serem eliminados, bodes expiatórios para a fúria coletiva.

O catarse coletiva, a frustração e impotência sociais e nossa estrutura histórica verticalizada, elementos que fazem do Bandido pobre, negro e marginal uma vítima do linchamento, atuam também na construção da imagem do novo inimigo comum - o político corrupto. Estes mesmos elementos podem catalisar-se, a depender dos ares do momento, para surgir outro novo inimigo público, para o qual certamente estará reservado um quinhão de fúria e revanchismo popular - e, para os inimigos, as regras do jogo não se aplicam.

Desta incerteza emerge um Direito de Exceção aplicável potencialmente a qualquer um - ou seja, a todos; assim, "[quando] o estado de exceção e a situação normal (...) passam a mostrar abertamente a convivência entre si, conforme ocorre hoje (...) a situação extrema já não pode servir de critério de distinção..." (AGAMBEN, 2008, p. 57). Adentra-se numa área cinzenta em que "Direito" passa a ter os mais diversos significados, por vezes conflitantes entre si. Ainda que os clientes preferenciais do sistema penal sejam os miseráveis, as recentes investigações da seara federal, sendo a Operação Lava-Jato a de maior repercussão, criaram no imaginário público uma cena de caça aos corruptos, com todo um aparato midiático de apoio, surgindo

uma *justiça política* alterada na lógica interna em relação aos cânones ordinários: não mais atividade cognitiva baseada na imparcialidade do juízo, mas procedimento decisionista e inquisitório fundado no princípio do amigo/inimigo e apoiada, para além da estrita legalidade, no consenso da maioria dos partidos e da opinião pública. Esta lógica penetrou em todos os momentos do mecanismo punitivo: na legislação, na jurisdição e na execução penal. E consente falar de um direito penal especial - *especial* quanto às figuras criminosas, *especial* quanto às formas de processo, *especial* quanto ao tratamento carcerário - e caracterizado sob todos os três aspectos por uma pesada distorção substancial e subjetiva. (FERRAJOLI, 2002, p. 655)

Tal cenário já deu ensejo a um projeto legislativo (autoria do Ministério Público Federal) de "Dez Medidas Anti-Corrupção", com diversas proposições polêmicas no âmbito processual penal, uma das mais controversas sendo a nº 7, "Ajuste nas nulidades penais" (a expressão eufêmica é intrigante - "ajuste"): "...sugere-se a inserção de dois novos parágrafos no art. 157, para introduzir a *ponderação dos direitos e interesses em jogo* na avaliação da exclusão da prova" (10 MEDIDAS contra..., grifo nosso). Na prática, isso significa relativizar a nulidade gerada pela ilicitude da prova de acordo com os "interesses em jogo" - que interesses? Temos, de fato, uma carta branca legislativa para serem admitidas provas nulas, arbitrárias e ilícitas contra o Inimigo - que Inimigo? O Bandido? O corrupto? Você?

O caráter utilitarista da teoria de Jakobs fica evidente em suas postulações - ele busca permanentemente um "estado de certeza, de que o Estado presta segurança para as expectativas da vítima..." (JAKOBS, MELIÁ, 2015, p.45). As palavras "segurança", "risco", "certeza" permeiam todo seu texto – a sensação de segurança e a garantia da ordem normativa tornam-se supra-princípios, em nome dos quais direitos são relativizados ou eliminados em prol do bem comum, implicando uma

‘descartabilização’ do homem, retirando-lhe os principais vínculos com a cidadania. É que tais modelos entendem o direito penal desde uma lógica belicista na qual o desviante/delinquente passa a ser considerado inimigo, e como tal deve ser eliminado ou neutralizado (v.g. as teorias funcionalistas da pena). Trata-se da enunciação do penal como garantia de todos contra um (o desviante), cujo efeito é legitimar a lei do mais forte. A diferença em relação ao estado de natureza (contraponto da modernidade) é que a vingança deixa de ser individual para se tornar coletiva; os resultados, porém, são similares, quiçá idênticos ou potencializados: a utilização emotiva e desproporcional da violência (institucional) contra aqueles (bodes expiatórios) que foram capturados pelo sistema. (CARVALHO, 2008, p. 94)

A tese de Jakobs é apresentada como uma alternativa jurídica pragmática e realista: "...tampouco um Estado de Direito é real por ser pensado, postulado; e aqueles que defendem a posição de que no Estado de Direito tudo deve se converter em realidade, *sem concessões*, deveriam saber que aquele "tudo", na verdade, vem acompanhado de um "ou nada". (JAKOBS; MELIÁ, 2015, p.64, grifos nossos). O garantismo - de fato, o próprio Estado de Direito - é considerado uma idealização utópica e irrealizável, pois limitado às garantias inerentes à sua própria natureza; se *todas* as promessas do Estado de Direito não foram cumpridas, ele falhou em absoluto - ou salvamos todos, ou nenhum foi salvo. Jakobs vem, então, propor *concessões* necessárias para seu aprimoramento.

O linchamento não é uma destas concessões: Jakobs defende sempre a atuação estatal - o Direito Penal do Inimigo ainda é Direito, segundo ele, de forma que é mantido o monopólio do Estado. Desta forma, em alguns aspectos nosso cenário tem matizes mais extremistas que o discurso de Jakobs - para o Bandido, Direito nenhum, apenas a sentença popular. O autor afirma que o garantismo opera pelo "tudo ou nada", por sua "intransigência" em fazer concessões às garantias individuais; nesse cenário, o "tudo" é visto pela população como proteção da bandidagem. Os direitos humanos não são garantias comuns, mas privilégios dos vagabundos e malfeitores.

Figura 16: Crônica "Ordem ou barbárie" de Rachel Sheherazade na Folha de São Paulo, em 11/02/2014.



Fonte: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-mundo-assombrado-de-rachel-sheherazade-4025.html>

Uma recente notícia eletrônica no jornal G1 denunciava condições absolutamente precárias de presídios na região de Ribeirão Preto (SP). Segundo a notícia,

Uma das situações mais graves encontrada pelos defensores foi na Cadeia Pública Feminina de Colina (SP), onde *nenhum absorvente íntimo foi entregue às detentas em 2012*, fazendo com que *elas utilizassem miolos de pão para conter o fluxo menstrual*. (...) Segundo Shimizu, um levantamento realizado em 2012 aponta que a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) gastou *R\$ 3,84 durante todo o ano com cada detenta em Colina*. “As presas tiveram de sobreviver com a entrega de pouco mais de quatro rolos de papel higiênico cada uma durante todo o ano”, afirma. (PRESAS em Colina..., 2013, grifos nossos)

Seguindo-se à notícia, na mesma página eletrônica, abriu-se espaço para comentários de internautas. O que se lê é emblemático:

Quando irão me dar os itens de higiene também? Sou cidadão, recolho TODOS os meus tributos, não cometo nenhum delito e ainda tenho que comprar TUDO que consumo e esses bandidos e mal (*sic*) elementos têm tudo de graça... Brasil um país de tolos. (internauta Sergio Mattos, grifos do autor)

Claro, como se não fosse suficiente obrigar as pessoas de bem a suportar estes marginais que estão presos por sua própria vontade, por não saber viver em sociedade, ainda vamos indenizar a eles e a família (*sic*). Tanta hipocrisia, com tantas coisas que fazer, não tenho nenhuma pena, quem sabe sofrendo na cadeia, se um dia sair dali faz por onde não voltar.... tem que sofrer para aprender, marginais, o Estado tem que indenizar a família da vítima (*sic*), por não ter sido capaz de proteger-la (*sic*) e não a bandido!!!!!! Que vergonha de país!!! (internauta Fabio Rodrigues)

Nestas falas, fica bem demarcada a divisão entre “pessoas de bem” e “marginais”; a incapacidade do criminoso de encaixar-se na sociedade, tornando-se um elemento anômalo; a sádica insensibilidade diante das condições sub-humanas dos penalizados, consideradas merecidas e necessárias. Emerge claramente neste discurso a imputação de responsabilidade exclusivamente individual, despida de qualquer reflexão social de conduta, substituindo-se o

ponto de vista sociológico (visto como “desresponsabilizante”) por uma “retórica viril da retidão e da responsabilidade *individual*” (WACQUANT, 2001, p. 61, grifo do autor). Qualquer análise mais crítica do cenário histórico e social é relegada ao plano das abstrações inúteis e condescendentes, e suas relações consideradas muito gerais e vagas. Exigem-se definições exatas, precisas, aplicáveis, soluções imediatas e definitivas: "Ele fez porque quis e sabia o que fazia", perpetuando-se

a velha tendência de se buscar, no que diz respeito à segurança pública, "soluções biográficas para contradições sistêmicas", como diz o sociólogo alemão Ulrich Beck. (...) [Há uma] tradição que trata a delinquência fruto das históricas desigualdade e injustiça sociais com métodos de tortura ou execução sumária dos delinquentes, ignorando o sistema que os produz. Se nos encontramos num "estado de violência", como ela diz, é também porque seu discurso e o de boa parte da mídia associam pobreza e negritude à criminalidade, desumanizando as populações das periferias e as expulsando da comunidade moral. (WILLYS, 2014)

É preciso afirmar, antes de mais nada, que somos atualmente incapazes de implementar a segurança pública de maneira plena e concreta, e há muitas razões para se ter medo; mas se vivemos numa crise institucional, isto apenas atesta nossa incapacidade de implementar um sistema justo para todos, um estado de bem estar comum. Esta constatação em si não implica que devemos abandonar nossa aspiração a um sistema social e jurídico justo e inclusivo - devemos, sim, repensar nossas atitudes e meios de alcançá-lo.

Jakobs afirma que o garantismo é uma utopia e sem concessões, partimos para o "tudo ou nada" - e ele traz concessões, muitas concessões. Apresentando-se como um moderado realista, "mantendo-se longe de tais extremos, (...) [trata] do alcançável, do ótimo na prática" (JAKOBS; MELIÁ, 2015, p.64), pela sua lógica, não é possível usar o *fair play* quando o adversário não obedece às regras - logo, nenhuma regra para o jogo com eles. Ainda que sedutora em um cenário de medo e terror, sua tese é extremamente perigosa: tentando salvar o Estado de Direito com algumas concessões pontuais e específicas, Jakobs cai no "nada".

O problema é que a mesma questão - a busca por garantir indistintamente direitos fundamentais a todos - é vista por dois ângulos: um utilitarista e outro ideológico. O garantismo, de fato, opera sob a lógica do "tudo ou nada": se o direito de um único indivíduo for ferido, o garantismo não alcançou efetivamente seu objetivo maior; porém, não são ignorados todos os outros indivíduos protegidos sob sua égide.

Jakobs reflete a partir de uma lógica funcionalista do Direito - a meta é essa: se não for cumprida, tudo foi trabalho perdido. É preciso lembrar, porém, que quando fala-se em justiça, segurança jurídica e direitos humanos, não atuamos como uma empresa, na qual há metas a cumprir e índices a alcançar, que se não atingidos frustram todo o esforço empreendido. Sob a

ótica do garantismo penal, há uma permanente tentativa de justiça universal - tentativa porque, de fato, impossível a justiça universal, plena e absoluta. Mas se decidirmos que, por ser utópica e "truncada" por muitas garantias e direitos, deve ser descartada em prol de algo mais prático e efetivo, estamos desistindo do Estado de Direito para algo muito mais sombrio e imprevisível.

Se quiserem torturar o menino negro, como fizeram, eles podem, assegura o bem. Se quiserem matá-lo, eles podem, também. E alguns o fazem. Meninos negros não são meninos. Não é preciso investigação, não é preciso julgamento, não é preciso lei. Os cidadãos de bem sabem, porque são a lei. Também são a justiça. O menino é um marginalzinho, é também um vagabundo, diz o bem. E bandido bom é bandido morto, garante o bem. Se você não pensa assim, o bem tem um pedido a lhe fazer: faça um favor ao Brasil, adote um bandido. (BRUM, 2014a)

Cria-se um Direito de Exceção - mas esta expressão é contraditória em si mesma. Como falar de Direito, que seria o freio absoluto ao poder do Estado, o império da mesma lei e dos mesmos direitos e garantias para todos os sujeitos, e conceber uma cisão legítima, um Direito que anula sua própria concepção fundamental? A premissa do autor, apontando a idiosincrasia de sustentar um Estado de Direito com aspirações utópicas - tudo ou nada, ou salvamos todos ou nenhum foi salvo - *ignora todos os que foram salvos* - e não foram poucos.

Dentro de casa, apavorados com o próprio medo e o mofo das cortinas fechadas, criamos um monstro imaginário, damos cor e rosto a um inimigo e passamos a defender soluções autoritárias para poder sair do quarto. Só sairemos de lá quando as ruas estiverem limpas. Foi este o apelo que permitiu ao longo da História a adoção de políticas autoritárias em troca da dissolução de direitos civis, políticos e sociais, sobretudo dos grupos já marginalizados (atenção: não estamos falando de marginais). Estas respostas autoritárias não fizeram do planeta um lugar melhor para se habitar. Pelo contrário, criaram novas chagas. No caso do Brasil, existem chagas demais a serem fechadas. Espancar, torturar ou humilhar jamais fechou nenhuma delas. (PICHONELLI, 2014)

Neste embate ideológico, vemos aqueles que defendem o bem, os cidadãos honestos e trabalhadores, transformando-se em torturadores, assassinos, perpetradores de ódio e violência em sua busca por ordem e a justiça. E assim, em algum ponto, desponta a grande ironia desta fábula moderna – com uma moral já há muito anunciada. Tão empenhados em defender a égide suprema dos direitos humanos fundamentais, defendemos um regime penal que sacrifica estes mesmo valores. Para manter nossos valores civilizados, elegemos a barbárie como meio.

Moral: Os fins justificam os meios. Mas os meios poderão destruir os fins.

5 CONCLUSÃO

...Mineirinho viveu por mim a raiva, enquanto eu tive calma.

Foi fuzilado na sua força desorientada, enquanto um deus fabricado no último instante abençoa às pressas a minha maldade organizada e a minha justiça estupidificada: o que sustenta as paredes de minha casa é a certeza de que sempre me justificarei, meus amigos não me justificarão, mas meus inimigos que são os meus cúmplices, esses me cumprimentarão; o que me sustenta é saber que sempre fabricarei um deus à imagem do que eu precisar para dormir tranqüila e que outros furtivamente fingirão que estamos todos certos e que nada há a fazer.

Tudo isso, sim, pois somos os sonsos essenciais, baluartes de alguma coisa. E sobretudo procurar não entender.

Porque quem entende desorganiza. Há alguma coisa em nós que desorganizaria tudo — uma coisa que entende.

(Clarice Lispector¹)

No começo deste trabalho, afirmamos: o discurso dos cidadãos de bem fala mais de nós próprios, enquanto sociedade, do que do Bandido; e exatamente por isso que este pode ser visto como um trabalho de denúncia, mas também como um olhar compreensivo: o olhar de quem vê a centelha do medo na voz dos que odeiam.

Seria muito fácil apenas delimitar lados - os justos e os injustos, os tolerantes e os linchadores, criar uma cisão maniqueísta, mudar nomes e voltar ao embate Bem x Mal. "Existe a intolerância, somos um país violento", "Os cidadãos de bem são dirigidos pela fúria irracional e pela descrença no Estado": esta seria uma abordagem rápida e pouco trabalhosa. Os ditos "cidadãos de bem", apoiadores da extirpação do Bandido, não são vilões sem alma, monstros bárbaros, gente estúpida e irracional - são, antes de mais nada, pessoas assustadas. Muito assustadas.

Mas não assustadas (somente) com a violência, o assalto, o sequestro. São pessoas assustadas com uma vida que resume-se a uma neblina sem fim, povoada de pesadelos. São pessoas cansadas, exaustas, que buscam a maneira mais fácil de terminar o dia, tentando manter a frágil construção de seus sonhos de pé, apesar das nuvens tormentosas acima. São

¹ Trecho do conto "Mineirinho", disponível em: http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&id=4396:conto-qmineirinhoq-clarice-lispector&Itemid=220&lang=pt . Ver referências.

peças que têm medo de errar, perder, sumir, esquecer, ser esquecidas, morrer, falhar. *O Bandido somos nós*. Ele revela quem *nós somos*: nossa reação violenta à violência é um reflexo de nossos medos, preconceitos, ódios:

O que os humanos verdadeiros – ou verdadeiros humanos – viram ao arrancar a roupa do menino negro? O que eles enxergaram ao se deparar com sua nudez? Será que foi por isso que arrancaram suas roupas, para provar que ele não era humano? O que aconteceu quando descobriram que seu corpo era igual ao deles? Ou não era? Será que foi nesse momento que cortaram a sua orelha, para marcá-lo como um humano falso, já que Deus ou a evolução não haviam providenciado essa diferença no corpo? Ou basta a cor, como já disse um pastor evangélico dedicado aos direitos humanos? Que perturbadora pode ter sido a nudez do menino, ao se tornar espelho dos justiceiros e os deixar nus, enquanto batiam nele com seus capacetes. Quem estava nu nessa cena? (BRUM, 2014a)

Este trabalho reafirma com veemência insistente as premissas da psicologia social acerca da construção de sentido porque esta é, em última análise, a solução de todas as problemáticas apresentadas: a forma como encaramos o mundo dita nosso comportamento e nossa conduta. Assim, procuramos fazer o caminho inverso neste trabalho - entender a conduta e o comportamento lançando um olhar sobre nossa forma de entender o mundo -, e encontramos infinitas variáveis, pontos sensíveis, novas questões neste percurso. Nenhuma disciplina isolada daria conta dessa análise - o Direito, a Psicologia, a Sociologia, a História, a Criminologia; e, ao concluir este trabalho, talvez afluam mais perguntas que respostas.

O horror do linchamento é indizível, imperdoável. Ainda que alçado a um ritual social, "Nós, pelo contrário, 'não nos envergonhamos de manter fixo o olhar no inenarrável'. Mesmo ao preço de descobrirmos que aquilo que o mal sabe de si, encontramos-lo facilmente também em nós". (AGAMBEN, 2008, p. 42). Não há desculpas ou justificativas, mas tentativas de compreensão.

Ao longo de todo este trabalho, foram lançadas soluções possíveis. Nenhuma delas é rápida, fácil ou imediata - são todas transformações profundas, estruturais, mudanças na maneira de conceber o mundo, no sentido que temos da realidade: quem somos, por que somos desta forma, o que queremos ser. É preciso transformar as premissas de nosso comportamento coletivo: a sociedade é violenta *e isso é um problema de todos*.

A transformação da lógica de alienação em que fragmentam-se as responsabilidades, em que a noção de propósito comum é pulverizada em interesses particulares; a retórica desresponsabilizante, em que cada um cuida do seu e o governo é culpado por problemáticas que dizem respeito à organização coletiva; a percepção das violências implícitas e explícitas no nosso dia a dia, como muitas vezes as endossamos e como podemos (e devemos) nos rebelar, mas nunca fazer lhes coro.

Todos estes pontos nevrálgicos precisam ser trabalhados: o linchamento é um evento pontual no tempo e no espaço, mas é sustentado por uma estrutura histórico-social de opressão e violência que está presente em todas as searas da vida social - e nós, sem percebermos, muitas vezes reforçamos padrões discriminatórios e autoritários. Os brados de "Justiça!" tornaram-se sinônimo de "Punição!" - mas esquecemos que justiça é um conceito muito mais belo, amplo, profundo e complexo que enjaular, torturar e aniquilar homens perigosos.

É preciso reaprender o exercício permanente da alteridade: entender que o outro pode ser um monstro a nossos olhos, mas é também um pai, uma criança abandonada, um penitente, um sonhador - *como todos nós*. Se for possível tirar uma lição com inumeráveis sentidos ao longo deste trabalho, é a de que todos podemos ser monstros.

Mas da mesma forma que todos podemos ser monstros, podemos também ser heróis. Ao ter a coragem (heróica) de olhar para si mesmo e ver as próprias falhas e medos, encarar os aspectos mais sombrios e tenebrosos de nosso próprio ser e perceber que o monstro que enxergamos no outro é apenas a imagem refletida das nossas próprias trevas, criamos a possibilidade de lançar um olhar mais tolerante e esperançoso, e a partir disso mudar: podemos mudar a realidade, porque somos nós que a construímos.

Sim, existe ódio. Sim, existe medo - e sim, existem motivos para ter medo. Somos o país com maior número de homicídios no mundo. Temos taxas de letalidade policial escandalizantes, temos índices de mortalidade no trânsito que superam muitas guerras, a cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil (A cada 11 minutos..., 2016). Todas estas formas de violência, abuso, morte são reais. Mas ainda assim, pintar este quadro extremamente complexo com tons monocromáticos não irá melhorar a situação, nem nos trará saídas. Enfrentamos atualmente a "síndrome do Titanic": no naufrágio, qualquer sentido de ordem ou lei ruiu diante do caos, e ninguém estava seguro – nem contra o desastre, nem contra seus pares; vislumbramos, como os náufragos,

o horror de atravessar a "casca fina como uma hóstia" da civilização para cair naquele vazio destituído das "bases elementares da vida civilizada, organizada" ("civilizada" precisamente porque "organizada" - rotineira, previsível, com códigos de comportamento determinados) (...) O *ator* principal (embora silencioso) na história do *Titanic* foi, como sabemos, o iceberg. Mas o iceberg, esperando "lá fora" numa emboscada, não foi o *terror* que destacou essa história em meio à miríade de histórias de terror/desastre semelhantes. Esse terror foi toda a ação violenta que aconteceu "aqui", nas entranhas do luxuoso transatlântico (...); o iceberg "lá fora", na escuridão da noite subártica, serviu apenas de catalisador... (BAUMAN, 2008, p. 27)

Nosso iceberg metafórico é o Bandido, o mero catalisador. O real horror de nossa fábula contemporânea é a ruína das garantias humanas mais fundamentais diante do pânico (des)coordenado e da desintegração do sistema jurídico garantista.

A mudança inicia hoje, com cada um. Em cada conversa, na mesa do bar, numa piada, num *post* nas redes sociais, na mesa do jantar: a mudança de atitude de uma pessoa já é uma mudança no mundo - *porque nós somos o mundo*. Com um primeiro passo, outros virão; e assim, talvez não precisemos ter que explicar aos nossos filhos porque um homem foi espancado brutalmente na rua, teve seus olhos arrancados, seu corpo em agonia queimado diante de uma multidão enfurecida.

Nunca eliminaremos o ódio, mas talvez não tenhamos a maioria de nossa população clamando por medidas de exceção para lidar com os criminosos. É um sonho, uma quimera, talvez, mas é preferível uma utopia inalcançável ao conformismo descarnado que se auto-intitula "realismo pragmático".

É difícil para um menino brasileiro, sem consideração da sociedade
 Crescer um homem inteiro, muito mais do que metade
 Fico olhando as ruas, as vielas que ligam meu futuro ao meu passado
 E vejo bem como driblei o errado, até fazer taxista crer
 Que posso ser mais digno do que um bandido branco e becado
 Falo querendo entender, canto para espalhar o saber e fazer você perceber
 Que há sempre um mundo, apesar de já começado, há sempre um mundo pra gente
 fazer
 Um mundo não acabado
 Um mundo filho nosso, com a nossa cara, o mundo que eu disponho agora foi criado
 por mim
 Euzin, pobre curumim, rico, franzino e risonho, sou milionário do sonho
 (EMICIDA, 2013)

A fúria, o medo, o preconceito, a intolerância são parte da realidade, mas a escolha acerca de nossas atitudes cabe a cada um. Mesmo exaustos-e-correndo, não podemos aceitar dogmas prontos, visões maniqueístas, verdades fáceis - seguir este caminho pode ter consequências terríveis, abomináveis. Em nosso país, a frase "Bandido bom é bandido morto" não é apenas um jargão: tornou-se uma sentença de morte.

REFERÊNCIAS

10 MEDIDAS contra a corrupção. Disponível em:

<<http://www.dezmedidas.mpf.mp.br/apresentacao/conheca-as-medidas>>. Acesso em: 28 out. 2016.

A cada 11 minutos, uma mulher é estuprada no Brasil, alerta Simone Tebet. **Agência Senado**, Brasília, 30 maio 2016. Disponível em: <

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/05/30/a-cada-11-minutos-uma-mulher-e-estuprada-no-brasil-alerta-simone-tebet>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALVARO, José Luis; GARRIDO, Alicia. **Psicologia Social: Perspectivas Psicológicas e Sociológicas**. 2ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

ALVES, Wedencley. Polêmica: "Nunca fomos cordiais". **Carta Capital**, Rio de Janeiro, 26 maio 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/polemica-201cnunca-fomos-cordiais201d-7796.html>>. Acesso em: 01 out. 2016.

ANAZ, Sílvio Antonio Luiz *et al.* Noções do imaginário: perspectivas de Bachelard, Durand, Maffesoli e Corbin. **Revista Nexi**. ISSN 2237-8383, n. 3, 2014.

ASCH, Solomon E. Forming impressions of personality. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 41, n. 3, p. 258, 1946.

_____. **Psicologia Social**. 4ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

BARTLETT, F. C. An experimental study of some problems of perceiving and imaging. **British Journal of Psychology**, 1904-1920, v. 8, n. 2, p. 222-266, 1916. DOI: 10.1111/j.2044-8295.1916.tb00261.x

_____. Feeling, imaging and thinking. **British Journal of Psychology**. General Section, v. 16, n. 1, p. 16-28, 1925. DOI: 10.1111/j.2044-8295.1925.tb00357.x

_____. Suggestions for research in social psychology. *In*: BARTLETT, F.C.; LINDGREN, E.J. (Edit.). **The Study of Society: Methods and problems**. 6ª ed. Londres: Routledge & Kegan Paul LTD, 1961.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. São Paulo: Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BELMONTE, Amilton. Setor de segurança privada deve faturar 50 bilhões este ano. **Jornal NH**, Nova Hamburgo, 05 junho 2015. Disponível em: <http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2015/06/noticias/regiao/171690-setor-de-seguranca-privada-deve-faturar-r-50-bilhoes-este-ano.html>. Acesso em: 11 set. 2016.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BLUMER, Herbert. **Symbolic Interactionism**. Los Angeles: University of California Press, 1986.

BRASIL. Presidência da República. **Direitos humanos : percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional**. Gustavo Venturi (Org.). Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecopolitica/downloads/biblioteca_direito/Livro_Direitos_Humanos.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2016.

_____. Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda. **Relatório da Distribuição Pessoal da Renda e da Riqueza da População Brasileira**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-contudos/publicacoes/relatorio-sobre-a-distribuicao-da-renda-e-da-riqueza-da-populacao-brasileira/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>. Acesso em: 03 set. 2016.

_____. **Código Penal Brasileiro**. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em 09 ago. 2016.

BRASIL é país que mais faz linchamentos; Rio amarga vice-campeonato nacional. **O Dia**, Rio de Janeiro, 26 julho 2015. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-07-26/brasil-e-pais-que-mais-faz-linchamentos-rio-amarga-vice-campeonato-nacional.html>>. Acesso em: 03 out. 2016.

BRASIL é país com mais linchamentos no mundo; veja os estados com maior número de casos. **Conexão Jornalismo**, Rio de Janeiro, 26 julho 2015. Disponível em: <<http://www.conexaojornalismo.com.br/colunas/cultura/musica/brasil-e-pais-com-mais-linchamentos-no-mundo;-veja-os-estados-com-maior-numero-de-casos-26-39957>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRASIL é recordista mundial com 1,5 milhão de cirurgias plásticas ao ano. **G1**, Rio de Janeiro, 10 junho 2015. Coluna Profissão Repórter. Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/06/brasil-e-recordista-mundial-com-15-milhao-de-cirurgias-plasticas-ao-ano.html>>. Acesso em: 11 set. 2016.

BRASIL lidera em número de homicídios no mundo, diz Atlas da Violência. **Valor**, São Paulo, 22 março 2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4493134/brasil-lidera-em-numero-de-homicidios-no-mundo-diz-atlas-da-violencia>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRASIL lidera o ranking mundial de cirurgias plásticas. **Veja**, São Paulo, 30 julho 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/saude/brasil-lidera-o-ranking-mundial-de-cirurgias-plasticas/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

BRASIL pode ser o 1º do ranking do linchamento. **Estadão**, São Paulo, 10 março 2001. Coluna Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-pode-ser-o-1-do-ranking-do-linchamento,20010310p31029>>. Acesso em: 03 out. 2016.

BRUM, Eliane. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2006.

_____. Nós, os humanos verdadeiros. **El País**, São Paulo, 17 fevereiro 2014a. Coluna Opinião. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/02/17/opinion/1392640036_999835.html>. Acesso em: 01 abr. 2016.

_____. Denunciados pela linguagem. **El País**, São Paulo, 12 maio 2014b. Coluna Opinião. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2014/05/12/opinion/1399902051_903721.html>. Acesso em: 01 abr. 2016.

_____. Quem precisa da Barbie, tenha o corpo que tiver? **El País**, São Paulo, 01 fevereiro 2016a. Coluna Opinião. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/01/opinion/1454337243_379959.html>. Acesso em: 11 set. 2016.

_____. Exaustos-e-correndo-e-dopados. **El País**, São Paulo, 04 julho 2016b. Coluna Opinião. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/04/politica/1467642464_246482.html>. Acesso em: 18 jul. 2016.

CACCIPOPO, John T. *et al.* The neuroendocrinology of social isolation. **Annual Review of Psychology**, v. 66, p. 733-767, 2015.

CACCIPOPO, John T.; CACCIPOPO, Stephanie. Solidão, uma nova epidemia. **El País**, Chicago, 13 abril 2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/06/ciencia/1459949778_182740.html>. Acesso em: 09 set. 2016.

CALLEGARI, André Luis; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. Medo, direito penal e controle social. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 15, n. 2, p. 337-355, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.unifor.br/images/pdfs/Pensar/v15n2_artigo1.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2013.

CALLIGARIS, C. A turba do "pega e lincha". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 abril 2008. Coluna Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2404200826.htm>>. Acesso em: 22 dez. 2013.

CARAMANTE, André. PM de SP bate recorde de mortes e não reduz crimes. **Ponte Jornalismo**, São Paulo, 12 janeiro 2015. Disponível em: <<http://ponte.org/pm-de-sp-bate-recorde-de-mortes-e-nao-reduz-crimes/>>. Acesso em: 02 jan. 2016.

CARDOSO, Isabel. Sociólogo José de Souza Martins aborda linchamentos em livro. **Jornal Meio Norte**, Teresina, 15 março 2015. Disponível em: <<http://www.meionorte.com/blogs/culturaeturismo/sociologo-jose-de-souza-martins-aborda-linchamentos-em-livro-312208>>. Acesso em: 01 out. 2016.

CARVALHO, Salo de. **Pena e garantias**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2008.

CASTORIADIS, C. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001. Disponível em: <
http://www.usp.br/cje/anexos/pierre/brasil_mitofundador_e_sociedade_autoritaria_marilena_chauai.pdf>. Acesso em: 20/06/2016.

CIAMPA, A. C. **A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CIDINHO; DOCA. **Rap da Felicidade**. In: **Eu Só Quero É Ser Feliz**. Rio de Janeiro: Spotlight Records, 1995. 1 CD. Faixa 1.

COSTA, Yuri L.; CARVALHO, José R. **Modeling Bayesian Updating with many Non-Updaters: The Case of Own Subjective Homicide Victimization Risk**. Disponível em: <
http://www.caen.ufc.br/attachments/article/228/Artigo_Costa_Carvalho.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

D'AGOSTINO, Rosanne. Dias de intolerância. **G1**, Rio de Janeiro, 03 julho 2014. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/politica/dias-de-intolerancia/platb/>>. Acesso em: 02 jul. 2016.

DE ACORDO com a ISAPS, Brasil lidera ranking de cirurgias plásticas no mundo. **Portal da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica**. 01 julho 2014. Disponível em: <
<http://www2.cirurgiaplastica.org.br/de-acordo-com-a-isaps-brasil-lidera-ranking-de-cirurgias-plasticas-no-mundo/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

DE MELO, Zélia Maria; DEUSTO, Bilbao-Espanha. Os estigmas: a deterioração da identidade social. [2000?]. Disponível em: <
<http://proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/anaispdf/estigmas.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

DITTMAR, Helga; HALLIWELL, Emma; IVE, Suzanne. Does Barbie make girls want to be thin? The effect of experimental exposure to images of dolls on the body image of 5-to 8-year-old girls. **Developmental psychology**, v. 42, n. 2, p. 283, 2006.

DONATO, Veruska. Segurança privada no Brasil cresce 74% nos últimos dez anos. **G1**, São Paulo, 26 julho 2012. Sessão Jornal Hoje. Disponível em: <
<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2012/07/seguranca-privada-no-brasil-cresce-74-nos-ultimos-dez-anos.html>>. Acesso em: 12 set. 2016.

DURAND, Gilbert. **A imaginação simbólica**. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. **O imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

EMICIDA. **Cê lá faz idéia**. In: **Emicídio**. Rio de Janeiro: Laboratório Fantasma Produções Ltda, 2010. Formato digital. Faixa 2. Disponível em: <
<https://play.spotify.com/track/2sasNuL9BROfZ0iSDrnSag>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

. **Milionário do Sonho**. In: **O Glorioso Retorno de Quem Nunca Esteve Aqui**. Laboratório Fantasma Produções Ltda, 2013. Formato digital. Faixa 1. Disponível em: <<https://play.spotify.com/track/68dNlrviwRwTrKWdnyVqda>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

. **Boa Esperança**. In: **Sobre Crianças, Quadris, Pesadelos e Lições de Casa...** Rio de Janeiro: Laboratório Fantasma Produções Ltda. /Sony Music Brasil, 2015. Formato digital. Faixa 10. Disponível em: <<https://play.spotify.com/track/6qcy7w2XQzvwQUYcEcyqgr>> Acesso em: 06 jul. 2016.

FALCÃO, Raimundo Bezerra; BELCHIOR, Germana P. N. . **A inesgotabilidade do sentido e a inafastabilidade do todo**. In: Anais do XVII Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do CONPEDI. Salvador: Fundação Boiteux. 2008.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e razão: Teoria do garantismo penal**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

FESTINGER, Leon. A theory of social comparison processes. **Human relations**, v. 7, n. 2, p. 117-140, 1954. DOI: 10.1177/001872675400700202

FORUM BRASILEIRO SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. São Paulo: 2015. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_2015.retificado_.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 16ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.

FURTADO, Leticia de Souza. **A teoria do bode expiatório, de René Girard, aplicada à chacina de Matupá**. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2013.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Apresentação. In: AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GOIS, Antônio. "Hipermasculinidade" leva jovem ao mundo do crime. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 julho 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200423.htm>>. Acesso em: 20 out. 2016.

GOMES, Luiz F. **Letalidade da ação policial: notas para reflexão**. 10 março 2011. Disponível em: <<http://institutoavantebrasil.com.br/letalidade-da-acao-policial-notas-para-reflexao/>>. Acesso em: 16 out. 2015.

GUIMARAES, Ligia. Venda de antidepressivos no Brasil cresce 44,8% em 4 anos, diz pesquisa. **G1**, Rio de Janeiro, 12 agosto 2011. Sessão Economia e Negócios. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1411781-9356,00-VENDA+DE+ANTIDEPRESSIVOS+NO+BRASIL+CRESCHE+EM+ANOS+DIZ+PESQUISA.html>. Acesso em: 12 jun. 2016.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015.

HEIDER, Fritz. Social perception and phenomenal causality. **Psychological Review**, Vol 51(6), Nov 1944, 358-374. DOI: <http://dx.doi.org/10.1037/h0055425>

_____. **Psicologia das Relações Interpessoais**. São Paulo: Biblioteca Pioneira, 1970.

HOBBSAWN, Eric J. **Bandits**. New York: Pantheon Books, 1981.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Atlas da Violência 2016**. Brasília: IPEA, 2016.

JACKSON, Jonathan; GOUSETI, Ioanna. Threatened by Violence - Affective and Cognitive Reactions to Violent Victimization. **Journal of Interpersonal Violence**, Londres, 13 maio 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2416982>>. Acesso em: 15 mai. 2016.

JAKOBS, Gunther. **Ciência do Direito e Ciência do Direito Penal**. São Paulo: Manole, 2003.

JAKOBS, Gunther; MELIA, Manuel Cancio. **Direito Penal do Inimigo: Noções e Críticas**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2015.

JARDIM, Lauro. Venda de antidepressivos no Brasil cresce dois dígitos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 novembro 2015. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/venda-de-antidepressivos-no-brasil-cresce-dois-digitos.html>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

KESKE, Humberto Ivan. Um outro mundo é possível: Castoriadis e Eco na construção do imaginário. **Revista Sessões do Imaginário**. Porto Alegre, nº 10 - nov. 2003. FAMECOS/PUCRS.

KRUGLANSKI, Arie W.; WEBSTER, Donna M. Motivated closing of the mind: Seizing and freezing. **Psychological review**, v. 103, n. 2, p. 263, 1996.

KUHN, Manford H. Major trends in symbolic interaction theory in the past twenty-five years. **The Sociological Quarterly**, v. 5, n. 1, p. 61-68, 1964a.

_____. The reference group reconsidered. **The Sociological Quarterly**, v. 5, n. 1, p. 5-19, 1964b.

LAUFER, Offir; ISRAELI, David; PAZ, Rony. Behavioral and Neural Mechanisms of Overgeneralization in Anxiety. **Current Biology**, v. 26, n. 6, p. 713-722, 2016.

LE BON, Gustave. **Psychologie des foules**. 9ª ed. Paris: Édition Felix Alcan, 1905. Edição eletrônica feita por Roger Deer, 2001, Québec. Disponível em: <
http://classiques.uqac.ca/classiques/le_bon_gustave/psychologie_des_foules_Alcan/Psycho_d_es_foules_alcan.pdf> Acesso em: 04 jun. 2016.

LEGROS, Patrick; MONNEYRON, Frédéric; RENARD, Jean-Bruno; TACUSSEL, Patrick. **Sociologie de l'imaginaire**. Paris: Armand Colin, 2006.

LEVÍTICO. *In*: **A BÍBLIA**. Edição eletrônica. Disponível em: <
<https://www.bibliaonline.com.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2016.

LIMA, Aluisio F. **Metamorfose, anamorfose e reconhecimento perverso: a identidade na perspectiva da Psicologia Social Crítica**. São Paulo: FAPESP/EDUC, 2010.

LISPECTOR, Clarice. **Mineirinho**. Disponível em: <
http://www.ip.usp.br/portal/index.php?option=com_content&id=4396:conto-qmineirinhoq-clarice-lispector&Itemid=220&lang=pt>. Acesso em: 01 ago. 2016.

LISSEK, Shmuel *et al.* Generalized anxiety disorder is associated with overgeneralization of classically conditioned fear. **Biological psychiatry**, v. 75, n. 11, p. 909-915, 2014.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.biopsych.2013.07.025>

MADEIRO, Carlos. Taxa de homicídio juvenil cresce 272% em três décadas no país. **UOL Notícias**, Maceió, 14 maio 2015. Disponível em: <
<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/05/14/taxa-de-homicidio-juvenil-cresce-272-em-tres-decadas-no-pais.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Tradução de Albert Christophe Migueis Stuckenbruck. Petrópolis, Vozes, 1998.

_____. O imaginário é uma realidade (entrevista). **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 1, n. 15, p. 74-82, ago. 2001.

_____. **A parte do diabo**: resumo da subversão pós-moderna. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos: A justiça popular no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MENA, Fernanda. O fracasso de um modelo violento e ineficaz de polícia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 fevereiro 2015. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/02/1586223-o-fracasso-de-um-modelo-violento-e-ineficaz-de-policia.shtml>>. Acesso em: 29 jun. 2015.

MENDES, André Pacheco Teixeira. Direito Penal do Inimigo: Quando Jakobs se aproxima de Hobbes e Freud. **Revista EPOS - Genealogias, Subjetivações e Violências**, Vol. 2, Nº 1, Jan-Jun/2011. Disponível em: <<http://revistaepos.org/?p=356>>. Acesso em: 30 jun. 2012.

MERUJE, Márcio; ROSA, José M. Silva. Sacrifício, rivalidade mimética e "bode expiatório" em R. Girard. **Griot - Revista de Filosofia**. Vol. 8, nº 2, Dez/2013. Disponível em: < <https://www2.ufrb.edu.br/griot/images/vol8-n2/13.pdf>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

MESQUITA NETO, Paulo. **Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle**. In: PANDOLFI, Dulce *et al* (Org.). **Cidadania, Justiça e Violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

MILÁ, Marc M. **Income Concentration in a Context of Late Development: An Investigation of Top Incomes in Brazil using Tax Records, 1933–2013**. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Escola de Economia de Paris, Paris, 2015. Disponível em: < <http://piketty.pse.ens.fr/files/MorganMila2015.pdf>>. Acesso em 03 set. 2016.

MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. In: Conferência de Pesquisa Sócio-Cultural, 3., 2000, Campinas. Disponível em: < <https://www.fe.unicamp.br/br2000/trabs/2330.doc> >. Acesso em: 01/04/2016.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NORONHA, Isabela. O que a venda crescente de antidepressivos revela sobre a nossa sociedade? **Huffpost Brasil**, São Paulo, 29 fevereiro 2016. Disponível em: < http://www.brasilpost.com.br/2016/02/29/o-que-a-venda-crescente-d_n_9347424.html>. Acesso em: 11 set. 2016.

NORTON, Kevin I. *et al*. Ken and Barbie at life size. **Sex roles**, v. 34, n. 3-4, p. 287-294, 1996. DOI: 10.1007/BF01544300

NÚCLEO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (NEV-USP). **Relatório " Linchamento - Brasil - Número de Casos e Vítimas - 1980 a 2006"**. Disponível em: <http://nevusp.org/wp-content/uploads/2015/04/linch_brasil.xls>. São Paulo: 2015. Acesso em: 12 jan. 2016.

OLIVEIRA, Bárbara. Mercado religioso cresce e se mostra bilionário. **Revista Conselhos (FECOMERCIO-SP)**, São Paulo, 23 julho 2015. Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/noticia/mercado-religioso-cresce-e-se-mostra-bilionario>>. Acesso em: 11 set. 2016.

OMS diz que 33% da população mundial sofre de ansiedade. **O Progresso**, Dourados, 13 janeiro 2016. Disponível em: < <http://www.progresso.com.br/caderno-a/ciencia-saude/oms-diz-que-33-da-populacao-mundial-sofre-de-ansiedade>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

PADRÃO, Márcio. Brasil tem uma ocorrência de linchamento por dia, diz sociólogo: entenda. **UOL Notícias**, São Paulo, 14 julho 2015. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/07/14/brasil-tem-uma-ocorrencia-de-linchamento-por-dia-veja-analises-do-fenomeno.htm>>. Acesso em: 01 out. 2016.

PICHONELLI, Matheus. O mundo assombrado de Rachel Shererazade. **Carta Capital**, 11 fevereiro 2014. Disponível em: < <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-mundo-assombrado-de-rachel-sheherazade-4025.html>>. Acesso em: 01 ago. 2016.

PRESAS em Colina, SP, usam miolo de pão como absorvente, diz Defensoria. **G1**, Ribeirão Preto, 23 janeiro 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2013/01/presas-em-colina-sp-usam-miolo-de-pao-como-absorvente-diz-defensoria.html>>. Acesso em: 03 mai. 2013.

PUBLISHNEWS. **Lista dos Livros Mais Vendidos de 2015**. Disponível em: < <http://www.publishnews.com.br/ranking/anual/0/2015/0/0>>. Acesso em: 10 set. 2016.

RACIONAIS MC's. **Diário de um Detento**. In: **Sobrevivendo no Inferno**. Rio de Janeiro: Cosa Nostra Fonográfica, 1997. CD. Faixa 07. Disponível em: <<https://play.spotify.com/artist/1CQJtHMGhqvrSZiRTjSeOU>>. Acesso em: 20 set. 2016.

RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso**. In: **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 367-383.

REVISTA PESQUISA FAPESP. Mais de 1 milhão de brasileiros já participaram de tentativa de linchamento. **UOL Notícias**, São Paulo, 30 abril 2015. Disponível em: < <http://noticias.uol.com.br/ciencia/ultimas-noticias/redacao/2015/04/30/mais-de-1-milhao-de-brasileiros-ja-participou-de-tentativa-de-linchamento.htm>>. Acesso em: 03 out. 2016.

RIBEIRO, Matheus. "Sensação de medo em Fortaleza é maior que a própria insegurança", constata pesquisa da UFC. **Tribuna do Ceará**, Fortaleza, 28 março 2016. Disponível em: < <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/sensacao-de-medo-em-fortaleza-e-maior-que-a-propria-inseguranca-constata-pesquisa-da-ufc/>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

ROEDIGER, Henry L.; THOMPSON, Charles P. **Two views of remembering**. *Contemporary psychology*, v. 42, p. 488-492, 1997.

ROEDIGER, Henry L. **Bartlett, Frederic Charles**. In: *Encyclopedia of Cognitive Science*. London: Macmillan, 2003. Disponível em: < [http://psych.wustl.edu/memory/Roddy%20article%20PDF's/Roediger%20\(2003\).pdf](http://psych.wustl.edu/memory/Roddy%20article%20PDF's/Roediger%20(2003).pdf)>

ROSA, José M. Silva. **Da cisão extrema, no maniqueísmo, à identidade como relação, em Confissões X**. Covilhã: LusoSofia Press, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Du contrat social**. Ed. Eletrônica. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraDownload.do?select_action=&co_o_bra=12924&co_midia=2>. Acesso em: 20 out. 2016.

SAYURI, Juliana. Dias de fúria. **Revista Pesquisa FAPESP**, ed. 230, São Paulo, abril 2015. Disponível em: < <http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/04/10/dias-de-furia/>>. Acesso em: 03 out. 2016.

SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SEGURANÇA privada cresceu 64% em dez anos no Brasil, aponta estudo. **Valor.com**, Brasília, 20 março 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3053936/seguranca-privada-cresceu-64-em-dez-anos-no-brasil-aponta-estudo>>. Acesso em: 11 set. 2016.

SENSAÇÃO de insegurança em Fortaleza é generalizada. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 18 agosto 2013. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/sensacao-de-inseguranca-em-fortaleza-e-generalizada-1.399097>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

SHECAIRA, Sergio S. **Criminologia**. 5ª ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

SIMMEL, Georg. The sociology of secrecy and of secret societies. **The American Journal of Sociology**, v. 11, n. 4, p. 441-498, 1906.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TAJFEL, Henri. **Cognitive aspects of prejudice**. *Journal of Biosocial Science*, v. 1, n. S1, p. 173-191, 1969.

TAJFEL, Henri; TURNER, John C. **The Social Identity Theory of Intergroup Behavior**. In: JOST, John T. (Ed); SIDANIUS, Jim (Ed). **Political psychology: Key readings**. Nova York: Psychology Press, 2004.

TAYLOR, Charles. **Imaginários sociais modernos**. Lisboa: Texto&Grafia, 2010.

TOO Fat to Be a Princess? Study Shows Young Girls Worry About Body Image. **UCF Today**, Orlando, 25 novembro 2009. Disponível em: <<http://today.ucf.edu/too-fat-to-be-a-princess-study-shows-young-girls-worry-about-body-image/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

USO de antidepressivos aumenta 1000% na Suécia e Noruega. **Terra**, Rio de Janeiro, 07 julho 2013. Sessão Saúde. Disponível em: <<https://saude.terra.com.br/doencas-e-tratamentos/uso-de-antidepressivos-aumenta-1000-na-suecia-e-noruega,bafc3ff084abf310VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 15 set. 2016.

VOLTOLINI, Artur. Dez mil mortes em dez anos. **Observatório de Favelas**, Rio de Janeiro, 30 agosto 2013. Disponível em: <<http://of.org.br/noticias-analises/10-mil-mortes-em-10-anos/>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

WILLYS, Jean. A subsombra desumana de Raquel Sheherazade. **Carta Capital**, Rio de Janeiro, 06 fevereiro 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-subsombra-desumana-de-raquel-sheherazade-8276.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no Direito Penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.